

ESTÊVÃO DA GLORIA CRAVID E SOUSA

**AS ROÇAS FACE AOS DESAFIOS DE MODERNIZAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE
AS POTENCIALIDADES DA ROÇA “ÁGUA E IZÉ”
ESTUDO DE CASO**

Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em Urbanismo
no Curso de Mestrado em Urbanismo, conferido pela Universidade
Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Orientador: Prof. Doutor Carlos Faria
CO-Orientador: Prof. Diogo Mateus

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Departamento de Arquitectura, Urbanismo e Geografia

Lisboa

2009

DEDICATÓRIAS

Dedico este trabalho,

A Deus, a minha mãe e a minha esposa Lassy Mendes, pois sem estas individualidades nenhum sonho seria possível ou valeria a pena.

Ao sacrificado povo de S. Tomé e Príncipe, que pela sua amabilidade, pacatez e honestidade, tem lutado contra a miséria e pobreza, fruto da corrupção e ganância da classe política, que tem governado o país desde os primeiros anos da independência.

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento deste trabalho foi possível graças a gentileza e apoio dos familiares e amigos que se encontram em S. Tomé e Príncipe e em Portugal. Gostaria de agradecer de forma particular, e em especial algumas pessoas individuais que contribuíram para a realização deste trabalho:

Em primeiro lugar, agradeço a Deus e à minha família por todo o apoio que me deram, especialmente nos momentos mais complicados desta minha vida. Agradeço à minha esposa Lassy Mendes, professora de Português, pela sua destreza e auxílio prestado na estruturação e elaboração do presente trabalho.

Agradeço ao senhor Felício Mendes e senhora Felisberta Mendes, pelo grande apoio que me deram, pois a vossa contribuição foi verdadeiramente fundamente para consumação deste mestrado.

Agradeço ao senhor Professor Carlos Faria, como meu orientador, e o senhor Professor Diogo Mateus, como co-orientador, pela disponibilidade e apoio que me prestaram durante a realização deste trabalho, pois, sem essas contribuições teria sido muito mais difícil chegar ao fim.

A todos aqueles que se cruzaram comigo no desenvolvimento deste trabalho o meu muito Obrigado e um Bem Haja.

RESUMO

O trabalho a que se refere, realça a problemática das roças e a sua contribuição face aos desafios de modernização e desenvolvimento das ilhas de S. Tomé e Príncipe. Desta forma, evidencia-se o enquadramento histórico destas propriedades no contexto nacional, salientando os aspectos essencialmente marcantes do período colonial, os factores que ditaram a sua degradação no pós-independência e os desafios que no momento actual explanam a realidade económica, política e social que elas enfrentam.

No reflexo da realidade actual, caracteriza-se o estado físico das roças em convergência com os aspectos económicos, sociológicos, históricos, etc., procurando ainda identificar fenómenos patológicos que desvirtuam os traços identitários do ambiente roceiro, com marcas visivelmente ainda colonial. Consequentemente, demonstra-se a gravidade dos problemas que afectam a integridade deste ambiente, com destaque para os problemas da degradação das edificações, do tecido socioeconómico, do saneamento ambiental e outros, que motivaram a insustentabilidade das roças.

Em busca de um modelo de sustentação que induza melhorias na vertente social e económica, proporcionando uma melhor qualidade de vida aos roceiros, definiu-se uma proposta de intervenção urbanística “não definitiva” para uma dessas roças - Água Izé, com finalidade de eliminar os factores de degradação da roça, proporcionando a melhoria dos espaços públicos e de uso colectivo e espaços habitacionais. Esta proposta encontra-se basicamente sustentada por acções que vaticinam o desenvolvimento sustentável, nomeadamente acções viradas para valorização do território, requalificação das habitações, criação de equipamentos, intervenções nas infra-estruturas (saneamento, rede viária, etc.) e intervenções de conservação do património cultural e natural. O novo modelo de desenvolvimento da roça idealiza ainda a implementação turismo rural e o desenvolvimento integrado de outras actividades, como consequência da requalificação das áreas edificadas, das áreas verdes, das áreas de importância história, artística, cultural, da protecção ambiental, etc.

ABSTRACT

This work emphasizes plantations' problems and their contribution to face up the challenges of modernization and the development of Sao Tome and Principe Islands. In this manner, these properties history stands out in the national context, pointing out the main aspects of the colonial period, the factors that dictate their degradation in post-independence and the challenges that at this moment explain the economic, politic and social realities.

At the present moment, the plantation's condition is characterized in convergence to the economics, sociologic, historic aspects. This characterization is also trying to identify pathologic phenomenon that misrepresent the plantation's identity marks and that maintains the colonial characteristics. Consequently we can see the seriousness of the problems that affect the environment integrity, pointing out the buildings' degradation problems, the economic reality, the environment sanitation and others, that caused the plantation's untenability.

Looking for a maintenance model that would bring improvements socially and economically, giving the planter a better quality of life, it was proposed a non-definitive urbanistic intervention for one of these plantations – Agua Izé. It would eliminate the plantation's degradation factors, making better the public and housing spaces. This proposal is basically sustained by actions that predict a maintainable development, namely, actions toward territory valorization, housing requalification, equipment creation, infrastructure intervention (sanitation, road system, etc.) and conservation of the natural and cultural patrimony. The new plantation development model pictures as well the implementation of the rural tourism and the development of other activities, as result of constructed areas requalification, green areas, areas with historic, artistic, cultural, environment protection interest, etc.

ABREVIATURAS

CST	Companhia Santomense de Telecomunicações
ECOFAC	Ecosistemas Florestais de África Central
ECOMIN	Empresa de Comercio Interno
ECOMEX	Empresa de Comercio Externo
EMAE	Empresa de Água e Electricidade
OMS	Organização Mundial Saúde
PNAPAF	Programa Nacional de Apoio à Promoção da Agricultura Familiar

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA	1
AGRADECIMENTOS	2
RESUMO	3
ABSTRACT	4
INTRODUÇÃO	12
1. Justificação e Pertinência da Pesquisa	12
2. Enquadramento teórico	14
3. Metodologia de Investigação	18
CAPÍTULO I	
CARACTERIZAÇÃO SÓCIAL E CONÓMICA DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE	20
1. Caracterização sóciodemográfica das Ilhas	20
2. Ocupação e organização territorial das Ilhas	25
3. Caracterização económica das Ilhas	31
4. Estrutura administrativa do território das ilhas	33

CAPÍTULO II

AS ROÇAS COMO FACTOR ESTRUTURANTE DO TERRITÓRIO DAS ILHAS	34
1. Aspectos históricos e socioeconómicos das roças	34
2. Morfologia física e urbanística das roças	40
2.1 O espaço concentrado roceiro	42
2.2 Espaço agrícola e de orla marítima	50
2.3 Analogia das roças com as comunidades próximas	53
2.4 Equipamentos sociais e infra-estruturas roceiras	54

CAPÍTULO III

CONCEITOS CHAVE DO QUADRO TEÓRICO	58
1. Repensar o território	58
2. Desenvolvimento Sustentável	61
3. Repensar o ordenamento do território	63

CAPÍTULO IV

DIAGNÓSTICO DA “A ROÇA AGUA IZÉ” - ESTUDO DE CASO	71
1. Contextualização e enquadramento legal da Água Izé	71
2. Caracterização social da roça Água Izé	73
2.1 A População e Educação	73
2.2 Estrutura social e condição social	75
2.3 Emprego e formas de agregação social	77
3. Actividades económicas na roça Água Izé	78
3.1 Agricultura e pecuária	78
3.2 Comercio, turismo, pesca e industria	80
4. Particularidades físicas e ambientais da roça Água Izé	81
5. Organização e especificidade espacial da roça Água Izé	83
5.1 Extensão e organização administrativa da roça Água Izé	84

5.2 Equipamentos de habitação, saúde e educação	87
5.3 Outros Equipamentos existentes	90
5.4 Infra-estruturas Existentes	92
6. Condicionantes e aspectos degradantes da Água Izé	96

CAPÍTULO V

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO URBANÍSTICA - ÁGUA IZÉ - ESTUDO DE CASO	98
1. Ponto Prévio	98
2. Ordenamento do espaço concentrado e orla marítima	103
3. Núcleo populacional	103
4. Equipamentos	107
5. Infra-estruturas	115
6. Espaço envolvente	120
ESQUEMA DA ÁREA DE INTERVENÇÃO	122
ESQUEMAS DE INTENÇÃO, RESULTANTES DA INTERVENÇÃO	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
BIBLIOGRAFIA	129
ANEXOS	138

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - População dos anos 1770	22
Tabela 2 - População residente por nacionalidade	23
Tabela 3 - Ensino escolar	24
Tabela 4. Percentagem da população segundo nível ensino	24
Tabela 5 - População por distritos	26
Tabela 6. Época de construções	27
Tabela 7 - Água consumida	29
Tabela 8 - Instalações sanitárias	29
Tabela 9 - Sistemas de esgotos	30

Tabela 10 - Produção e consumo da energia eléctrica	30
Tabela 11 - Áreas das regiões administrativas	33
Tabela 12- Empresas agrícolas estatais, área cultivada e mão-de-obra	38
Tabela 13 – Distribuição das roças por regiões administrativas	41
Tabela nº14 - População da Roça Água Izé	73
Tabela nº15 - Organização da água Izé no período colonial	82
Tabela nº16 - Organização da água Izé no período colonial	85
Tabela nº17 - Organização da água Izé no período pós-colonial	86
Tabela nº.18 - Distância entre a Sede e as dependências da roça	87

ÍNDICE DE DESENHOS E DE FIGURAS

Desenho.1 - Esquema teórico da pesquisa	17
Desenho.2 Esquema tipo da “composição do Espaço Roceiro”	42
Desenho.3 Esquema tipo da “composição do Espaço Concentrado”	43
Desenho.4 Esquema tipo da “composição do Espaço Agrícola”	51
Desenho.5 Esquema tipo da “composição da Orla Marítima”	52
Desenho.6 Esquema tipo da “composição do espaço da Água Izé”	83
Desenho.7 - Esboço tipo da “organizacional da água izé” no pós-colonial	86
Desenho.8 Esquema tipo Planta da “Casa Grande” da Água Izé	87
Desenho.9 Esquema tipo da Planta de moradias “Chalet”	88
Desenho.10 Esquema tipo da Planta de “Senzalas”	88
Desenho.11 Esquema da “área de intervenção”	122
Desenho.12 Esquema tipo da “senzala” reabilitada	123
Desenho.13 Esquema tipo dos blocos de “edifícios de habitação”	124
Desenho.14 Esquema tipo do novo “posto de saúde”	125
Desenho.15 Esquema tipo do “Centro de Dinamização Social, Cultural e Recreativa”	125

MAPA FOTOGRÁFICO DO CAPÍTULO I		i/i
Fig.1	Ilhas de S. Tomé, vista parcial aérea da cidade S. Tomé	i
Fig.2	Ilha do Príncipe, vista parcial aérea da cidade de S. António	i
Fig.3	Estrada para Sta Catarina – Região Norte	i
Fig.4	Mapa de Divisão administrativa das ilhas	i
MAPA FOTOGRÁFICO DO CAPÍTULO II		i/vii
Fig.Esb'	Esboço de Organização e Localização das 15 principais Roças	i
Fig.1	Antiga casa grande da roça Boa Entrada S. Tomé	ii
Fig.2	Formatura, trabalhadores da antiga roça Porto Real Príncipe	ii
Fig.3	Edificados da roça Porto Real no Príncipe	ii
Fig.4	A roça Santarém em S. Tomé	ii
Fig.5	Roça Vista Alegre em S. Tomé	ii
Fig.6	Casa do turismo rural da roça Bombaim	ii
Fig.7	Abandono das terras, roça São Nicolau S. Tomé	iii
Fig.8	Formatura dos trabalhadores no terreiro na antiga roça Perseverança	iii
Fig.9	Espaço de aglomeração das senzalas da roça Uba Budo	iii
Fig.10	As senzalas da roça Suny no Príncipe em degradação	iii
Fig.11	Antiga casa dos técnicos da roça Uba Budo	iii
Fig.12	Casa de madeira degradada, roça Sr. ^a Clotilde S. Tomé	iii
Fig.13	Casa de madeira assente em estacarias	iv
Fig.14	Antiga casa grande da roça Uba Budo em mau estado	iv
Fig.15	Antiga casa grande da roça Porto Real Príncipe em degradação	iv
Fig.16	Capela da antiga roça Agostinho Neto	iv

Fig.17 Antiga bomba de combustível da roça Monte Café	iv
Fig.18 Fachada de Edifício roceiro em S. Tomé	iv
Fig.19 Uma das rua da roça Água Izé S. Tomé	v
Fig.20 Escadaria de acesso à casa grande na roça Uba Budo S. Tomé	v
Fig.21 Muralha e portal de entrada da roça Suny Príncipe	v
Fig.22 Casa da roça Colónia Açoriana, com jardim junto a escadaria	v
Fig.23 Árvores enfileiradas na roça Ribeira Peixe	v
Fig.24 Espaço ajardinado da roça Bombaim com banco	v
Fig.25 Sino da roça Monte Belo S. Tomé	vi
Fig.26 Plantação e desenvolvimento de cacaveiros	vi
Fig.27 Plantação e desenvolvimento de bananeiras	vi
Fig.28 Orla marítima da roça Ribeira Funda	vi
Fig.29 Orla marítima da roça Monte Belo (praia Banana)	vi
Fig.30 Antigo hospital da roça Agostinho Neto	vi
Fig.31 Antigo caminho de ferro da roça Uba Budo	vii
Fig.32 Antigo caminho de ferro da roça Santa Margarida	vii
Fig.33 Acesso à roça Monte Café	vii
Fig.34 Antigo cais da roça Fernão Dias em estado de ruína	vii
Fig.35 Postes de electrificação na roça Agostinho Neto	vii
Fig.36 Tanque para Lavagem da roupa com água canalizada na roça	vii
MAPA FOTOGRÁFICO DA ROÇA ÁGUA IZÉ, CAPÍTULO IV	i/vi
Fig.1 - Limite geográfico da Roça Agua Izé	i
Fig.2 Pormenor de uma casa de madeira local	i
Fig.3 Pormenor de uma casa de alvenaria em estado de degradação	i
Fig.4 Pormenor da degradação da cozinha	i
Fig.5 Pormenor de uma rua local, com barraca de venda a esquerda da rua	i
Fig6 - Elementos de Estrutura organizacional da água izé	ii
Fig.7 Vista parcial aérea da Sede de Água Izé 1966	ii

Fig.8 Vista parcial aérea das edificações de Água Izé - Sede	ii
Fig.9 Pormenor de uma moradia da roça	ii
Fig.10 Habitação típica da senzala	ii
Fig.11 Pormenor de degradação das Habitações típicas das senzalas	iii
Fig.12 Fachada Principal, pormenor de degradação antigo hospital	iii
Fig.13 Interior, pormenor de degradação do antigo hospital	iii
Fig.14 vista principal do Posto de Saúde de Água Izé	iii
Fig.15 vista parcial da traseira do edifício escolar na sede da roça	iii
Fig.16 pormenor de degradação da antiga Administração	iii
Fig.17 vista parcial da capela da roça	iv
Fig.18 vista principal do edifício de cozinha social de Água Izé	iv
Fig.19 via de acesso à interior da sede empedrado	iv
Fig.20 caminho no interior junto ao edifício hospitalar	iv
Fig.21 Rede ferroviária período colonial	iv
Fig.22 Linha da rede ferroviária em degradação	iv
Fig.23 armazéns de produtos agrícolas	v
Fig.24 oficina de Fundição e Serralharia mecânica em degradação	v
Fig.25 pormenor da ponte cais do porto da praia Rei	v
Fig.26 Chafariz público de água local	v

INTRODUÇÃO

1. JUSTIFICAÇÃO E PERTINÊNCIA DA PESQUISA

O presente trabalho, desenvolvido para obtenção do grau de Mestre em Urbanismo, procura estudar e compreender o papel das roças na estrutura social, económica e cultural de S. Tomé e Príncipe e, com base neste conhecimento, projectar a sua reabilitação como factor de modernização e desenvolvimento do país. Importa ter presente que, actualmente, o arquipélago de S. Tomé e Príncipe apresenta um quadro económico bastante deficitário, evidenciando um aumento massivo das importações, uma queda acentuada da produção agrícola, grandes carências de fábricas e indústrias, uma grande instabilidade económica e financeira, e uma dependência das ajudas externas.

Pensamos que o país, através das suas forças político-partidárias, não conseguiu ainda assumir plenamente os seus desafios, como estipula a Constituição, na construção de uma nova via para o desenvolvimento económico e encetar um ordenamento do território consentâneo com o seu desígnio pós-colonial. O objectivo deste trabalho é contribuir para um debate que se impõe, e que consiste em saber qual o papel que as Roças poderão vir a desempenhar na implementação de uma nova etapa de transformação económica e social.

Durante longos períodos as roças posicionaram-se como espaço de exploração de recursos naturais, de mão-de-obra barata e desqualificada e como fornecedor de produtos alimentares e de mão-de-obra para o meio urbano e como espaço de residência alternativa ou de fim-de-semana. Por sua vez, o meio urbano foi-se transformando num espaço de excelência para actividades económicas, novas oportunidades de emprego, oferta de “sucesso” fácil, etc.

Face aos desafios globais, acompanhados do aumento do custo de vida, da escassez de bens alimentares, da marginalização e do aumento das assimetrias sociais, as populações das roças deslocaram-se em massa para meio urbano, procurando as melhores condições de vida e os melhores empregos que estimulem o bem estar social. Contudo, a grande maioria dessas pessoas não encontraram emprego, tendo sido obrigadas a viver numa situação de grande pobreza e a habitar em locais sem um mínimo de condições de habitabilidade, praticando negócios ilícitos, delitos e outras actividades marginais.

O recente anúncio da descoberta de jazidas de petróleo nas águas territoriais são-tomenses criou novas perspectivas para o futuro. Dadas, porém, as condições do país e a sua impreparação para poder conduzir ou minimamente controlar em benefício próprio estes recursos petrolíferos, não será de esperar grandes resultados para o país. Face à falta de experiência política e de visão económica e estratégica das classes político-partidária e empresarial, não será de esperar que este crescimento económico, essencialmente induzido do exterior, possa vir a contribuir para o desenvolvimento do país. De facto, tratando-se de uma estratégia exógena, será previsível que, nessas condições, tal exploração dos recursos petrolíferos pouco venha a contribuir para a economia das ilhas. Dada a debilidade económica do país, não será de esperar que haja capacidade e estratégia endógenas capazes de se imporem ou, pelo menos, saberem negociar boas contrapartidas às companhias petrolíferas estrangeiras ávidas de se aproveitarem destes recursos naturais. Tal processo, se for orquestrado maioritariamente pelos países industrializados, fragilizará certamente o desenvolvimento económico nacional e aumentará o desequilíbrio económico e social.

Neste contexto, ganha importância e pertinência o tema deste estudo. Na verdade, como forma de procurar soluções que reduzam a desproporcionalidade social e propiciem a estabilidade macroeconómica da economia nacional, justifica-se a necessidade de estudar as roças como um potencial recurso de desenvolvimento económico integrado e sustentável. Entendidas como espaço físico e agrícola estruturantes do arquipélago, as roças representam, no seu conjunto, uma importância vital no campo do Património Histórico Cultural, do Ordenamento do Território e Urbanismo e como um indicador da Modernização e Desenvolvimento Territorial.

Nestas circunstâncias, será tempo de encontrar um modelo de reabilitação sustentável que assente sobretudo na reabilitação das infra-estruturas, dos aspectos sociais e culturais, dos aspectos económicos, com particular atenção para a renovação agrícola e adequação ao turismo e outras actividades vitais.

A roça Água Izé, pela sua excelente localização e beleza ecológica, pela existência de uma grande variedade de espécies de vegetação, pelo conjunto das suas infra-estruturas e um solo agrícola muito rico, servirá de base para exemplificação das propostas de intervenção.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

As ilhas de S. Tomé e Príncipe viveram durante séculos da sua história períodos gloriosos de produção agrícola, dinamizado pela existência de grandes extensões de roças que contribuíram para o aumento da capacidade de exportação e estabilidade económica e social do país. Mas, nos tempos que correm, a capacidade das roças para dinamizar a economia e mobilizar a sociedade é praticamente nula, ou seja, elas deixaram de produzir e de ter rentabilidade económica e financeira, e conseqüentemente as ilhas perderam capacidade de produção interna.

Como se sabe, as sociedades actuais deparam-se com uma conjuntura de profunda crise económica e financeira, marcada por falta de emprego, falência de grandes empresas, despedimentos em massa, com implicações na degradação das condições sociais das populações e no aumento da insegurança alimentar. Tratando-se de uma crise global, as ilhas de S. Tomé e Príncipe, como um país totalmente dependente das ajudas externas, e com as suas roças evidenciando uma capacidade de produção nula, encontram-se numa encruzilhada com um quadro económico-social crítico e insustentável. Segundo a comissão organizadora do debate da sociedade civil sobre o estado da nação santomense, *“tudo leva a crer que a nação santomense está perante um perigo iminente. O que se traduz na perda absoluta de valores, crise de autoridade de estado, descrédito completo das instituições, banalização das figuras e dos titulares de cargos do estado, crise dos partidos políticos, ausência de liderança e de um sentido comum, entre outros”* (Diário Digital Têla nón, 29-Maio-2009).

Na mais recente inspecção do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, os peritos destas organizações evidenciaram o facto do país não ter capacidade de produção, de não conseguir viver com os seus recursos internos, instando por isso as autoridades nacionais a adoptarem condições que melhorem o aumento da produção nacional. Mas, para que tal seja possível de forma sustentável, o país deverá dispor de políticas e instrumentos de ordenamento do território. Só munido destes instrumentos orientadores poderá o país adoptar um conjunto de medidas e de programas que criem as condições indispensáveis à circulação de pessoas, bens e serviços, acabando assim com barreiras naturais e obstáculos físicos, e criando as acessibilidades indispensáveis para que o desenvolvimento económico seja, não apenas viável, mas também acessível à todos.

Conforme se sabe, a estruturação do território das ilhas de S. Tomé e Príncipe é o resultado de um processo colonial longo e complexo para qual ocorreram transformações (construção de estradas, caminhos de ferro, criação de roças, portos aeroportos, etc.) em benefício do desenvolvimento e modernização, definidos pela potência colonial. Depois da partida dos portugueses, *“em 1975, a colónia estava apetrechada com estradas, infra-estruturas hospitalares, casas e roças em plena laboração agrícola”* (Silva, 2004; p.198). Este processo de transformação foi empreendido com base numa ideologia progressista de concepção clássica de origem europeia, onde o território era entendido como um elemento passivo. Esta concepção baseava-se numa visão do homem como “senhor” e “dominador” da natureza, sendo o território pensado então como um mero suporte das acções humanas. Foi esta concepção e visão do mundo que originaram, como foi já dito acima, a chamada “ideologia progressista” que colocava o homem no centro do mundo e concebendo-o como construtor do “paraíso” terrestre.

Contrariamente às expectativas criadas por essa visão progressista e edílica do mundo, o homem real e actual vê-se paradoxalmente confrontado com a pobreza, a fome ou subnutrição, com governos mafiosos e economias paralelas e corruptas, incentivando conflitos tribais e originando sucessivas vagas de migrações de populações que, fugindo à morte bárbara, tentam sobreviver em condições de carências extremas e sem nenhuma protecção. A este rol de desgraças sociais há ainda que acrescentar o aparecimento de catástrofes naturais de grandes dimensões, como por exemplo, furacões como El Niño, Katrina, Rita, etc.

Neste contexto, se é certo que a situação das ilhas de S. Tomé e Príncipe não é assim tão negra, ela não deixa, todavia, de apresentar um quadro emaranhado, marcado profundamente por escassez de bens alimentares, deficiente índice de desenvolvimento económico e social, degradação do património natural e edificado, etc.

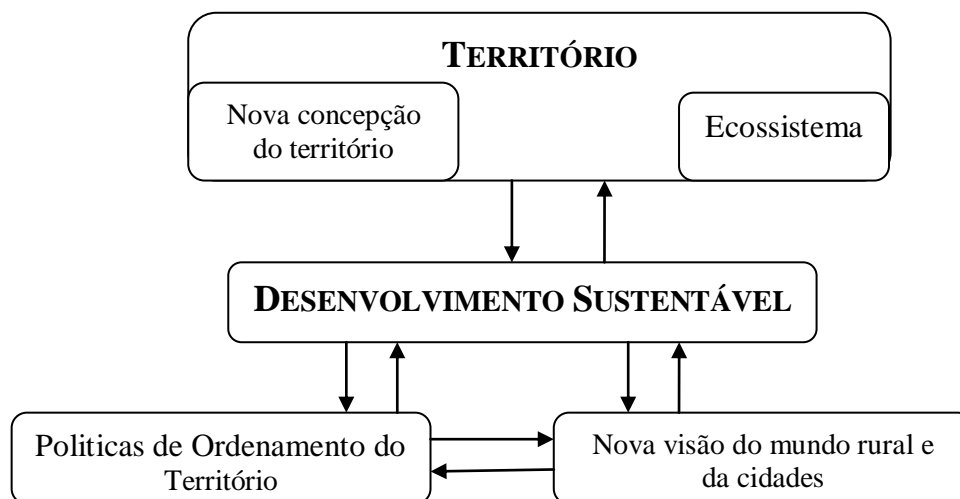
Para inverter esta situação degradante, em que se encontra ainda grande parte da humanidade, o homem, ao imbuir-se de espírito de mudança ideológica, começa a definir uma nova concepção do território sustentada na ideia de compreender o território como um elemento activo na relação com o homem e no processo de desenvolvimento. Assim sendo, o homem deixa de ser visto como o dominador do território e passa a ser considerado como um mero elemento do ecossistema.

Esta nova concepção do território cujo o diagrama se apresenta no desenho.1, que ocorre da nova concepção da natureza e do papel que desempenha no desenvolvimento económico e social, ganha a sua forma, em 1987, no Relatório Brundtland (World Commission on Environment and Development), em que surge o conceito de desenvolvimento sustentável com uma mensagem bastante simples e positiva (Bursztyn, 1993), propondo a busca de um equilíbrio entre os níveis de desenvolvimento e as reservas de recursos naturais, pelo que o desenvolvimento ao dar-se num determinado patamar pode ser mantido sem prejudicar o ambiente natural e as gerações futuras. Mais tarde, na Conferência das Nações Unidas para Ambiente e Desenvolvimento (Cimeira da Terra), no Rio de Janeiro, em 1992, é elaborado um documento Plano de acção fundamental, designado por Agenda 21, que vem reforçar o interesse pela natureza em prol do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade. Este documento realça também a utilização do conceito de desenvolvimento sustentável como mais uma *“categoria para garantir o modelo de civilização dominante e aponta a cooperação e acções conjuntas como mecanismos rumo à construção de uma sociedade ecologicamente sustentável, socialmente justa e civicamente participada”* (Universidade Lusíada de Lisboa, 2005).

Neste conceito de desenvolvimento sustentável, o crescimento económico capitalista, cego e desenfreado, passa a ser então um desenvolvimento económico assente no respeito pelos valores da natureza, pelos valores da humanidade e pelas gerações vindouras, privilegiando a implementação de políticas de Ordenamento do Território, de Reabilitação, de Conservação do Património Cultural e Natural.

Neste trabalho, pretende-se realçar o papel das roças na implementação de um desenvolvimento económico sustentável que permita à sociedade são-tomense aceder aos bens essenciais e iniciar uma nova era de prosperidade e de bem-estar social e cultural. De facto, este novo processo de desenvolvimento das roças que propomos assenta fundamentalmente na valorização ambiental, social e económica, tendo como finalidade facilitar que a sociedade actual e as futuras possam prover as suas necessidades com eficiência, através de um uso regrado dos seus recursos, tendo presente que os seres humanos, as comunidades locais e regionais são os destinatários últimos das acções a empreender.

O desenho.1 que se apresenta seguidamente tenta visualizar a dinâmica teórica e conceptual que está subjacente a este trabalho.



Desenho.1 - Esquema teórico da pesquisa

Este desenho teórico será retomado no capítulo III, onde se apresentarão os conceitos que estão subjacentes às preocupações centrais deste trabalho. Na verdade, do exposto depende-se que a hipótese-mãe que determinou esta pesquisa tem a ver com uma concepção do território. Aqui, território é entendido como um bem cada vez mais escasso e raro e que deve merecer melhor atenção por ser nele que se irá reflectir e revelar a qualidade do nível cultural de um país, no caso concreto, de São Tomé e Príncipe.

Dito de outro modo, é por ele que se irá conhecer e avaliar os valores e princípios que nortearam as políticas e programas de ordenamento do território e que se devem traduzir, em última instância, na satisfação das necessidades das populações e na promoção da qualidade de vida das mesmas, não de forma paternalista, mas com o envolvimento cívico e a participação responsável de todos os interessados. Não se pretende uma dinâmica exógena, vinda e imposta do exterior, mas sobretudo uma dinâmica social e política que seja partilhada por todos os envolvidos no processo de definição das políticas de desenvolvimento e ordenamento do território entendidas numa perspectiva de sustentabilidade.

Assim, neste marco conceptual, a aplicação dos princípios de desenvolvimento sustentável à realidade roceira apresentam-se sem dúvidas como a melhor via para resolver a situação insustentável das roças, impulsionando projectos de mudanças no âmbito de políticas económicas, socioculturais e de ordenamento territorial de amplo alcance, que seja capaz de tornar coerentes as exigências ambientais e as exigências do crescimento económico, segundo uma perspectiva de médio e longo prazo.

3. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Para a materialização desta dissertação, e no cumprimento do proposto na programação das actividades de pesquisa e consolidação dos dados, desenvolveu-se de forma coordenada e organizada as seguintes fases de trabalho:

A primeira fase denominada de pesquisa e recolha de dados possibilitou o levantamento de dados e bibliografias existentes tanto em Lisboa como em S. Tomé, seguido de leitura exhaustiva, análise e compilação das informações. Por outro lado, com apoio de um intermediário em S. Tomé, levou-se cabo o processo de observação e pesquisa, caracterizada por visitas a determinadas roças para recolha de informação, análise de dados pelo método de inspecção visual, levantamento fotográfico, recolha de informações no local através de conversas mantidas com os moradores locais e os responsáveis das instituições que de uma ou doutra forma intervêm nesta propriedades;

Com base na inspecção visual e recolha de informações locais, elaborou-se um mapa fotográfico do estado de degradação física, social e económica das roças, visando uma análise integrada da situação e das possíveis causas, e uma avaliação correcta do passado e da actualidade. Para a segunda e última fase, e no seguimento do que foi analisado e avaliado, definiu-se a proposta de intervenção, visando solucionar de forma precisa e eficaz os problemas identificados;

Neste processo de investigação deparou-se com enormes dificuldades, sobretudo em S. Tomé e Príncipe, onde o acesso aos dados e informações é praticamente inexistente. Desta forma, por um lado constatou-se localmente que grande parte de informações e dados encontram-se destruídos ou dispersados em locais particulares, por outro lado, algumas informações existentes são pertences individuais dos funcionários afectos aos ministérios governamentais, que a força de laços partidários, parentescos e interesses particulares os disponibilizam. Nestas circunstâncias, não foi possível ter acesso aos dados empíricos nem aos dados qualitativos que permitissem uma sustentação factual e empírica deste trabalho.

Uma nota final para apresentar a estrutura organizativa do texto que segue. Tendo em conta as preocupações teóricas agora apresentadas, este trabalho está organizado em 5 capítulos. O primeiro debruça-se sobre a caracterização territorial, demográfica e socioeconómica das ilhas de S. Tomé e Príncipe. O segundo faz uma caracterização global das roças. O terceiro apresenta os conceitos teóricos ou instrumentos teóricos considerados de valiosos para a validação da parte empírica. No quarto capítulo, que representa a parte empírica do trabalho, apresenta-se o estudo de caso a roça “Água Izé”, seguido de uma proposta de intervenção no capítulo cinco, e, finalmente, a conclusão onde se aborda as considerações finas deste trabalho.

CAPÍTULO I

CARACTERIZAÇÃO SÓCIAL E CONÓMICA DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Definido o objectivo deste trabalho, o presente capítulo vai caracterizar de forma sucinta o país, destacando particularmente os aspectos territoriais, sóciodemográficos e económicos, considerados de atinentes para o enquadramento da problemática das roças.

1. CARACTERIZAÇÃO SÓCIODEMOGRÁFICA DAS ILHAS

O povoamento oficial das ilhas terá principiado no reinado de D. João II, com o capitão donatário João de Paiva, a quem foi dado por carta régia de 24-09-1485 parte da ilha e o comando do Castelo de S. Jorge da Mina no continente africano, construído em 1482. *“Com a subida ao trono de D. João II, por Carta Régia de 24 de Setembro de 1485, iniciou-se a ocupação da ilha de S. Tomé, organizada em capitania e doada a João de Paiva”* (Silva, 2004; p.24). Na carta de privilégio aos moradores de S. Tomé e Príncipe em 16-12-1485, e com objectivo de atrair e fixar pessoas, o Rei concede a liberdade de comércio de “escravos” e outras mercadorias. O primeiros colonos estabeleceram-se em 1485 no Noroeste de S. Tomé em Água Ambó. Seguidamente, em 1493 passaram para um local em redor da baía de Ana Chaves, na parte Nordeste de menor declive e com maior facilidade de acesso ao interior, onde fundaram uma Povoação, que posteriormente foi denominada de cidade de S. Tomé. *“Os primeiros colonos a desembarcar estabeleceram-se em Água Ambó, junto a Pontafigo e só mais tarde chegaram ao local onde hoje se situa a cidade de S. Tomé”* (Silva, 2004; p.25).

Segundo alguns investigadores, a cada degradado era dado uma companheira escrava, na intenção de incentivar o povoamento das ilhas. A estes povoadores acresciam ainda numerosos escravos africanos provenientes inicialmente da região do Golfo da Guiné, da Mina, do Benim; Gabão e Posteriormente do Congo, Angola, Cabo Verde e Moçambique com objectivo de prestarem serviços aos colonos e de desbravarem a floresta para a prática de agricultura.

A ilha do Príncipe foi doada a António Carneiro em 18-03-1500, manteve-se mais de dois séculos como propriedade dos seus donatários e só no século XVIII voltou à posse do reino português, sendo povoada por escravos resgatados na costa africana e que começaram a cultivar a cana sacarina proveniente da ilha da madeira.

No aprofundamento das questões do povoamento das ilhas deparou-se com duas versões distintas: a primeira refere que aquando da chegada dos navegadores portugueses as ilhas encontravam-se inabitadas. A segunda faz referência à existência de uma população, dos angolares na zona sul de S. Tomé, que viviam essencialmente de pesca e agricultura. De acordo com alguns historiadores, os angolares provêm dos antigos escravos angolanos que terão sobrevivido de um naufrágio perto da zona sul da ilha, e ali se instalaram com os seus hábitos e costumes. “ *Da proveniência do angolares contam-se várias versões, entre as quais do navio carregado de escravos que teria naufragado nos rochedos chamados Sete Pedras situados ao sul da ilha de S. Tomé, quando seguia rota do Brasil. Lenda ou história (não se sabe bem), os naufragos teriam aí fundado uma povoação a que mais tarde viria a chamar-se Angolares*” (Silva, 2004; p.25).

A produção da cana de açúcar e a exportação do açúcar para a Europa exigiu um recrutamento em massa de mão-de-obra escrava proveniente de várias regiões de África, simultaneamente com o envio dos degradados condenados em Portugal para ilhas. Desta forma, no início do século XVI, o território apresentava a uma população de 10 mil habitantes, tornando-se em pouco tempo o ponto de escala de viagens de navegação para Índia. Desde o início do povoamento, a quase inexistência de mulheres europeias levou à miscigenação da população por ligações de brancos inicialmente com escravas, que paulatinamente tornavam-se livres juntamente com os filhos que tinham dos europeus por iniciativa individual dos seus “senhores” e por carta régia.

Deste modo, numa população inicialmente constituída por brancos e negros, cresceu uma outra, que, com o decorrer do tempo, se tornaria cada vez mais influente nas ilhas: os mestiços libertos ou “forros”. Na Tabela nº.1 apresenta-se os dados da população nos anos 1770.

TABELA 1 - POPULAÇÃO DOS ANOS 1770

	Branços	Mestiços	Negros Livres	Negros escravos	Total
S. Tomé	82	201	3257	6910	10450
Príncipe	111	171	900	4668	5850
Total	193	372	4157	11578	16300

Fonte: Mulheres, sexualidade e casamento em S.T.P.

No global, a população das ilhas espelhava-se numa diversidade de origens, constituídos por forros, angolares e tongas. Os forros, maioritariamente no país, eram de origem luso-africana, os angolares descendentes de escravos angolanos e os tongas provêm dos trabalhadores contratados de Cabo Verde e Moçambique. No início do século XX, a população do arquipélago tinha mais de 40 mil pessoas, dos quais alguns milhares eram europeus. Por volta dos anos 1970, os estudos estatísticos efectuados demonstram a evolução da população para um valor de 73,60 mil habitantes.

Após os anos de independência, situando-se os anos 1991 e 2001, a população das ilhas passou de 118 mil para 138 pessoas, representando um acréscimo de 17% e uma taxa de crescimento médio anual de 1,6%, sendo que 49% são homens e 51% mulheres. A taxa de crescimento da população entre 1975 e 2001 foi de 2,4%. A taxa bruta de natalidade é de 35%, com uma taxa de mortalidade infantil de 54,2% em cada mil nascimento e a taxa bruta de mortalidade de 8,3%. A população do país é maioritariamente jovem, 47,7% têm menos de 14 anos, 48,4% têm entre 15 e 64 anos, e 3,9% têm 65 anos ou mais.

Da população total, 65% são solteiros, 32% vivem numa situação de união de facto e apenas 3% são casados. (Fontes do INE-STP, Censo de 2001 e IPAED 2002). Na Tabela nº.2 abaixo indicada apresenta-se os dados da população por nacionalidade, de acordo com o Censo de 2001.

TABELA 2 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR NACIONALIDADE

NACIONALIDADE	TOTAL	HOMENS	MULHERES
Total	137599	68236	69363
São-tomenses	133128	65980	67148
Estrangeiros	4471	2256	2215
Angola	681	341	340
Brasil	15	8	7
Cabo Verde	2543	1210	1333
Guiné Bissau	21	11	10
Moçambique	79	72	7
Portugal	216	113	103
Gabão	460	226	234
Guiné Equatorial	83	42	41
Nigéria	54	51	3
Outros africanos	80	57	23
Outros americanos	36	27	9
Outros europeus	78	37	41
Outros asiáticos	26	18	8
Outros	99	43	56

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas - S.T.P, Censo 2001

S. Tomé e Príncipe apresenta hoje uma população estimada em cerca de 181 mil habitantes, dos quais, 6 mil habitam na Região Autónoma do Príncipe. O número de estrangeiros residentes no país corresponde a 3% da população total. Cerca de 70% da população professa religião católica, 10% professa outras religiões (evangélica, adventista, muçulmanos, etc.) e a restante não professa qualquer religião. (Fontes do INE-STP, Censo de 2001). Nos últimos anos da administração portuguesa, mas concretamente em 1973, as ilhas ostentava um sistema de ensino com estabelecimentos de ensino infantil, primário, preparatório, liceal, técnico-profissional e ensino universitário era ministrado em Portugal. O número de professores era de 530 e de alunos de 13 mil (1 professor para cada 25 alunos). Após a independência verificou-se um incremento nos diversos graus de ensino, com criação de institutos superiores e universidades.

Actualmente, estudam em S. Tomé e Príncipe mais de 40 mil alunos, com o número de escolas a ultrapassar 140 e os professores 1300. De acordo com os dados da PNUD em 2002, a taxa bruta de escolarização era 58% e a taxa de alfabetização de adultos era de 83,1%. Da população escolarizada, 54% completou o ensino primário, 32% o ensino secundário, 6% o ensino pré-universitário e 3% ensino médio ou superior. Na Tabela nº.3 é possível observar os dados da população escolar das ilhas.

TABELA 3 - ENSINO ESCOLAR

NÍVEL ENSINO	VALORES TOTAIS			
	Alunos	Escolas	Professores	Aluno/Professor
Creches	1917	42	72	27
Jardins de Infância	2782	16	112	25
Ensino Primário	22319	72	683	33
Ensino Secundário	12518	10	352	36
Pré – universitário	1284	2	70	18

Fonte: Planificação e Estatística do Ministério Educação - S.T.P, 2002

A taxa de frequência do ensino primário é de cerca de 70%, e a frequência de secundário é de cerca de 30%. Todavia, a taxa de analfabetismo é ainda de 15%, sendo a taxa de reprovação no ensino primário de 30% e a do abandono escolar de 9%. (Fontes do IPAED 2002, INE-STP e MEC-STE). Consta-se na Tabela nº.4 os dados populacionais de acordo com os níveis de ensino.

TABELA 4 PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO SEGUNDO NÍVEL ENSINO

NÍVEL	TOTAL (%)	FEMININO (%)	MASCULINO (%)
Nenhum	1,8	2,4	1,2
Pré – escolar	3,4	3,4	3,4
Primário	53,9	55,2	52,7
Secundário Básico	33,7	33,6	33,8
Pré – universitário	6,3	5	7,4
Médio/Bacharelato	0,4	0,2	0,7
Superior	0,5	0,2	0,8
Total	100	100	100

Fonte: IPAED - S.T.P, 2002

Segundo o inquérito sobre o Emprego e Desemprego realizado pelo IPAED, em 2002 a população activa era superior a 50 mil, equivalente a 38% da população total, com o número de mulheres ligeiramente superior ao dos homens. O sector primário (agricultura, pecuária e pescas) ocupa 30% dos activos, dos quais 2/3 trabalham na agricultura. Segundo o Banco mundial, 55% da população depende exclusivamente da agricultura. No sector secundário (indústria, energia e construção) trabalham quase 9 mil pessoas, o que corresponde a 16% da população activa. Nos serviços, excluindo a administração pública trabalham 21 mil pessoas, representando 41% da população activa. Na administração pública trabalham um pouco mais de 6 mil pessoas, ou seja 12% dos activos. (Fontes do INE-STP, Censo 2001 e IPAED 2002).

A população desempregada corresponde a 18% da população activa. Mais de metade da população adulta necessita de apoio financeiro da sua família, e só 30% vivem apenas do respectivo salário. O salário na Administração Pública aumentou de 280 mil dobras para 332 mil dobras (30 à 40 dólares) em 2004, e em 2005 passou para os 428 mil dobras (54 dólares) (Fontes do INE-STP, 2001).

2. OCUPAÇÃO E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DAS IHLAS

Se no ponto anterior os dados estatísticos cobriram sobretudo os aspectos relacionados com a demografia, agora a nossa atenção vai sobretudo para a caracterização dos aglomerados populacionais. Como é sabido, o primeiro aglomerado urbano das ilhas remonta ao período da colonização, instalado na baía de Ana Chaves, com implantação de um conjunto de cerca de 250 fogos, com um ou dois pisos, tendo como elemento principal a madeira.

Para além da habitação, este aglomerado dispunha também de outras infra-estruturas, como estradas, edifícios religiosos, portos, fortes, armazéns, edifícios sociais, edifícios administrativos, edifícios de comércio, etc. Este aglomerado irá dar origem à cidade de S. Tomé, que teve o seu desenvolvimento em torno de funções essencialmente económicas, sustentadas pelo tráfego de escravos, exportação da cana de açúcar, do cacau, café, etc., e o comercio de diversas mercadorias.

Por outro lado, o acesso por via marítima e a facilidade de aceder ao mar pela praia permitiu que este núcleo populacional se desenvolvesse junto à costa, predominantemente ao longo da baía e a volta do porto, ponto de convergência destas funções. *“A baía de Ana Chaves foi a escolhida para porto de entrada e fixação definitiva da população. A baía abre-se a nordeste entre a ponta da Fortaleza de S. Sebastião e a de Quinguelharó. Ao fundo, na parte sul, desagua o rio Água Grande e é sobre as suas margens que a cidade se encontra edificada”* (Silva, 2004; p.48).

Importa recordar que a cidade de São Tomé desempenha, a nível das duas ilhas, as funções centrais urbanas únicas, dado que o aglomerado de Santo António do Príncipe nunca adquiriu, ao longo da história, uma função urbana central, à excepção do período em que, face aos ataques de corsários holandeses e franceses, se afirma como capital das ilhas. Este dado histórico ditou a lógica da ocupação e organização territorial das ilhas, com a preponderância da função urbana da cidade de São Tomé sobre os outros pequenos aglomerados urbanos que virão a formar-se ao longo da história. Fica assim registado o papel secundário destes aglomerados populacionais, incluindo Santo António do Príncipe, função secundária que ainda permanece na actualidade. Somente após a independência (1975) é que se verificaram algumas alterações originadas pela elevação de aglomerados populacionais com categoria de vila à categoria de cidade, como foi o caso da Trindade, Guadalupe, Neves, Santana, Angolares. A Tabela nº.5 que se segue espelha a distribuição da população pelos distritos com os respectivos centros urbanos.

TABELA 5 - POPULAÇÃO POR DISTRITOS

DISTRITO	1991 (TOTAL)	2001 (TOTAL)	1991 (%)	2001 (%)
Água Grande	42331	51886	36	37,7
Mé-Zochi	297558	35105	25,3	25,5
Cantagalo	11433	13258	9,7	9,7
Caué	5322	5501	4,5	4,0
Lembá	9016	10696	7,7	7,8
Lobata	14173	15187	12,1	11,0
Príncipe	5471	5966	4,7	4,3
Total	117504	137599	100	100
Urbana	52775	75013	44,9	54,5
Rural	64729	62586	55,1	45,5

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatísticas - S.T.P., Censo de 2001

As cidades de S. Tomé e de António do Príncipe ostentam uma malha urbana reticulada composta por elementos urbanos de grande significado, por ruas paralelas e perpendiculares em muitos casos, formando ângulos rectos e dando origem a quarteirões alongados de forma rectangular. As Fig.1 e Fig.2 do Mapa Fotográfico deste capítulo evidenciam as vistas aéreas das cidades de S. Tomé e S. António.

Face aos fenómenos de desenvolvimento sócio-demográfico e económico de S. Tomé e Príncipe, constata-se, actualmente, uma expansão destes dois centros urbanos, expansão esta feita em grande parte de forma desorganizada, sem preocupações de planeamento e gestão do espaço e inexistência de infra-estruturas públicas (saneamento, água e electricidade). A propósito, lembra-se que na capital S. Tomé encontram-se mais de 30 mil habitantes e em Santo António do Príncipe há mais de 6000 habitantes (Fontes do INESTP, censo de 2001). Estes dados populacionais confirmam o que foi dito acima acerca da centralidade que a cidade de São Tomé desempenha no conjunto da estrutura urbana das duas Ilhas.

Consultar a Tabela nº.6. A sua análise permite concluir que os edifícios existentes enquadram-se em 3 diferentes períodos de construção, o anterior ao 1975, de 1975-1990 e o pós 1990. Dos edificadados existentes, destacam-se edifícios administrativos (bancos, tribunais, quartéis, etc.), edifícios de habitação, edifícios de comércio e serviços (hotéis, lojas, restauração, panificadoras etc.), edifícios sociais e desportivos (escolas, centros saúde, campos de futebol, etc.), etc.

TABELA 6 ÉPOCA DE CONSTRUÇÕES

ANO DE CONSTRUÇÃO	NÚMERO DE CASAS POR NÚMERO DE HABITANTES			
	Até 3	Entre 4 e 6	Mais de 7	Total
Até 1975	5976	4074	1834	11884
1976 – 1990	3209	2847	1443	7499
Pós 1990	2749	3322	1232	7303
Não se sabe	3537	2677	987	7201
Total	15471	12920	5496	33887

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatísticas - S.T.P., Censo de 2001

O elevado número de acidentes naturais no interior da ilha de S. Tomé e Príncipe faz com que o transporte de pessoas e mercadorias se desenvolva por terra, junto ao litoral, na parte leste da ilha, e pelo mar em determinadas zonas do litoral, particularmente na parte Oeste.

As ilhas possuem uma rede de estradas públicas com aproximadamente 350 km, dos quais dois terços são asfaltadas, quase todos no litoral e maioritariamente em deficiente estado de conservação. Para o interior só há caminhos rurais que levam às roças e que estão degradados. A principal rede rodoviária do país desenvolve-se em S. Tomé, e apresenta a seguinte estrutura: a Estrada nº 1 com cerca de 46 km na costa ocidental da ilha, estende-se entre a cidade de S. Tomé e Santa Catarina; a Estrada nº.2 com cerca de 19 km entre a cidade de S. Tomé e a Pousada da Boa Vista, junto a roça Nova Moca; a Estrada nº 3 com cerca de 97 km na costa oriental da ilha, entre a cidade de S. Tomé e um pouco além de Porto Alegre, no extremo sul. Na Fig.3 do Mapa Fotográfico deste capítulo observa-se o troço parcial da estrada para Sta Catarina. Os transportes públicos são escassos, sendo o transporte de pessoas e bens assegurado por táxis, por algumas carreiras de autocarros e mototáxis. O transporte de mercadorias é feito por carrinhas táxis de particulares, ou de empresas e até mesmo por táxis.

O arquipélago dispõe de dois portos para navios de logo curso, um na capital S. Tomé e outro na cidade de Sto António na ilha do Príncipe. Estes portos têm águas pouco profundas e os navios têm de permanecer ao largo, ficando o transporte de pessoas e mercadorias para a terra ao cargo de pequenas embarcações. O porto de S. Tomé permite a acostagem de embarcações até 3 m de calado e uma capacidade de movimentação de 100 mil toneladas anuais. Existe ainda um pontão no Príncipe, na cidade de Neves e em Fernão Dias.

Futuramente S. Tomé terá um porto de águas profundas, cujo os estudos preliminares para a sua construção já foram iniciados. Existem dois aeroportos, o aeroporto internacional na capital S. Tomé e o aeroporto regional na ilha do Príncipe. Na região de Porta Alegre existe uma pista de aterragem de helicópteros. Espera-se para breve o início de obras de ampliação e modernização do aeroporto de S. Tomé.

Nos finais do século XIX, as várias roças dispunham de instituições de saúde e algumas delas eram hospitais. Em 1973 havia 4 delegações de saúde, 17 postos e 25 estabelecimentos hospitalares. (Seibert, 2002, 2ªed). No século XX foi construído um Hospital Central na capital S. Tomé. Actualmente muitas instalações hospitalares estão desactivadas, estando apenas em funcionamento os hospitais Dr. Ayres de Menezes, em S. Tomé, e Dr. Quaresma Dias da Graça, no Príncipe. Ao longo do território estão implantados alguns postos de saúde fixos.

As Roças Face aos Desafios de Modernização e Desenvolvimento de S.T.P. As Potencialidades da Roça
Água Izé - Estudo de Caso

O sistema de abastecimento de águas, saneamento e electricidade carece de melhorias significativas. A análise da Tabela nº7 mostra que cerca de 75% da população não tem acesso à água potável da rede pública. Por outro lado, metade das famílias têm de se abastecer em chafarizes comunitários. Aproximadamente 25% tem água canalizada no interior das suas propriedades e apenas 8% possuem canalização no interior das habitações. Um quarto da população ainda consome água das nascentes, rios ou poços sem qualquer tratamento.

TABELA 7 - ÁGUA CONSUMIDA

PROVENIÊNCIA	NÚMERO DE CASAS POR ESCALÃO DE HABITANTES			
	Até 3	Entre 4 e 6	Mais de 7	Total
Canalização interior	1217	1043	531	2791
Canalização no quintal	2361	2238	978	5577
Chafariz público	7778	6372	2515	16665
Nascente	1919	1524	676	4119
Rios/ribeiras	1794	1433	686	3913
Ouros	402	310	5496	822
Total	15471	12920	5496	33887

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatísticas - S.T.P., Censo de 2001

No que respeita às instalações sanitárias, a tabela nº.8 permite observar que quase 80% das casas não possuem instalações sanitárias, apenas 10% das habitações têm instalação sanitária completa.

TABELA 8 - INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

CONDIÇÕES	NÚMERO DE CASAS POR ESCALÃO DE HABITANTES			
	Até 3	Entre 4 e 6	Mais de 7	Total
Casas de banho	1537	1638	875	4050
Retretes	688	622	257	1567
Latrinas	1157	1163	514	2834
Não tem	12089	9497	3850	25436
Total	15471	12920	5496	33887

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatísticas - S.T.P., Censo de 2001

Já no que concerne ao sistema de esgotos, os dados apresentados na Tabela nº.9 permitem verificar que apenas 4% das famílias têm um sistema de esgotos ligados à rede pública. Um valor equivalente a 11% da população possui uma fossa séptica autónoma, enquanto que os restantes 80% não tem saneamento básico instalado.

TABELA 9 - SISTEMAS DE ESGOTOS

CONDIÇÕES	NÚMERO DE CASAS POR ESCALÃO DE HABITANTES			
	Até 3	Entre 4 e 6	Mais de 7	Total
Rede pública	566	545	287	1398
Fossa Séptica	1761	1881	952	4594
Outras	794	758	315	1867
Não tem	12350	9736	3942	26028
Total	15471	12920	5496	33887

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatísticas - S.T.P., Censo de 2001

Sem desmerecer a importância dos dados estatísticos anteriores e referentes à situação, ainda muito precária, do país, a Tabela nº.10 vai merecer particular atenção, visto que a produção e consumo de energia eléctrica constitui um elemento avaliador da qualidade de vida das populações, mas também do acesso generalizado, ou não, à sociedade de informação. Na verdade, aceitando a produção e consumo de energia eléctrica como indicador de qualidade das populações e de modernização de uma dada sociedade, esta tabela ajuda a ponderar a situação concreta de São Tomé e Príncipe. Da análise da tabela em questão, constata-se que o acesso à electricidade é ainda insuficiente, dado que em 2004 cerca de 40% das habitações não o possuía. Com efeito, como se pode ver na tabela, a produção total da energia eléctrica em 2002 foi de 31,2 milhões de kWh/h, sendo 81% de origem térmica e 19% de origem hídrica.

TABELA 10 - PRODUÇÃO E CONSUMO DA ENERGIA ELÉCTRICA

(Milhões kW/h)	ANO					
	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Produção total	27,2	28,0	26,1	26,5	31,2	35,9
Hidroeléctrica	7,4	8,0	6,8	4,8	5,8	6,7
Termoeléctrica	19,7	20,0	19,3	21,6	25,4	29,2
Consumo total	16,1	15,5	16,6	17,2	25,4	27,0
Residencial	8,2	8,9	9,4	10,3	13,2	14,0
Industrial e outros	7,9	6,7	7,1	6,8	12,2	13,0
% total produzido	40,8	44,5	36,4	35,2	18,6	24,7

Fonte: Fundo Monetário Internacional

O consumo de electricidade atingiu, nesse ano, 25 milhões de Kw/h, o que denota uma perda significativa na sua distribuição (18,6%), embora o aproveitamento da energia produzida tenha vindo a aumentar. O consumo doméstico de energia eléctrica é superior ao consumo industrial.

Actualmente, cerca de 65% de energia total consumida é proveniente da combustão de madeira. O país importa mais de 25 mil toneladas anuais de produtos petrolíferos, na sua maioria para a produção de energia eléctrica.

Quanto às telecomunicações, existe uma empresa, a CST (Companhia São-tomense de Telecomunicações), uma empresa mista com 51% do capital pertencente à PT (Portugal Telecom) e os 49% pertencente ao Estado são-tomense. Tem uma das redes de telecomunicações mais desenvolvida do continente africano, mas os preços praticados são elevados. Em 2002 foi lançado o serviço de telecomunicações móveis, primeiramente em S. Tomé e posteriormente no Príncipe. No que toca as emissões rádios e televisão, pode-se citar as emissões da Rádio Nacional, a RDP África, a RFI, a Voz de América, Rádio Tropicana (privada), a Rádio Jubilar (Católica), TVS (televisão são-tomense), RTP África e CFI/TV5 (francês).

3. CARACTERIZAÇÃO ECONÓMICA DAS ILHAS

As ilhas de S. Tomé e Príncipe apresentam uma economia exclusivamente quase sobrevivente durante muitos anos à custa dos grandes feitos da agricultura desenvolvida nas roças, tendo o cacau como principal produto e a mais importante fonte de exportação do país. A cultura do cacau obteve o seu esplendor no período colonial, o cacau produzido nesta época chegou a ser o melhor do mundo e a principal riqueza do país. No entanto, os números da produção sofreram quebra nos últimos anos devido a vários factores como a seca, a fraca capacidade de gestão e produção, a instabilidade dos mercados internacionais e a inexistência de uma política de produção eficiente.

Na silvicultura, o arquipélago tem uma das mais importantes florestas primárias com espécies de grande valor económico, como a produção de madeira, árvores de frutas, plantas e ervas medicinais, etc. As ilhas têm boas condições para o desenvolvimento da pecuária, principalmente na zona Norte da ilha de S. Tomé, mas não existem explorações pecuárias de índole empresarial ou de grande escala, estando esta actividade enquadrada tradicionalmente como uma prática de criação de gados numa escala muito pequena para auto subsistência.

O sector do comércio abrange actividades destinadas ao comércio interno e as destinadas ao comércio internacional. O comércio interno incide essencialmente no fornecimento de produtos alimentares e bebidas, em pequenos estabelecimentos, em mercado de rua e na restauração. Quanto ao comércio externo, grande parte dos produtos de consumo e investimentos, de produtos alimentares, vestuário, combustível, materiais de construção, meios de transporte, máquinas e equipamentos de que o país necessita é importado, tornando-o altamente dependente do exterior.

Apesar das condições naturais excelentes para a implementação do turismo, este sector encontra-se praticamente na fase de implantação, tentando superar determinados obstáculos que dificultam a sua prática, tais como a fraca capacidade das infra-estruturas básicas do turismo, a inexistência de uma política coerente para a implementação desta actividade, etc.

Sendo um país com grandes carências de fábricas e indústrias, as exportações anuais conseguem um total aproximado de 4 milhões de dólares, dependendo o país em grande medida, das ajudas externas. (fontes do INESTP, 2001).

As recentes informações da descoberta de jazidas de petróleo nas águas territoriais são-tomenses abriu novas perspectivas para o futuro, em termos de exploração deste recurso, que poderá dar sem dúvida o maior impulso para a economia das ilhas. Prevê-se que a exploração de hidrocarbonetos não comece antes de 2010, uma vez que são necessários alguns estudos de prospecção para avaliação concreta da quantidade e qualidade das jazidas e, conseqüentemente, do interesse comercial da extracção de petróleo.

Apesar da existência de sectores potenciadores do índice económico, as ilhas vivem um período de degradação económica, marcado pelo défice de produtos agrícolas e bens alimentares, como consequência do abandono das grandes propriedades agrícolas.

4. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO DAS ILHAS

O território das ilhas compreende na sua essência um espaço terrestre, um mar territorial e um espaço aéreo. Em comparação com o espaço terrestre o mar territorial ocupa a maior parte do espaço físico das ilhas, compreendendo vários ilhéus adjacentes num círculo de 12 milhas do mar territorial. No período da administração colonial o arquipélago apresentava dois concelhos, o de S. Tomé e o do Príncipe. O concelho de S. Tomé congregava onze freguesias; Conceição, Graça, Nossa Senhora de Fátima, Guadalupe, Madalena, Neves, Ribeira Afonso, Santana, Santo Amaro, S. João dos Angolares e Trindade. Por sua vez, o concelho do Príncipe apresentava como única freguesia a Nossa Senhora da Conceição.

Genericamente, estes dois concelhos estavam divididos em áreas designadas de Zonas Urbanas, Zonas de Orla Marítima e Zonas designadas de Rurais com grandes propriedades agrícolas, onde concentravam áreas Agrícolas e Florestais. Dentro das áreas Florestais destacam-se zonas de Obô e Capoeira, que tendencialmente localizavam-se parte central das ilhas. As Zonas de Orla Marítima ocupavam toda a faixa litoral das ilhas. As principais áreas Urbanas localizam-se preferencialmente próximas do litoral (caso das baías de Ana Chaves e Agulhas) e centro Norte. Na Fig.4 do Mapa Fotográfico deste capítulo mostra-se o mapa administrativo das ilhas de S. Tomé e Príncipe.

Actualmente, e conforme demonstra a Tabela n.º.11, S. Tomé e Príncipe está dividido em quatro regiões: Norte, Centro Litoral, Sul e Príncipe. Cada região está por sua vez dividida em distritos; Norte com os distritos de Lemba e Lobata, Centro Litoral com os distritos de Água Grande e Mé-Zochi, Sul com o Cantagalo e Caué, o Príncipe como região autónoma (Lei n.º 5/80, Lei da Divisão Territorial e Administrativa).

TABELA 11 - ÁREAS DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS

REGIÕES	DISTRITOS	ÁREAS	CIDADES
CENTRO LITORAL	Água Grande	16,5 km ²	São Tomé
	Mé-Zochi	122 km ²	Angolares
SUL	Cantagalo	119 km ²	Santana
	Caué	267 km ²	Trindade
NORTE	Lobata	105 km ²	Guadalupe
	Lemba	229,5 km ²	Neves
PRÍNCIPE	Príncipe	142 km ²	Sto. António (Príncipe)

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatísticas - S.T.P.

CAPÍTULO II

AS ROÇAS COMO FACTOR ESTRUTURANTE DO TERRITÓRIO DAS ILHAS

Após a caracterização demográfica, socioeconómica e administrativa de S. Tomé e Príncipe, no capítulo anterior, o presente capítulo vai centrar-se na observação das roças como um espaço estruturante das ilhas no que respeita à ocupação e organização do território. Para tal, aborda-se fundamentalmente os aspectos preponderantes das roças no contexto regional e local, descrevendo as situações geográficas, os aspectos históricos, sociais, económicos e morfológicos, que no seu conjunto ajudam a situar o carácter estruturante do espaço roceiro.

1. ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIOECONÓMICOS DAS ROÇAS

Neste ponto, vamos abordar os aspectos históricos e socioeconómicos das roças nos períodos marcantes da história das ilhas de S. Tomé e Príncipe.

AS ROÇAS NO PERÍODO COLONIAL ATÉ 1974

Em 1800, o governador João Baptista da Silva Lagos mandou vir do Brasil a semente de café e, em 1855, o João Maria de Sousa e Almeida, conhecido por Barão de Água Izé, promove, com grande empenho, em S. Tomé, a cultura do cacau, trazida do Brasil para a ilha do Príncipe, pelo governador Manuel Ferreira Gomes. Com a introdução destas culturas começam-se a surgir as primeiras roças, alguns dos seus proprietários e as respectivas comunidades: em 1858, o Manuel José da Costa Pedreira lança os fundamentos da roça Monte Café; em 1863, o José Maria de Freitas lança os fundamentos da roça Bela Vista e, posteriormente, Santarém e Ilhéu das Rolas; em 1865, o Gabriel de Bustamante lança os fundamentos da roça Rio do Ouro ou Agostinho Neto; o Francisco de Assis Belard com Manuel Joaquim Teixeira lançaram fundamentos das roças Sta Margarida, Monte Macaco, e Maiança, etc. (Seibert, 2002, 2ªed; p.49).

A introdução das culturas de cacau e café e a criação das roças fez com que muitos nativos perdessem as suas terras, de modo que em 1898 os roceiros brancos possuíam 90% das terras. Para fazer face falta de mão-de-obra, os proprietários brancos, com apoio da metrópole, recrutam serviçais no continente africano com contratos renováveis de três em três anos.

Assim, entre 1876 e 1879, foi recrutado um total de 10341 trabalhadores contratados, dos quais cerca de metade veio de Angola e outros de Gabão, Costa do Ouro e Libéria. Entre 1881 e 1908 foram recrutados mais de 42825 trabalhadores provenientes exclusivamente de Angola, Cabo Verde e Moçambique. (Seibert, 2002, 2ªed, p.52,53).

Tendo sido arquitectadas, com base numa política colonial de desenvolvimento privado, as grandes parcelas de terras com funcionalidade produtiva, foram-se incrementando em quantidade e qualidade, vincando uma relação hierárquica e funcional do trabalho, e de cumplicidade entre os patrões, o feitores, os capatazes e os empregados, evidenciando como elementos constituintes uma série de espaços colectivos, o terreiro, as habitações, instalações industriais, muralhas de vedação, equipamentos diversos (escolas, hospitais), caminhos-de-ferro, estradas, instalações portuárias, etc. *“Na roça inseria-se um conjunto de construções, em geral rectangulares, que variava de acordo com relevo do terreno, sendo o hospital situado na parte mais alta”* (Silva, 2004; p.48). A Fig.1 do Mapa Fotográfico deste capítulo ilustra o pormenor da antiga casa grande da roça Boa Entrada em S. Tomé.

Dispondo de todo um conjunto de infra-estruturas e condições propícias para o aumento das produções de cacau, café e outras (banana, a pimenta, o coconote, a copra, produtos hortícolas, óleo de palma, etc.), as roças passaram a ser a principal fonte de desenvolvimento económico das ilhas com reconhecimento internacional. *“O surto do desenvolvimento e ocupação da ilha incrementou-se a partir da segunda metade do se XIX, dando-se prioridade à agricultura em detrimento comercio negreiro”* (Silva, 2004; p.27). Na Fig.2 do Mapa Fotográfico deste capítulo apresenta-se o pormenor da formatura dos trabalhadores da antiga roça Porto Real no Príncipe. Até aos anos 70 as roças estavam organizadas em sociedades e companhias agrícolas concentradas nas mãos de 22 proprietários coloniais. No anexo A consta-se o Esboço de Concentração da Propriedade, roças pertencentes ao mesmo Proprietário ou sob a mesma Administração.

Estas companhias agrícolas eram plantações capitalistas de larga escala com 50 a 100 ou mais trabalhadores, e as operações nas plantações eram conduzidas às ordens dos respectivos proprietários e seus agentes. *“Para que se possa ter uma ideia da extensão das roças, por exemplo, a roça Uba Budo e suas dependências, que não sendo uma das maiores, possuía uma área de 18 km² e um total 700 serviçais”* (Silva, 2004; p.27).

Por outro lado, apesar de esta ser uma organização capitalista, as plantações eram também marcadas por atitudes feudais, em que o proprietário exercia o seu controle não só sobre o trabalho da sua mão-de-obra, mas também exercia uma jurisdição legal no que concerne a crimes e disputas menores. Citando a Oitilina Silva, vida dos serviçais era regulada por Artº21 do Decreto Lei nº1880, *“o serviçais trabalharão nove horas e meia por dia, mas não mais do que cinco horas e meia consecutivas. A primeira refeição nunca será depois das nove da manhã. Ao domingo principia a mesma hora, mas o pessoal volta das plantações às onze horas, despendendo algum tempo na arrumação e limpeza da dependência. O dia do pagamento ocorre no primeiro domingo de cada mês”* (Silva, 2004; p.37). A economia de exportação tinha um carácter orientado para exportação e dependência do comércio de grande distância para levar o produto da monocultura aos mercados europeus e trazer mercadorias, alimentos e géneros. Paralelamente, o sistema de plantação era controlado politicamente a uma grande distância por uma metrópole na Europa, com uma sociedade diferente.

AS ROÇAS NO PERÍODO DE 1974 A 2008

Com o advento da independência do arquipélago, em Março de 1979 as médias e grandes propriedades roceiras foram nacionalizadas e convertidas em 15 empresas estatais agro-pecuárias, usualmente chamadas de “empresas” que foram postas sob a autoridade do Ministério de Agricultura. Ver o esboço da nova organização das roças no pós independência na Fig.Esb”, do mapa fotográfico deste capítulo. As áreas totais destas vastas plantações andavam entre 2370 e 17054 hectares. Na Tabela nº.12 abaixo indicada apresenta-se o nome das recém criadas empresas agrícolas e as respectivas áreas.

O processo de nacionalização, para além de provocar alterações na estrutura física das roças, induz ainda alterações de carácter social e económica profundas nas instalações roceiras. Do ponto de vista social, o processo possibilitou a alteração da condição social dos antigos trabalhadores contratados para o estatuto de cidadãos nacionais livres e aptos para gerirem a sua vida profissional. Com o novo estatuto, estes cidadãos passaram a ser responsáveis pelas antigas casas coloniais e formaram as comunidades locais, compostas maioritariamente por descendentes de cabo-verdianos, moçambicanos, angolanos e alguns forros, e descendentes de europeus.

Fica assim criado um mosaico étnico cultural com presença de vários idiomas como o crioulo cabo-verdiano, o crioulo forro, etc., e, no caso particular das ilhas do Príncipe, o Moncó ou Lung`lé, com várias formas gastronómicas e representações culturais.

No que toca às alterações económicas, a direcção e gestão das roças passou à responsabilidade dos nacionais das ilhas, com repercussões nas actividades de produção de cacau, café, óleo de palma e outros produtos, sendo as duas primeiras produzidas com carácter de exportação. Neste contexto, *“as roças passaram a dispor de departamentos com responsabilidades logísticas e técnicas e um quadro de pessoal composto essencialmente por directores, feitores e trabalhadores”* (Seibert, 2002, 2ªed; p.166).

Grande parte de pessoal do quadro, doravante criado, não possuía qualquer experiência nem formação na agricultura e administração de empresas. Apesar de desfrutar de um quadro de pessoal, as roças não tinham autonomia financeira ou administrativa, pois estavam na dependência do Ministério de Agricultura e do Ministério de Economia e Finanças. *“Ao Ministério da Agricultura competia a supervisão administrativa e técnica das empresas, bem como o fornecimento de equipamentos e sobressalentes. “O dossier financeiro era regulado pelo Ministério de Economia e Finanças, que no âmbito das suas competências acusava as responsabilidades de controlo de exportação de cacau e café a ECOMEX, e a importação de bens alimentares e equipamentos a ECOMIN”* (Seibert, 2002, 2ªed; p.166).

A fraca capacidade administrativa destas instituições, associada à deficiente formação dos seus quadros e falta de versatilidade para contornar fenómenos como seca, a corrupção e a instabilidade do mercado internacional, induziu, com o decorrer dos tempos, a uma acentuada estagnação na produção das principais culturas, uma quebra na exportação e desagregação das infra-estruturas existentes.

Marcadas profundamente por estes factores, as estruturas roceiras entraram imediatamente em declínio acelerado, provocando alterações catastróficas no tecido económico, social e nas infra-estruturais. As Fig.3 e Fig.4 do Mapa Fotográfico deste capítulo ilustram os pormenores das roças Porto Real e Santarém.

TABELA 12 – 15 EMPRESAS AGRÍCOLAS ESTATAIS, ÁREA CULTIVADA E MÃO-DE-OBRA

EMPRESA	ÁREA TOTAL (HECTARES)	ÁREA CULTIVADA (HECTARES)	TRABALHADORES
Monte Café	4229	1691	641
Santa Margarida	1836	1836	705
Água Izé	4684	4456	973
Milagrosa	1421	1421	294
Porto Alegre	10216	2158	290
Colónia Açoriana	2407	1661	301
Uba-Budo	2906	2100	697
Ribeira Peixe	1968	1628	165
Bela Vista	2157	2157	699
Ponta Figo	3779	2373	571
Santa Catarina	7106	1925	358
Agostinho Neto	6024	3782	900
Diogo Vaz	4048	1793	360
Sundy	3963	1927	257
Porto Real	8626	2925	432
Total	65369	33822	7643

Fontes: Recenseamento Agrícola de 1990, Departamento Técnico de Segurança Social de S. Tomé.

Com o colapso destas empresas, o Estado, para aumentar a produção de cacau, e desse modo ajudar o país a alcançar uma rápida recuperação económica, recorreu ao programa de reabilitação das plantações de cacau e ao processo de privatização e distribuição das terras, privilegiando a criação de sociedades constituídas por nacionais e estrangeiros, que durante alguns anos tiveram responsabilidades na gestão e organização das roças. Segundo o Gerhard Seibert, o Estado Santomense assinou em Janeiro de 1984 acordos com o Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial para a reabilitação das plantações de cacau através da gestão estrangeira financiada por créditos multilaterais. (Seibert, 2002, 2ªed, p.199).

Sujeitas às adversidades do mercado internacional, estas entraram novamente em estagnação, e o tão esperado sucesso da privatização esbarrou-se no fracasso, e consequentemente a grande maioria destas sociedades foram espontaneamente desmanteladas. Sobre este delicado assunto, o grande estudioso da história de S. Tomé e Príncipe, Gerhard Seibert, elucidou que, *“enquanto as empresas estrangeiras embolsavam os honorários pagos por doadores multilaterais sem quaisquer riscos empresariais para o Estado, a gestão das plantações traduziu-se numa pesada dívida externa, tal que em 1996 os investimentos estrangeiros na agricultura representavam 20% do total da dívida externa de S. Tomé e Príncipe, sem que tivessem gerado maiores receitas de exportação”*. (Seibert, 2002, 2ªed; p.327).

A Política de Distribuição de terras aos pequenos e médios agricultores visava encorajar o sector privado na agricultura através da distribuição de terras aos pequenos agricultores para culturas comerciais e de subsistência. Desta forma, em 1988 cerca de 50 dependências foram separadas das 11 empresas e entregues aos produtores privados. Ao todo no período compreendido entre 1985 e 1988 foram distribuídos pelo governo 10000 hectares de terras, com base nos critérios duvidosos, a indivíduos e grupos visando incrementar a produção de culturas comerciais e de subsistência.

Está política trouxe consequências nefastas para as roças, na medida em que novos proprietários, ao se depararem com dificuldades económicas e financeiras, optaram pelo abate indiscriminado de árvores destas parcelas, e vandalismo de vários edificadros. O pouco que ainda existia nas roças em termos de culturas, passou a ser consumido anarquicamente, sem a mínima preocupação de renovação e diversificação de produtos agrícolas. *“A produção dos pequenos agricultores era bastante insuficiente e os rendimentos não permitiam fazer poupanças ou investimentos, e consequentemente muitas árvores de grande porte são derrubadas e madeira vendida depois de serrada, de forma ilegal, sem aprovação da Direcção das Florestas. As árvores foram derrubadas para conseguir lucros a curto prazo com venda de madeira, como único meio de gerar capital”*. (Seibert, 2002, 2ªed; p.322).

Infelizmente, o cenário de degradação acelerada das instalações roceiras, a desconsideração pela agricultura, o abate desorganizado de árvores, a extracção de areias na orla marítima roceira, o aparecimento e exploração de pedreiras locais, etc., são factos que caracterizam profundamente a situação actual das roças. No Mapa Fotográfico deste capítulo, a Fig.5 evidencia o estado de degradação da roça Vista Alegre em S. Tomé.

Para reverter a situação, o Estado junto aos diversos parceiros tem desenvolvido programas que visam o desenvolvimento das áreas rurais e valorização das roças. No quadro desta valorização, alguns dos beneficiários com política de divisão de terras aproveitaram as infra-estruturas existentes para implementação do turismo rural (roça Bombaim, roça Monte Forte, roça Chamiço, etc.), bem como as parcelas das terras para prática de agricultura. A Fig.6 do Mapa Fotográfico deste capítulo ilustra a casa do turismo rural da Bombaim.

2. MORFOLOGIA FÍSICA E URBANÍSTICA DAS ROÇAS

Finda a caracterização das roças, nos dois períodos mais marcantes da história das ilhas, vamos ao ponto que se segue proceder à caracterização física e urbanística das roças.

As roças em S. Tomé em Príncipe, para além de caracterizarem a propriedade agrícola em geral e o trabalho assalariado, caracterizam também as vivências no espaço roceiro e as mordomias dos seus donos e administradores, tanto nos períodos áureos da colonização, como também nos pós independência. A sua formação teve como base a expropriação forçada das terras dos nativos, que permitiu a formação de grandes latifúndios, denominado de roças, que consequentemente facilitaram o desenvolvimento das culturas de cacau, café, etc., tendo como força de trabalho agrícola os serviçais contratados de Angola, Moçambique e Cabo Verde.

As roças encontram-se dispersas por todo o espaço insular, tanto nas regiões interiores como nas faixas litorais. No período colonial, estima-se que existiam pelo menos mais de cinco centenas de roças espreiadas por todo país, com dimensões variadas entre dezenas de hectares e dez mil hectares, cujo os pormenores de localização podem ser observados no anexo A, Esboço da Distribuição Fundiária da ilha de S. Tomé.

Com o processo de reforma agrária em 1975, estas foram reagrupadas em 15 principais roças, destacando-se treze instalações roceiras na ilha de S. Tomé e duas na ilha do Príncipe. Fazendo uma análise da Tabela nº.13, no que toca a distribuição destas roças pelos distritos do país, temos: na ilha de S. Tomé o distrito de Água Grande com a extinta antiga roça Vigoso; o distrito de Mé-zochi, com as roças Santa Margarida, Monte Café, Milagrosa, Filipina, Monte Macaco, Vanguarda, Santa Cruz, Gratidão; o distrito de Lembá com as roças Diogo Vaz, Ponta Figo, Santa Catarina, etc; o distrito de Cantagalo com as roças Água Izé, Uba-budo, e Colónia Açoriana; o distrito de Lobata com as roças Bela Vista, Agostinho Neto etc.; o distrito de Caué com as roças Ribeira Peixe, Porto Alegre, etc; e finalmente a região Autónoma do Príncipe com as roças Porto Real, Sundy, etc.

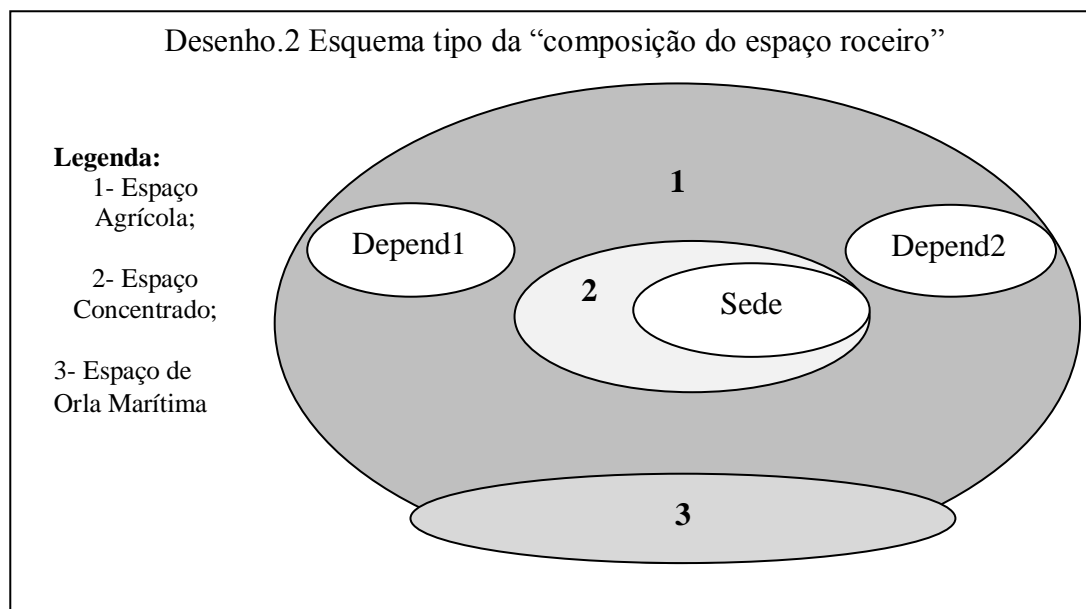
TABELA 13 – DISTRIBUIÇÃO DAS ROÇAS POR REGIÕES ADMINISTRATIVAS

DISTRITOS	ROÇAS			
ÁGUA GRANDE	Extinta Vigoso			
MÉ ZOCHI		Monte Café	Milagrosa	Santa Margarida
CANTAGALO	Úba-budo	Água Izé	Colónia Açoriana	
CAUÉ			Porto Alegre	Ribeira Peixe
LOBATA		Agostinho Neto	Bela Vista	
LEMBA	Santa Catarina	Ponta Figo	Digo Vaz	
PRÍNCIPE			Sundy	Porto Real

Fonte: Diagnóstico socioeconómico do meio rural de - S.T.P.

Na delimitação dos factos históricos e presentes, a caracterização da estrutura física dos agrupados roceiros, ver desenho.2, impõe a necessidade de entender os espaços que compõem as roças, as suas localizações e as relações com as comunidades próximas. Estruturalmente as roças estão constituídas por um núcleo roceiro central (sede) e várias dependências, mas, contudo, salienta-se neste conjunto algumas unidades espaciais com especificidade própria, tais como: o espaço roceiro de nominado de concentrado, o espaço roceiro de produção agrícola e o espaço de orla marítima. *“Tipicamente uma roça consistia em dez a vinte dependências, cada uma delas com uma superfície de 100 a 600 hectares, a sede onde se encontravam os escritórios, as oficinas e as instalações de transformação de cacau.”* (Seibert, 2002, 2ªed; p.166).

Tendo sido construído no período colonial, os agrupados roceiros apresentam até os nossos dias uma identidade colonial muito forte, facilmente constatado na implantação dos edifícios e das ruas, em que a “Casa Grande” evidencia-se como um elemento central de referência.

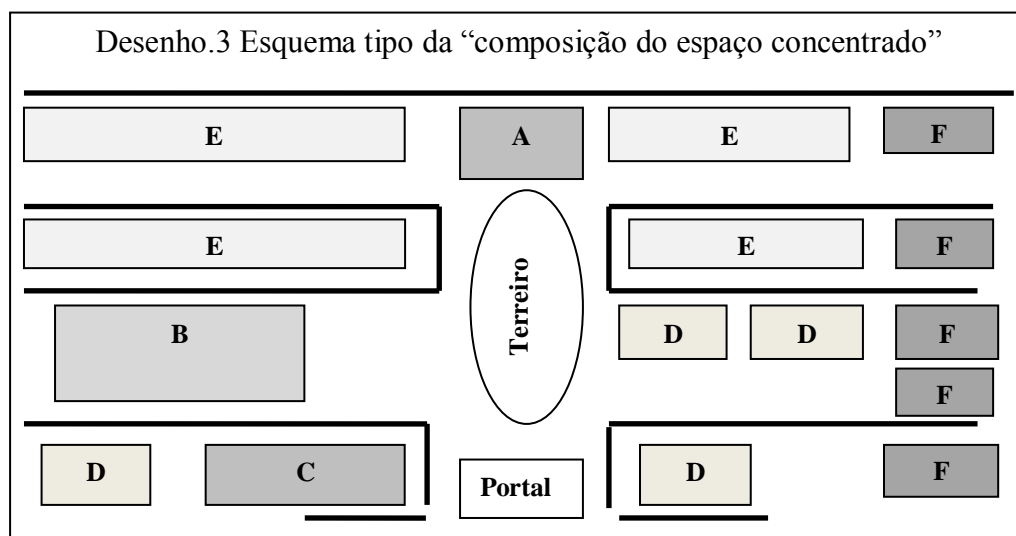


Fonte: Elaboração própria

2.1. O ESPAÇO CONCENTRADO ROCEIRO

Dimensionalmente, o espaço concentrado deve ser compreendido como uma unidade das roças claramente identificável, ostentando uma geometria própria e variável, perfeitamente quantificável em unidades de área e comparativamente menor que o espaço agrícola. O espaço roceiro denominado de concentrado, cujo o esquema tipo apresenta-se no desenho.3, congrega uma série de características próprias com edifícios de habitação, edifícios administrativos e de apoio, edifícios fabris, equipamentos sociais, espaços ajardinados, espaços de diversão, espaço de cerimónia e formatura dos trabalhadores, vias de circulação, vias-férreas, etc. Os edifícios habitacionais para os trabalhadores concentram-se num espaço denominado senzala. Os edifícios para os patrões e funcionários administrativos situam-se numa zona mais reservada, com pequenos espaços de pomares localizados em frente dos edifícios ou nas traseiras com citrinos, mangueiras, goiabeiras, etc.

Nos edifícios com funções administrativas destaque para a contabilidade, tesouraria, repartição de pessoal, etc. Para os equipamentos sociais destacam-se também a existência de escolas, oficinas de carpintaria, marcenaria, mecânica de automóveis, creches, cantinas para os trabalhadores, hospitais e ou centros de saúde. Dos edifícios fabris, destaque para os armazéns de produtos agrícolas, etc.



Fonte: Elaboração própria

Legenda: A- habitação tipo “Casa Grande”; B-Hospital; C-Edifício de Administração; D-habitação do tipo “Chalet”; E-habitação do serviços/trabalhadores agrícolas “Senzalas; F-Armazens e instalações de preparação de produtos agrícolas.

Para uma melhor compreensão desta abordagem, descreve-se sumariamente os elementos morfológicos que caracterizaram ou caracterizam o espaço concentrado das roças, com destaque para o solo, os terreiros, as senzalas, os edifícios, as fachadas, os logradouros, as ruas, as muralhas e portais de entrada, os monumentos, as árvores e vegetações, o mobiliário, os espaços ajardinados, etc.

O SOLO: o solo roceiro é moldado a partir da topografia do território das ilhas e caracteriza-se como um solo rural. Sendo um solo propício à implementação de actividades agrícolas, integra na sua estrutura os espaços florestais e infra-estruturas que permitem o desenvolvimento de múltiplas actividades compatíveis com a essência do espaço em causa.

Apesar de produtivo e altamente fértil, actualmente a degradação e o abandono das terras é bastante evidente em todas as roças. Apresenta-se na Fig.7 do Mapa Fotográfico deste capítulo o pormenor do estado de abandono da roça São Nicolau em S. Tomé.

OS TERREIROS: o terreiro é um espaço aberto que ocupa uma vasta área horizontal com dimensões variáveis e geralmente em forma rectangular. Como espaço natural e modelado em calçada de pedra natural de origem basáltica, integra como envolvente os elementos morfológicos do espaço roceiro concentrado (árvores, edifícios, etc.) e representava um local para realização de cerimónias e formaturas dos trabalhadores, etc. *“Em termos de origem, este espaço poderá ter conotação com a grande praça dos assentamentos coloniais da América Hispânica ou com o terreiro de origem Portuguesa”* (Fernandes, 2006; p.42). Na Fig.8 do Mapa Fotográfico deste capítulo consta o pormenor do terreiro da antiga roça Perseverança.

ESPAÇOS DE AGLOMERAÇÃO DAS SENZALAS: Espaços de aglomeração de senzalas são espaços ou áreas onde estão localizados os edifícios térreos enfileirados destinados à residência dos trabalhadores agrícolas. Para além de albergar os edifícios, serviam também para os trabalhadores desenvolverem as suas actividades de índole doméstica e quotidiana. No Mapa Fotográfico deste capítulo, ilustra-se na Fig.9 o pormenor do espaço de aglomeração das senzalas da roça Uba Budo.

OS EDIFÍCIOS: O edificado roceiro congrega três conjuntos de edifícios; os edifícios de habitação, os edifícios dos serviços sociais, e os edifícios administrativos e de apoio à produção.

Edifícios de habitação - os edifícios de habitação para os trabalhadores ou senzalas apresentam-se enfileirados com desenvolvimento longitudinal em forma de comboios, evidenciando uma volumetria de um único piso (rés de chão), cobertura inclinada em duas águas em telha cerâmica, possuem vários compartimentos, e apresentam ausência de instalações sanitárias, água canalizada, etc. [*Senzalas nome local das habitações que albergavam escravos no período da Colonial de Escravatura*].

Após a abolição da escravatura e implementação de contratos de trabalho, os trabalhadores contratados com os seus respectivos familiares passaram a usufruir dos compartimentos que compunham estas residências. O acabamento não é especializado e os vãos são enormes, principalmente os das janelas. Em termos de compartimentação, cada comboio apresenta vários compartimentos, estando distribuído um compartimento por família. O edifícios não apresentam qualquer espaço para confecção de alimentos, pois os trabalhadores confeccionam os seus alimentos nas cozinhas “improvisadas” ou mesmo a céu aberto.

As senzalas são implantadas em seriado, geralmente transversais as ruas, com as fachadas principais e portas de entradas dos edifícios viradas umas para outras. Desta forma o espaço que separa os dois edifícios é utilizado como quintal e para erguer pequenas barracas de madeira e cobertas com chapas de zinco que funcionam como cozinhas ou arrumos. Actualmente estes edifícios apresentam-se em avançado estado de degradação e com deficientes condições de salubridade. A Fig.10 do Mapa Fotográfico deste capítulo demonstra o estado de degradação das senzalas da roça Sundry no Príncipe.

Alguns edifícios de habitação, destinados aos técnicos, são do tipo “Chalet” e situam-se numa área com orientação diferente das senzalas, apresentam uma volumetria de um a dois pisos, cobertura em duas águas, vários compartimentos incluindo instalações sanitárias, cozinha, água canalizada, pequenos avarandados, por vezes tirando partido da beleza paisagística local. *“Estilo de construção originário do centro e norte de Europa e implementada nas ilhas na época da história das roças. É uma moradia unifamiliar europeia com grande capacidade de adaptação a regimes climáticos de alta pluviosidade e que permite a utilização de materiais pré-fabricados e locais”*(Fernandes, 2006; p.42). Consta-se na Fig.11 do Mapa Fotográfico deste capítulo, o pormenor da antiga casa dos técnicos da roça Uba Budo.

Atendendo ao estado de degradação dos edificadros roceiros e ao aumento do número de famílias, evidencia-se actualmente a proliferação de novas “habitações”. Trata-se de construções em madeira com função habitacional, com semelhança a uma casa tradicional de STP, geralmente com cobertura em chapas de zinco e com escadas e estruturas em madeira. A Fig.12 do Mapa Fotográfico deste capítulo ilustra a degradação de uma casa de madeira na antiga roça St^a. Clotilde em S. Tomé.

A estrutura também pode ser sustentada por vigamentos/estacarias em madeira e assentes em rochas tipo basálticas lisas ou equivalentes. O pavimento e as fachadas são feitas em tábuas, neste caso com os ripados a fechar as juntas. Está compartimentado em sala e quarto, não tem instalações sanitárias, etc. No Mapa Fotográfico deste capítulo, a Fig.13 demonstrar o pormenor de uma casa madeira assente em estacarias.

Os edifícios para os patrões ou “Casa Grande”, também são do tipo “Chalet”, situam-se numa zona mais reservada, tirando partido de vistas maravilhosas, evidenciam uma volumetria de dois ou mais pisos, cobertura em duas ou mais águas, revestidos por telhas cerâmicas ou chapas metálicas zincadas, diversos compartimentos, instalações sanitárias, etc. *[As residências que eram propriedades dos patrões ou donos das roças, pela sua dimensão e prestígio dos proprietários recebiam a denominação local de Casa Grande].*

Os acabamentos são especializados com madeira no revestimento exterior, amplos vãos com envidraçados, torreões destacados, espaços avarandados e escadarias de acesso. A Fig.14 e Fig.15 do Mapa Fotográfico deste capítulo ilustram a degradação das “Casas Grande” das roças Uba Budo e Porto Real.

Edifícios de Serviços Sociais e Religiosos - estes edifícios compreendem as escolas, creches, hospitais ou pequenos centros destinados aos cuidados de saúde, oficinas de carpintaria, marcenaria, mecânica de automóveis, cantinas para os trabalhadores, capelas para os serviços religiosos, lavandarias, etc.

Todas as grandes propriedades roceiras disponham de postos sanitários e hospitais (os chamados hospitais e postos sanitários de propriedades agrícolas), e nalguns destes os hospitais eram de grande dimensão, como o caso da do Hospital de Agostinho Neto/Rio Douro, de Monte Café, de Água Izé, Porto Real, etc. Para se compreender melhor a grandeza das instalações hospitalares, ilustra-se aqui um excerto da carta do Pedro Muralha datada de 23 de Setembro de 1924, citado pela Otilina Silva, *“a sede da roça Diogo Vaz tem a disposição da do Rio do Douro. Só o seu hospital lhe é superior. Cremos mesmo que é o melhor hospital de todas a ilha. As suas largas e compridas enfermarias com 50 camas bem espacejadas, os seus pavilhões para tratamento, a sua enorme e bem sortida farmácia, onde os facultativos dispensam medicamentos mais caros; a sua sala de operações com todos os instrumentos de cirurgia moderna. Enfim, é um primor este hospital”* (Silva, 2004; p.102).

As oficinas para além de prestarem serviços às roças, também formavam e habilitavam os jovens locais com ofícios de marceneiro, soldador, carpinteiro, etc. Na Fig.16 do Mapa Fotográfico do presente capítulo apresenta-se a capela da antiga roça Agostinho Neto.

Edifícios Administrativos e de Apoio à Produção - dos edifícios com funções administrativas destaque para a contabilidade, tesouraria, repartição de pessoal, etc. Para os edifícios de apoio à produção destacam-se os armazéns de produção, instalações de secagem de cacau, café, instalações para quebra da copra e conconote, instalações para a produção do óleo de palma, as cavalariças, instalações para a criação de animais e aves, instalações para estacionamento de locomotivas e vagonetas, bombas de combustíveis, etc. No Mapa Fotográfico deste capítulo, na Fig.17 evidencia a estrutura da bomba de combustível da antiga roça Monte Café.

AS FACHADAS DOS EDIFÍCIOS: As imagens dos espaços roceiros concentrados são mais moldadas por fachadas das residências dos patrões (Casa Grande), dos hospitais, das capelinhas, das residências dos técnicos, etc., do que pelas senzalas. As fachadas das “Casas Grande”, dos hospitais e algumas residências dos técnicos exprimem características e linguagens arquitectónicas que na sua comunicação com o espaço concentrado expressam a nobreza, a funcionalidade e a organização do espaço. Com os seus vãos envidraçados, os beirados, os guarnecimentos das varandas, as cantarias da fenestração, as caixilharias em madeira, os socos, as cantarias dos vãos, as escadarias, e outros elementos construtivos característicos da arquitectura colonial portuguesa, as fachadas assumem a concentração do esforço estético, evocando a representatividade, o prestígio e a imagem estética do espaço roceiro concentrado. Outrossim, as fachadas dos hospitais e “Casa Grande” ostentam um grau de autonomia em relação aos outros edifícios, obedecendo leis de simetria, alternância, equilíbrio, hierarquia e ênfase de alguns elementos, tais como: as varandas, o portal principal e escadarias. Num sentido mais restrito, as senzalas com a sua orientação transversal às ruas exibem as suas paredes de empenas com vãos amplos de janelas e estilos arquitectónicos simples. O pormenor da fachada de um edifício roceiro pode ser observado na Fig.18 do Mapa Fotográfico do presente capítulo.

LOGRADOURO: o logradouro é um espaço residual privado, pertencente a um lote não ocupado pelos edificados, mas sim adjacente ao edifício nele implantado. Nas instalações roceiras estes espaços funcionalmente são conexos aos edifícios destinados aos patrões e técnicos, e desempenham funções de quintais, hortas, pomares, etc.

AS RUAS: as ruas preenchem quase todo o interior e o perímetro do espaço roceiro concentrado, assentando-se no suporte geográfico existente e vencendo as inclinações topográficas da grande maioria dos terrenos acidentados. Desenvolvem-se em eixos rectos que se cruzam em ângulo rectos, formando cruces e adquirindo formas curvelinhas na extremidade de um dos eixos, ganhando por vezes formas rectangulares, triangulares ou mesmo quadrangulares na limitação de edificações e os demais espaços roceiros. Ostentam um perfil transversal de pequenas inclinações com valetas e têm como material constituinte do pavimento a calçada de pedra natural tipo basalto. São concebidas para se andar a pé ou com animais de carga, viaturas pesadas e ligeiras, e servem-se também para a circulação e o acesso aos edifícios. No seu conjunto, as ruas regulam a implantação dos edifícios e de mais instalações, ligam os diversos espaços e possibilitam a funcionalidade dos serviços. A Fig.19 do Mapa Fotográfico deste capítulo ilustra o pormenor da uma das ruas da antiga roça Água Izé.

AS ESCADARIAS: as instalações roceiras, são marcadas nos seus diversos locais por várias escadarias. Os edifícios pertencentes aos patrões evidenciam na sua estrutura amplas escadarias que ilustram a nobreza do edificado e permitem a acesso aos seus compartimentos. Alguns portais de acesso às roças são marcados por escadarias enquadradas nos muros de contenção para eliminarem os efeitos das inclinações dos terrenos. As escadarias, que também estão nas zonas sobrelevadas, permitem e facilitam a transição de pessoas aos espaços adjacentes. Como exemplo, consta-se as escadarias da “Casa Grande” da roça Úba Budu, escadaria do portal de acesso à roça Monte Café, escadaria do portal de acesso à roça Agostinho Neto, escadaria de transição da roça Monte Forte, escadaria da capela da roça Agostinho Neto, etc. A Fig.20 do Mapa Fotográfico do capítulo em estudo evidencia a escadaria de acesso à casa grande na antiga roça Uba Budo.

AS MURALHAS E PORTAIS DE ENTRADA: as muralhas delimitam o perímetro das instalações roceiras, principalmente dos espaços concentrados, demarcando o início e o fim dos terrenos roceiros, e caracterizando a sua forma e imagem. Do ponto de vista da segurança, serviam como elemento de protecção de bens e imóveis roceiros, evitando o vandalismo e entrada de intrusos nestas instalações. Com uma presença vincada, as muralhas estão acopladas aos portais de entradas que demarcam o acesso principal às roças. Muitas destas muralhas apresentam traços arquitectónicos bem definidos e arrojados, caso das roças Monte Belo, Agostinho Neto, roça Sundry, etc. Existem ainda diversas estruturas amuralhadas que funcionam como muro de suporte e contenção de terras para contornar e vencer os declives dos terrenos, caso da roça Monte Café, Água Izé, etc. A Fig.21, do Mapa Fotográfico do presente capítulo, apresenta pormenor da muralha e portal de entrada da antiga roça Sundry.

ESPAÇOS AJARDINADOS: os demais espaços roceiros ajardinados, são caracterizados essencialmente por plantas tropicais que embelezam e dignificam estes espaços. Os jardins marcam diversos espaços envolventes das roças, tais como: espaços adjacentes, as entradas principais, espaço conexos aos edifícios, espaços que envolvem os monumentos, etc. Estes espaços também em certos casos são limitados por vedações aligeiradas com altura não superior a um metro e materializadas com materiais como madeiras e metais. No Mapa Fotográfico deste capítulo, nas Fig.22 demonstra-se o pormenor de um espaço ajardinado da roça Colónia Açoriana.

AS ÁRVORES: as árvores têm individualidades próprias, caracterizam os diversos espaços roceiros, acautelando a sua organização, definição, contenção, controlo do clima e qualificação. Elas estão distribuídas pelos logradouros, pelos espaços ajardinados, nos alinhamentos das ruas e muralhas, e são ainda utilizadas para demarcação, limitação e ornamentação dos espaços roceiros. As espécies mais encontradas vão desde coqueiros, palmeiras, carroceiros até citrinos, bananeiras, etc. O pormenor das árvores enfileiradas na roça Ribeira Peixe pode ser observado na Fig.23 do Mapa Fotográfico do presente capítulo.

OS MONUMENTOS: os monumentos roceiros, na sua generalidade, são obras de arquitectura, composição ou criação modesta que fazem parte do elemento morfológico deste espaço, com significados culturais, históricos, estéticos e posicionais, evocando à posteridade a recordação de um grande homem ou feito de enorme magnificência. Com a sua individualizada presença, configuram e caracterizam o espaço envolvente. Podem ser encontrados nos locais mais emblemáticos das roças, como por exemplo o portal principal, etc.

OS MOBILIÁRIOS ROCEIROS: os mobiliários roceiros são elementos móveis que equipam, moldam e organizam os espaços roceiros. Nas roças destacam-se como mobiliários os bancos, os chafarizes, os candeeiros, as sinalizações, as iluminações, pilares de betão, e os sinos que serviam para o chamado dos trabalhadores para as formaturas. A Fig.24 do Mapa Fotográfico do presente capítulo ilustra o pormenor de um banco no jardim da antiga roça Bombaim.

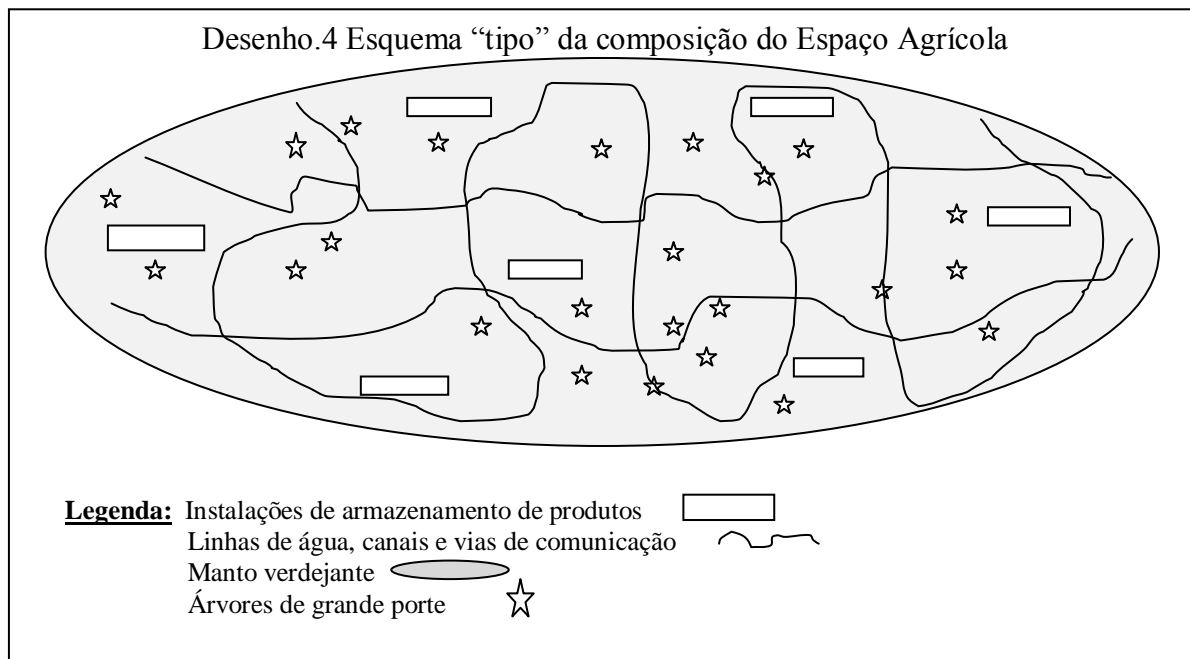
Os sinos – estavam implantados em todas as roças e tinham uma grande importância no seu quotidiano. Os toques dos sinos anunciavam a formatura dos trabalhadores para o início e o fim das tarefas diárias, bem como as horas do despertar, refeições, silêncio, etc. Actualmente ainda é notória a presença destes marcos históricos nalgumas destas áreas em estado de abandono e de degradação. A Fig.25, do Mapa Fotográfico deste capítulo, evidencia o pormenor do sino da antiga roça Monte Belo.

2.2. ESPAÇO AGRÍCOLA E DE ORLA MARÍTIMA

O espaço agrícola dimensionalmente é considerado como a maior unidade espacial das roças cortejadas por unidades de árvores, arbustos, etc., que no seu relacionamento com os aspectos naturais do território formam um vasto manto verdejante, também quantificável em unidades de área. Ver o desenho.4. A sua percepção é mais complexa comparativamente com o espaço concentrado, pois a probabilidade de integrar, analisar e compreender os elementos geológicos, geomorfológicos, hidrográficos que a caracterizam é quantitativamente maior.

Como elementos geográficos característicos destas áreas destacam-se áreas planas, planaltos, vales e maciços montanhosos de imponente aspecto aliado à exuberância do seu revestimento vegetal. Em termos hidrológicos, possuem uma rede hidrográfica que atendendo à superfície do território, se pode considerar como extraordinariamente densa.

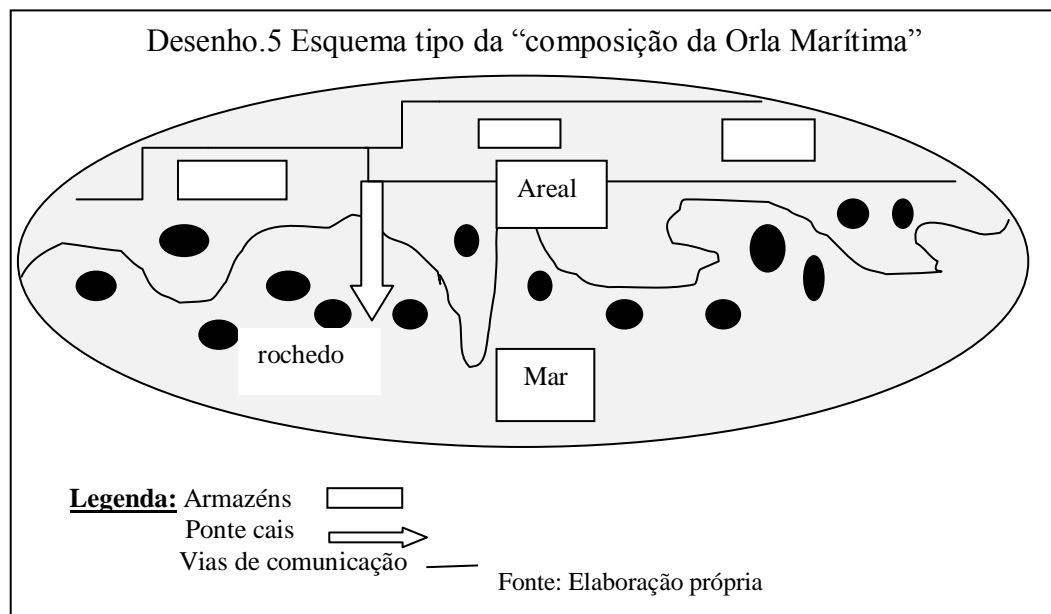
Os cursos de água que formam esta rede, obrigadas pelo caprichoso do relevo das ilhas, formam por vezes belíssimas cascatas de pitoresco admirável.



Fonte: Elaboração própria

O conjunto das vastas áreas da roceira exhibe uma fauna e uma flora muito características e perfeitamente adaptadas às condições das ilhas. Entre a flora específica que se encontra nas florestas de grande altitude, destaca-se o feto arborecente e também as numerosas variedades de orquídeas entre as quais, algumas são endémicas, com ênfase para as capoeiras com arbustos e vegetação rasteira e ôbós com árvores de grande porte, arbustos e trepadeiras. Nas parcelas destinadas às grandes plantações agrícolas existem plantações de bananeiras, plantações de cacau e café e também árvores de grande porte com funções de produção de sombras, proporcionando um desenvolvimento saudável das plantações de cacau e café, sinónimo de uma produção qualitativa e quantitativa. O pormenor das áreas de plantações pode ser observado nas Fig.26 e 27 do Mapa Fotográfico deste capítulo. A fauna é caracterizada por variedades de pássaros endémicos que constituem mais uma atracção destas áreas e outras consideradas como aves mais raras do mundo.

Como elementos moldados pelo homem, nestas áreas constata-se alguns armazéns para transição de produtos, vários quilómetros de caminhos de terra batida e quilómetros de estradas pavimentadas em calçadas, ambas destinadas à circulação pedonal e viaturas, linhas férreas, caminhos pedonais de terra batida e quilómetros valetas e tubagens que canalizam as águas das ribeiras ou rios próximos. Considerando que o espaço da orla marítima tem enquadramento nas roças que se localizam na faixa litoral das ilhas, este pode ser definido como uma pequena unidade espacial facilmente quantificável em unidades de área. No Mapa Fotográfico deste capítulo, na Fig.28 apresenta-se a orla marítima da roça Ribeira Funda. Algumas roças localizadas no litoral das ilhas, nomeadamente as roças Água Izé, Uba Bubu, Fernão Dias, Diogo Vaz, Ponta Figo, etc., usufruem de uma orla caracterizada essencialmente pela predominância de coqueiros que produzem copras e permitem o desenvolvimento das actividades piscatórias das actividades de lazer. Ver o esquema “tipo” da orla marítima no desenho.5



A estrutura deste espaço também é caracterizada pela existência de saliência e reentrância que dão forma à faixa litoral e pela proeminência de mantos rochosos de basalto de geometrias arredondadas, côncavas e cortejadas pelas ondas marítimas. Em determinados locais do espaço da orla marítima, as superfícies rochosas estão conexas a uma mancha de areia branca.

Ao longo da faixa, e plantado no areal os coqueiros enfileirados com variadas dimensões, dão ritmo e alternância a orla marítima. O Esboço da Carta Agrícola da ilha de S. Tomé no anexo A, demonstra a localização e extensão do espaço agrícola e de orla marítima.

Neste complexo de ambiente natural com características marítimas enquadram-se as plataformas de cargas e descargas de produtos desempenhando função de cais, alguns armazéns, espaços ajardinados e as muralhas de vedação que limitam o espaço. Estruturalmente os cais são concebidos com recurso aos materiais locais (pedra, madeira) e materiais importados (cimento, metais, etc.). No caso das roças Diogo Vaz, Ponta Figo, Uba Bubu, etc., estes espaços estão plenamente integrados na estrutura física roceira e conectados funcionalmente aos demais espaços existentes. A Fig.29 do Mapa Fotográfico do presente capítulo evidencia a beleza natural da praia Banana na roça Monte Belo.

2.3. ANALOGIA DAS ROÇAS COM AS COMUNIDADES PRÓXIMAS

Observando o território das roças como um lugar de transformações produzidas pelo homem, a sua estrutura e organização decorreu exclusivamente da distribuição de terras para fins agrícolas e da necessidade de organização dos seus aglomerados. Com recurso às tecnologias, o território foi transformado e organizado, com construção estradas e pontes, redes de caminho de ferro, canais de irrigação, etc. Do extremo norte ao extremo sul, no período colonial foram implantadas várias unidades roceiras e vilas, projectadas para o impulsionamento do desenvolvimento económico local. Na sua estrutura global, as roças contemplam, como já foi exposto, uma instalação central (a sede) e instalações adjacentes (as dependências), sendo que a primeira funcionava ou funciona como elemento de ligação com a segunda. Tanto as sedes como as dependências atestam uma realidade física de aproximação aos principais povoados das ilhas; por exemplo: as roças Monte Café, Saudade, Milagrosa com o povoado da Trindade, as roças Santa Margarida e Santa Cruz com o povoado de Madalena, a roça Agua Izé com o povoado de Santana, a roça Agostinho Neto com o povoado de Guadalupe, as roças Diogo Vaz e Ponta Figo com o povoado de Neves, etc.

Esta relação de vizinhança, para além de beneficiar o intercâmbio comercial entre as roças e os povoados, aleitava condições para que as populações destes povoados pudessem trabalhar nas roças como trabalhadores agrícolas, funcionários administrativos, técnicos de saúde etc., e usufruírem dos mais diversos serviços existentes nas instalações roceiras, tais como: os serviços hospitalares, escolares, etc. Por outro lado, os funcionários ou trabalhadores, provenientes dos povoados fisicamente mais longínquos, poderiam com as suas respectivas famílias habilitarem-se a uma habitação nas roças e terem acesso aos demais serviços sociais. Os povoados próximos também estavam contemplados com determinados serviços, tais como: postos dos correios, as igrejas e missões religiosas, os mercados e vendas ambulantes em pequenas quitandas, que claramente serviam as populações roceiras.

2.4 . EQUIPAMENTOS SOCIAIS E INFRAESTRUTURAS ROCEIRAS

As roças dispõem de reduzidos equipamentos sociais, pelo que se destaca as escolas, as creches e alguns campos de futebol. No que toca aos hospitais, como já foi dito, até aos anos setenta todas as propriedades agrícolas dispunham de um hospital, alguns postos sanitários e até mesmo maternidades, mas actualmente todos edifícios hospitalares roceiros estão desactivados e mais de 90% em estado de degradação ou ruína. O Esboço de Ocupação Sanitária no anexo A, apresenta a distribuição de hospitais e postos sanitários pelas roças no período colonial. Nalgumas instalações roceiras, como Monte Café e Agostinho Neto, os antigos edifícios hospitalares, se forem sujeitos as obras de reabilitação, poderão dar excelentes contributos à dinamização do processo de desenvolvimento local e regional. No Mapa Fotográfico deste capítulo, a Fig.30 ilustra o estado de conservação do antigo hospital da roça Agostinho Neto. No que concerne às infra-estruturas, as instalações roceiras estavam ou estão providas de diversas infra-estruturas que se interligavam funcionalmente. Destas realça-se as redes ferroviárias, rodoviárias, portuárias, eléctricas, abastecimento de águas e saneamento, telecomunicações e transportes.

REDE FERROVIÁRIA: Actualmente as redes ferroviárias das roças encontram-se desarticuladas, obsoletas e inoperantes, em consequência do estado de abandono e de degradação. Grande parte da linha férrea das roças, utilizada para transporte de produtos agrícolas, com recurso aos vagões no período colonial, já não existe. Neste período, existiam mais de 500 km de linhas férreas ligeiras, espalhadas pelas diferentes roças: 9 a 15 km do sistema Decauville, 189 km com tracção a vapor e 309 km de tracção animal. (Centro de Estudos de Antropologia Cultural, 1929). Existia ainda um caminho-de-ferro que ligava a cidade de S. Tomé à vila da Trindade e à roça Milagrosa. Os pormenores dos caminhos-de-ferro das antigas roças podem ser observados nas Fig.31 e Fig.32 do Mapa Fotográfico, do presente capítulo.

REDE RODOVIÁRIA E PONTES: Genericamente as roças contemplam na sua estrutura três variantes de vias rodoviárias: vias em terra batida, vias em calçada de basalto e vias asfaltadas. Grande percentagem das vias foi construída desde o período da colonização destinada inicialmente para a utilização de veículos de tracção animal.

As vias em terra batida estão disseminadas no espaço roceiro agrícola, ligando os vários hectares de plantações e facilitando o escoamento de produtos agrícolas. As vias em calçadas de basalto localizam-se, na sua maioria, no espaço roceiro concentrado, principalmente nos acessos às sedes e dependências e na modulação das ruas. As vias asfaltadas situam-se normalmente nos limites das entradas principais, ligando-as com as comunidades vizinhas (cidades e vilas). Os troços destas integram a rede de estrada nacional, cuja conservação e manutenção é da responsabilidade do Instituto Nacional de Estradas de S. Tomé e Príncipe. A Fig.33 do Mapa Fotográfico, do presente capítulo, evidencia o estado de conservação da via de acesso à roça Monte Café. As pontes, que integram os troços das vias rodoviárias, foram todas construídas no período colonial, mas devido ao envelhecimento, falta de conservação e manutenção, todas encontram-se em estado de degradação. É de realçar que tal como as pontes, as vias de circulação apresentam-se em estado de degradação e deficiente conservação.

Algumas instalações roceiras que integram o espaço de orla marítima, dispunham de pequenas pontes cais, devidamente equipadas. Actualmente estes cais, por falta de uma política de manutenção e conservação, encontram-se em estado de ruína bastante avançado e alguns já não existem. O estado de ruína do antigo cais da roça Fernão Dias pode ser visualizado na Fig.34 do Mapa Fotográfico deste capítulo.

REDE ELÉCTRICA, TELECOMUNICAÇÕES E TRANSPORTE: A EMAE é a empresa proprietária da rede eléctrica nacional que alimenta todas povoações, incluindo as roceiras. Esta rede apresenta algumas deficiências de funcionamento, tais como: cortes constantes e oscilações de picos de corrente. No período colonial algumas roças, numa percentagem reduzida, dispunham de geradores eléctricos e pequenas centrais hidroeléctricas para a produção de energia. No Mapa Fotográfico do capítulo, na Fig.35, apresenta-se pormenor do poste de iluminação da antiga roça Agostinho Neto.

Nas décadas antecedentes à independência, as principais povoações, bem como as povoações roceiras, estavam ligadas à capital por uma rede de telefone do estado. Actualmente a CST (Companhia Santomense de Telecomunicações) é proprietária da rede de telecomunicações, pondo a dispor das comunidades serviços de rede fixa e rede móvel. Todas as principais roças usufruem destes serviços, mas contudo, a rede móvel apresenta deficiências de funcionamento em certas áreas roceiras, por limitação de capacidade das antenas de rede móvel. A rede de transportes das roças é bastante deficitária. As povoações no seu dia-a-dia recorrem a transportes particulares, chamados carros-de-praça ou carrinhas-de-praça para o transporte de pessoas e bens aos centros urbanos. Recentemente o governo reforçou a rede de transportes que servem as populações com mini autocarros que ligam os principais centros populacionais.

REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO: A rede de abastecimento de águas, que alimenta as ilhas, também é propriedade da EMAE. Contudo, muitas instalações roceiras não são contempladas com esta rede, fazendo com que as populações utilizem a água da nascente, algumas tratadas e outras não. Mediante os acordos entre o Estado são-tomense com outros Estados e organizações, estas populações têm sido beneficiadas com construção de fontanários e chafarizes. A Fig.36 do Mapa Fotográfico do presente capítulo ilustra o estado de conservação da lavandaria pública numa das instalações roceiras.

O sistema de saneamento nas roças é bastante deficiente, uma grande percentagem das habitações não dispõem de casas de banho. As águas pluviais e das lavagens são direccionadas por valetas para as ribeiras, matas ou mesmo para o mar. Um número reduzido de esgotos domésticos existentes funciona com recurso às fossas sépticas e poços absorventes. Para minorar a inexistência de instalações sanitárias, algumas habitações foram beneficiadas com a construção de latrinas no âmbito do programa do governo com a OMS.

CAPÍTULO III

CONCEITOS CHAVE DO QUADRO TEÓRICO

No seguimento do enquadramento teórico do presente trabalho, e após a abordagem das roças como factores estruturantes das ilhas, apresenta-se neste capítulo os conceitos preponderantes da nova concepção do território face ao novo processo de desenvolvimento que se pretende para as roças.

1. REPENSAR O TERRITÓRIO

Como se compreende, o território apresenta-se como uma analogia de lugares que vinca uma realidade física e geográfica que suporta a vida. De acordo com a Lei nº.11/87, de 7 de Abril, aprovado pela Assembleia da República Portuguesa, “*o território é entendido como “o conjunto de sistemas físicos, químicos e biológicos e suas relações e dos factos económicos, sociais e culturais, com efeitos directos ou indirecto, mediato ou imediato sobre os seres vivos e a qualidade de vida do homem”*”. Deste facto, a sociedade de forma tradicional encara o território como o sustento material das suas necessidades e uma referência à sua identidade e cultural. A Dr.^a ANA Comoane ao citar o Sousa Marcelo no estudo sobre o território, enfatiza que, o “*território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, que corresponde a uma área de influência, a um espaço vivido que se domina e um conjunto de marcas e sinais que lhe dão expressão e identidade*” (Comoane, 2007). Porém, as características naturais e históricas de cada território conferem-lhe singularidades e valores que o definem, não só como um recurso, mas também como um valor histórico-cultural de memória colectiva, uma referência de identidade, bem público e um espaço de solidariedade.

A nova concepção do território, para além de compreender estes valores, tem como preocupação capital encontrar formas para que em cada lugar seja possível conceber um desenvolvimento integrado, passível de equilibrar os recursos naturais e humanos em benefício das gerações presentes e futuras.

Esta concepção, ao permitir o equilíbrio harmonioso entre as actividades humanas e o ambiente, abriu o caminho para o desenvolvimento sustentável, como um desenvolvimento que consubstancia a crescente consciencialização do homem em resolver os problemas da degradação ambiental causados pela actividade humana, visando a sua integração como um elemento do ecossistema e o equilíbrio entre ambiente e desenvolvimento. Consequentemente, o ecossistema apresenta-se como um sistema formado pelos seres vivos e o ambiente onde se inserem, e pelas interacções que estabelecem mutuamente. Portanto, o ecossistema pode ser assim entendido como *“uma unidade funcional básica, que inclui tanto organismos como ambiente abiótico, cada um deles influenciando as próprias propriedades do outro, sendo ambos necessários para a conservação da vida tal como existe na terra”* (DGOTDU, 2005; p.162). Neste mosaico de relações homem - natureza, aceita-se que o desenvolvimento se dirija numa dimensão horizontal incluindo todos aspectos do quotidiano humano, nomeadamente os aspectos culturais, sociais e económicos. Porém, sendo o crescimento económico e a modernização um meio para se atingir o desenvolvimento, o relatório coordenado por Gro Harlem Brundtland chama atenção para o facto das políticas de desenvolvimento económico serem indispensáveis mas, desde que inseridas num contexto mais vasto de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade.

No quadro da sustentabilidade, o desenvolvimento deve alcançar novos níveis quantitativos e qualitativos, dentro da ordem socioeconómica, demográfica e tecnológica. Porém, o desenvolvimento deve ter como principal força motriz a dinâmica de inovação. Por sua vez, essa inovação não deve ser entendida numa perspectiva tradicional e restritiva de mudança tecnológica, mas como modo de dinamizar todo um novo leque de actividades e programas, orientados para a modernização e desenvolvimento local.

A modernização como um processo contínuo, que produz transformações nas sociedades, pode ocorrer de modo concomitante ou separadamente em cada uma das estruturas constitutivas do sistema social. A prerrogativa da modernização inclui a industrialização, a urbanização, os níveis crescentes de educação, a prosperidade, a mobilidade social, e as estruturas ocupacionais mais complexas e diversificadas. *[A modernização económica provoca mudanças profundas na sociedade, pois passa-se de uma condição de economia de subsistência, centrada na agricultura, para o predomínio da economia de larga escala, centrada na industrialização].*

Seguidamente, o desenvolvimento pode ser visto como um processo de mudanças sociais, económicas, políticas, ambientais, tecnológicas e outras que resulta na elevação dos níveis de bem estar das populações, com a valorização dos recursos naturais e humanos, e do capital físico e social, que resulta na satisfação das necessidades humanas e na melhoria da qualidade de vida. Para o Samuelson e Nordhaus “*a chave do desenvolvimento reside em quatro factores fundamentais: recursos humanos, recursos naturais, formação de capital e tecnologia*” (Samuelson e William, 1999; p.555). Desta análise, pode-se afirmar que tanto a modernização como o desenvolvimento assentam sobre a mesma base, todavia a modernização é uma via para o desenvolvimento económico.

Na abrangência deste conceito, François Perroux, define-o como “*uma transformação das estruturas demográficas, económicas e sociais que geralmente acompanha a modernização*”(Perroux, 1981). E mais adiante, argumenta que “*o desenvolvimento pressupõe a expansão da actividade dos homens em relação aos homens, para troca de bens ou serviços e para troca de informação e de símbolos*” (Perroux, 1981; p.56).

De forma holística, o desenvolvimento pode ser definido como dinâmica de uma economia de actividades agrícolas usando tecnologia simples para a produção de bens industriais de uma gama de serviços que usa a tecnologia moderna. Neste âmbito, importar salientar a importância do investimento no contexto de desenvolvimento, entendido como “*a acumulação de possibilidades de produção, quer directamente através de projectos produtivos, quer indirectamente através de projectos não directamente produtivos mas que, de uma forma ou doutra, contribuem para a dinamização da actividade económica, o crescimento produtividade, o aumento do produto e dos rendimentos sociais e para a melhoria das condições de vida em geral. Traduz-se na aplicação de uma poupança social e constitui a «mola mestra» do crescimento económico sustentado que impulsiona o desenvolvimento*” (Marques, 2000; p.17). No Seminário sobre o Desenvolvimento Rural, realizado no CEAP, do Ministério da Agricultura de Angola, explicou-se o desenvolvimento como “*processo pelo qual uma população melhora a qualidade da sua vida dum forma durável e continuada*” (Ferrinho, 1991; p.7). Advoga-se desta forma que a melhoria da qualidade de vida das populações é um ponto fulcral do desenvolvimento, e que este deve obedecer às políticas que visem a satisfação das necessidades básicas das mesmas.

No enquadramento do que foi dito, o desenvolvimento que se pretende para uma sociedade deverá ser sustentado e valorizado numa amplitude de sustentabilidade, primando pelos valores fundamentais das políticas de reordenamento territorial, da reabilitação, do desenvolvimento da agricultura, da dinamização económica, da implementação do turismo, da preservação do património cultural e ambiental, da aposta forte na educação, formação e inovação. Certamente, a conjugação destes valores de forma organizada e coerente, não só garante o bem estar das gerações actuais, como garantirá o futuro das gerações vindouras. Contudo, a finalidade da satisfação das necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras, passa necessariamente por uma iniciativa local, regional e nacional, e uma atitude de cooperação e participação colectiva de todos os intervenientes na tomada de decisões, independentemente dos interesses particulares.

2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O mundo habitado pelo homem tem sido palco de grandes catástrofes e alterações climáticas, nomeadamente aquecimento global do planeta, fenómenos naturais, surgimento de grandes pragas e doenças, guerras constantes entre várias nações, aumento do número de pessoas nos centros urbanos, aumento da poluição atmosférica, etc. Todos estes fenómenos revelavam e revelam, em grande medida, a falta de responsabilidade do homem em preservar a natureza, visando a promoção do seu bem estar social e das gerações vindouras.

Observando uma nova paisagem, onde se destacam situações de insalubridade e o agudizar destes fenómenos naturais, e conseqüente degradação das condições de bem estar das pessoas, começaram a surgir algumas correntes com preocupações viradas para o equilíbrio entre o desenvolvimento e a exploração de recursos naturais.

Desta forma, como já se reafirmou, o Relatório Brundtland 1987 e a Conferência das Nações Unidas para Ambiente e Desenvolvimento em 1992 vêm reforçar estas preocupações, que culminam com a definição do conceito de desenvolvimento sustentável.

Nesta concepção, entende-se o desenvolvimento sustentável como um “*processo de mudança em que a exploração dos recursos, a direcção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais são conciliáveis com as necessidades, tanto presentes como futuras, ou seja, um desenvolvimento que tem em conta as necessidades actuais sem comprometer as necessidades das gerações futuras*”(Universidade Católica, 2006). Por conseguinte, estas preocupações acabaram por vincar de uma forma mais ampla o conceito de sustentabilidade, e, em Setembro de 2002, realizou-se em Joanesburgo a Conferencia das Nações Unidas para o ambiente e Desenvolvimento, denominada Rio+10 que consolidou a aplicação prática da Agenda 21. Deste facto, fica definido que o desenvolvimento sustentável contém duas ideias: a primeira que centra a sua prioridade na resolução das necessidades básicas das populações, e a segunda que defende que o actual estado da tecnologia e da organização social impõe uma limitação às possibilidades do ambiente em poder satisfazer as necessidades presentes e futuras. Além disso, este conceito valoriza a iniciativa de uma cooperação racional colectiva, em detrimento das iniciativas de individualismo. Certamente, aquele que maximiza o interesse próprio em busca de lucros imediatos conduzirá a maiores perdas a humanidade no futuro.

Tendo em conta que o crescimento pode induzir à transgressão de qualquer limite técnico e económico, o desenvolvimento sustentável exige, assim, uma mudança de comportamentos, cujos instrumentos desta mudança são as políticas públicas que se devem inscrever no médio e longo prazos em busca de uma harmonia entre o homem e o ambiente, numa perspectiva de bem-estar social. Deste modo, o desenvolvimento sustentável assenta no princípio da equidade geracional, no princípio da responsabilidade e justiça social. O excerto da Carta de Aalborg sobre a sustentabilidade vem enaltecer que “*as cidades e vilas devem alcançar um desenvolvimento sustentável, com base na sustentabilidade ambiental, economia sustentável e uma justiça social. A justiça social terá necessariamente de se basear na sustentabilidade económica e na equidade, que requerem ambas a sustentabilidade ambiental*” (ICLEI, 2000; p.45). Consistentemente, o desenvolvimento sustentável obriga a que o desenvolvimento económico utilize a capacidade e os recursos das comunidades locais, como suporte da vida e das actividades dessas comunidades, devendo os benefícios serem equitativamente distribuídos e garantidos a longo prazo.

3. REPENSAR O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

O ordenamento do território advém da necessidade de disciplinar o desenvolvimento económico, mediante o processo de distribuição do território em concordância com as funcionalidades. Desta necessidade, entende-se o Ordenamento do Território como *“uma disciplina científica, técnica e política que desenvolve políticas numa perspectiva interdisciplinar e integrada tendente ao desenvolvimento equilibrado das regiões e à organização física do espaço segundo uma estratégia de conjunto”* (DOTDU, 2000; p.122).

Fazendo alusão à Carta Europeia do Ordenamento do Território, esta indica de que *“o mesmo pode prever o futuro, considerando as opções do desenvolvimento e as suas consequências”* (Universidade Lusófona, 2088). A carta preconiza como objectivos fundamentais: *“o desenvolvimento socioeconómico e equilibrado das regiões; a melhoria da qualidade de vida; gestão responsável dos recursos naturais; protecção ambiental e utilização racional do território”* (Universidade Lusófona, 2008). Analisando estes objectivos, fica claro que o ordenamento do território não se limita apenas aos aspectos físicos e económicos do território, conectando também os aspectos sociais e ambientais. Com esta abrangência, é consensual considerar que o ordenamento do território é um instrumento de planeamento indispensável ao desenvolvimento sustentável. Com carácter multidisciplinar da investigação, envolve diferentes áreas de saber, tais como direito, economia, sociologia, geografia, etc.

A estruturação do território decorre dos fenómenos naturais e das acções de intervenção do homem, que visa a exploração dos seus recursos em prol da economia e bem-estar social. Deste modo, a *“estruturação do território constitui um processo articulado de organizar os habitats humanos com vista à criação de melhores condições de vida, do ponto de vista ambiental, social e económico”* (Fadigas, 2007; p.10).

Considerando o território um recurso e, portanto, um bem sujeito a uma apropriação continuada no tempo, servindo várias gerações, e como lugares com valores identitários, patrimoniais, culturais e ambientais, o ordenamento do território deverá tratar do território no seu todo, dos espaços rurais aos dos espaços urbanos, e dos espaços industrializados aos não industrializados, etc. Situando-se no quadrante territorial português, a necessidade de repensar positivamente o território no processo de urbanização e ordenamento do território conduziu à aprovação da Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto, designada de LEI BASE DA POLÍTICA DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO (LBPOTU), *que define formas de intervenção e instrumentos ao dispor do Estado e das Autarquias Locais, no domínio do ordenamento do território. Relativamente à tipologia dos instrumentos de gestão territorial* (definida no D.L. n.º 380/99, de 22 de Setembro), realça-se: o PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (PNPOT), o PLANO REGIONAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (PROT), os PLANOS MUNICIPAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (PMOT), que compreendem PDM, PU, PP; os PLANOS ESPECIAIS DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (PEOT). Como instrumentos com fins operativos de gestão territorial, recorre-se aos processo de Urbanização e Edificação e ao Novo Código de Expropriações. Para a valorização do território, consideram-se os PROT, os PDM, os PEOT como figuras mais abrangentes do ponto de vista do ordenamento do território. Neste quadro conceptual o PNPOT é entendido como “ *um documento estratégico que estabelece o quadro de referência subjacente às opções de políticas e às intervenções de agentes públicos, privados e associativos com relevância para organização do território, de acordo com um conjunto de princípios definidos no articulado da Lei Bases, nomeadamente o desenvolvimento territorial integrado, harmonioso e sustentável à coesão territorial e a correcção de assimetrias regionais, a territorialização de estratégias e políticas a articulação de políticas sectoriais e, ainda, a racionalização eficiente da rede de equipamentos estruturantes*” (DGOTDU, 1999; p.16).

O ordenamento do território, como um processo, deverá incluir o planeamento urbano e de sistemas de transportes e comunicações; o ordenamento e desenvolvimento integrado do espaço rural e reestruturação ou reconversão da base produtiva das áreas rurais; a gestão racional dos recursos naturais, patrimoniais e históricos; a protecção e valorização de áreas protegidas e ecologicamente sensíveis; o planeamento das áreas de interesse turístico do território, o urbanismo e os projectos urbanos e a regeneração urbana ambiental.

Com este reordenamento cria-se condições indispensáveis para promover a organização e ocupação do território, tornando possível a qualidade de vida das populações, a qualificação dos espaços rurais, urbanos, periurbanos como denominadores do desenvolvimento económico-social sustentado.

Reportando às políticas do Claudius Petit, Ministro Francês da Reconstrução e do Urbanismo, de acordo Fernando Correia, citando J.C. Nemery, o conceito do ordenamento do território foi desenvolvido para definir “*a procurar no quadro geográfico da França, de uma melhor repartição dos homens em função dos recursos naturais e das actividades económicas*” (Correia, 2001; p.52), mediante um processo de planeamento integrado no sistema de gestão territorial, a par do urbanismo e da gestão ambiental. Este processo tende facilitar aplicação de políticas de desenvolvimento das actividades que dinamizam o sector económico-social, garantindo o maior valor acrescentado à economia, criação de novos postos de trabalho, empreendedorismo e maior valia competitiva. Consequentemente, no nosso entender, a dinâmica do sector económico-social assenta-se essencialmente no planeamento, implementação e desenvolvimento das actividades de agricultura, turismo e actividades complementares.

AGRICULTURA

A agricultura representa muito mais do que uma actividade, pois ela produz e transforma construções sociais, resultantes da continuada interacção da actividade humana com o ambiente e os recursos biofísicos. Por outro lado, a agricultura constitui um elemento necessário ao processo de conservação dos recursos naturais na nova concepção territorial. Por este motivo, as necessidades e exigências das sociedades em alcançar um desenvolvimento económico e social livre da insegurança alimentar conduzem à formalização de estratégias tendentes ao desenvolvimento da agricultura. De forma sustentada, a “*agricultura é determinantemente uma actividade co-produtora e co-gestora de grande parte do território, e deverá por isso merecer sempre uma atenção específica e destacada em sede de políticas de ordenamento do território*”(DGOTDU, 1999; p.19).

Este facto implica efectivamente a definição e coordenação de políticas estratégicas para as regiões agrícolas, visando fomentar o fortalecimento da produção agrícola, o aumento da capacidade económica das famílias, a valorização da responsabilidade social, o respeito pela agricultura familiar, a valorização do conhecimento local e do capital social das comunidades e a utilização racional de recursos naturais, etc. A implementação destas políticas deverá obedecer a um quadro de conhecimento técnico científico que valorize as formas de vida das comunidades, os seus valores históricos, o uso dos recursos locais, as diferenças regionais e diversidades socioeconómicas, e a diversificação de produtos agrícolas sem a destruição de produtos agrícolas tradicionais. Deste facto, enaltece-se o valor da produção da agricultura, entendida como *“conjunto de todos os empregos da produção provenientes das explorações agrícolas (produção vegetal, animal, serviços agrícolas e actividades secundárias), incluindo os intraconsumos”* (GPPAA, 2001).

Sendo o processo agrícola a base genética do desenvolvimento das sociedades, e considerando o actual contexto socio-económico global, é indispensável criar mecanismos que impulsionem a reorganização e o fortalecimento do sector produtivo da agricultura, agropecuária e florestal. Este mecanismo deverá enquadrar um vasto conjunto de procedimentos e normas que visam: o ordenamento/reordenamento das parcelas fundiárias, criando áreas específicas para várias culturas agrícolas e actividades agropecuárias; e implementação de medidas que promovam a valorização e dinamização do sector agrícola. Estes e outros procedimentos deverão facilitar o processo de produção agrícola, pecuária e florestal, com uma aposta forte nas culturas de carácter tradicional, culturas de carácter comercial e de exportação. O trabalho desenvolvido na implementação destas culturas, para além de promover o desenvolvimento económico, induz a segurança alimentar e a rentabilidade do sustento familiar durante o sistema de produção, venda e compra.

Referindo-se a realidade portuguesa, os dados do GPPAA indicam que *“as áreas com aproveitamento agrícola ou florestal ocupam 73% do território nacional e 15% do volume de trabalho do conjunto da economia, sendo que a população residente nas explorações agrícolas ronda 11% da população total. Estes números ilustram a importância das actividades agro-florestais em termos territoriais, económicos e sociais e mostram o papel que o pode ter na criação de riqueza, na gestão do território, na preservação do ambiente e da paisagem, na manutenção do emprego e no contributo para a coesão social, papéis que têm importância na diversidade de várias regiões”* (GPPAA, 2001; p.17).

O progresso da agricultura como fonte de indução de estabilidade económica e social das sociedades, e dos países em geral, não depende apenas da organização dos agricultores locais e dos seus desejos, mas sobretudo da capacidade versátil do Estado como detentor de instrumentos legais de investimento, promoção de desenvolvimento económico e de integração destas regiões no Programa de Política Agrícola Nacional no âmbito de relações de cooperação com os seus parceiros. Neste contexto, a problemática da agricultura deverá ser equacionada em convergência com Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas e outros organismos internacionais de grande relevo.

TURISMO

O turismo é uma das actividades mais influentes do nosso quotidiano, e nenhuma das realizações deste século foi capaz de influenciar de forma extensível e exaustiva a vida das pessoas como o turismo. Segundo o professor Lucinio Cunha, *“como necessidade, o turismo é contemporâneo do homem de todas as épocas, mas como actividade económica, tem o tempo de uma geração, mas já ganhou dimensão e expressão que ultrapassa a generalidade das actividades industriais: as receitas turísticas externas ultrapassam a totalidade das exportações mundiais de equipamento electrónico e de toda a indústria automóvel”* (Cunha, 2003; p.117). Pelas suas características, o turismo é uma actividade multidisciplinar, de carácter horizontal, que influencia e movimenta um conjunto de actividades afins, impulsionando o desenvolvimento económico, quer ao nível nacional, regional e local.

Sendo o desenvolvimento económico um processo em que o homem é simultaneamente princípio, meio e fim, em que a valorização e enriquecimento pessoal tem de estar presente; pode-se afirmar que o desenvolvimento tecnológico do turismo é o homem. Assim, enfatiza o Prof. Licínio Cunha, *“pelas interdependências e relações que estabelece com a generalidade das actividades humanas, sejam políticas, sociais, económicas, lúdicas e culturais, o turismo é uma actividade que influencia e é influenciado por tudo quanto tem a ver com o homem”* (Cunha, 2003; p.117).

Holisticamente, o turismo pode ser definido como um domínio dinâmico envolvendo a migração temporária de indivíduos e grupos, por prazer ou negócios, que supre as necessidades de viajantes e os impactos económicos, socioculturais e ecológicos que os viajantes e a indústria sofrem na área do destino.

Esta definição implica que o turismo deve ser visto, como: um sistema de atracções, transporte e promoção ou informação; como um acto social que permite às pessoas expressarem a si mesmas enquanto viajam por lazer ou negócio; como reflexo da identidade cultural, local e da composição social. Os professores suíços, Hunziker e Krap, nos seus estudos, abordam o turismo como *“soma de fenómenos e relações resultantes da viagem e da permanência de não residentes, na medida em que não leva à residência permanente e não está relacionada com ocupação remunerada”*(Mário, 2001; p.36). Relacionando o estudo do turismo com ciências e afins (antropologia, sociologia, economia, geografia, urbanismo, ecologia, etc.), o Jafar Jafari explica o turismo como *“campo que estuda o homem longe do seu local de residência, da indústria que satisfaz as suas necessidades, e dos impactos que ambos, eles e a indústria, geram sobre os ambientes físico, económico e sociocultural da área receptora”* (Mário, 2001; p.36).

Hoje é possível limitar a definição do turismo como uma actividade socioeconómica, pois gera a produção de bens e serviços para o homem, visando a satisfação de diversas necessidades básicas e secundárias. Tratando-se de uma manifestação voluntária, decorrente de uma mudança ou deslocamento temporário de pessoas, envolve disponibilidade de componentes como transporte, alojamento, alimentação e, dependendo da motivação, entretenimento (lazer, atracções, etc.). Desta forma, o turismo tem como objecto de estudo, a recepção e fornecimento de serviços que satisfaçam as necessidades dos turistas e produção turística.

Considerando as diversas motivações que levam os turistas a deslocarem-se a um determinado lugar, deslumbram-se várias formas de turismo: de lazer, de eventos, de águas termais, desportivo, religioso, de juventude, social, cultural, étnico e nostálgico, gastronómico, ecológico, de cruzeiros marítimos, de negócios, de compras, de terceira idade, técnico, de saúde e rural. Instando a vivência num espaço sustentável, há que privilegiar o turismo de natureza ecológico e rural, ligado ao contacto com a natureza, associando o lazer e a distração ao descanso, à aprendizagem e ao conhecimento. O turismo sustentável fundamenta-se nos recursos locais, socioculturais, patrimoniais e histórico-naturais, incentiva a responsabilização dos diferentes actores sociais, promove o envolvimento das comunidades locais nos projectos, nas acções de preservação ambiental e de protecção das espécies que lhes estão associadas.

Sem deixar de ser uma questão nacional, regional ou local, o turismo pode desempenhar um papel fundamentalmente importante no processo de desenvolvimento económico de determinadas áreas, satisfazendo as necessidades dos turistas e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das populações. As regiões rurais são regiões onde a diversificação das actividades económicas impõe-se categoricamente não só para encontrar novas fontes de riqueza, mas também para evitar o despovoamento, e proporcionar a empregabilidade. Os efeitos de boas práticas de actividades agrícolas e turísticas são considerados como dinamizadores e difusores no novo processo de desenvolvimento (desenvolvimento sustentável) da nova concepção do território, uma vez, que estes sectores impulsionam a dinamização das áreas de educação e formação, áreas de construção civil e obras públicas, áreas do comércio e transportes, áreas de conservação do património cultural, áreas de preservação da natureza, áreas de intervenção e outras. A construção dos sistemas territoriais economicamente viáveis, ecologicamente sustentáveis e socialmente justos, requer primeiramente a existência de diversificados recursos, entre os quais se destacam claramente os recursos humanos. O homem é, portanto, a base do desenvolvimento. Nesta perspectiva, convirá evidenciar a importância dos recursos humanos na concepção e na concretização dos modelos de desenvolvimento mais adequados às diversas realidades territoriais. Interessa, por isso, educar, ensinar e formar de modo contínuo, inovador e criativo às populações locais e dotá-las de condições sociais e ambientais admissíveis no quadro da nova concepção territorial.

Contudo, a afirmação dos recursos humanos nesta nova concepção do território só será possível, na medida em que se reconheça e valorize o passado do homem como elemento do ecossistema. Daí, ganha relevo o entendimento do património cultural. Genericamente, o património pode ser entendido como *“um bem ou conjunto de bens constituídos por acumulação contínua e diversidade de objectos, obras de arte, hábitos culturais e linguísticos, obras literárias, trabalhos, produtos, os saberes de seres humanos, etc., destinados a serem usufruídos por comunidades ou pessoas individuais, estados e nações, etc.”* (Património e Urbanismo, Universidade Lusófona, 2008). De acordo com a Lei de Bases do Património Cultural (LBPC), Lei nº. 107/2001, de 8 de Setembro, o património cultural é entendido como *“ todos os bens materiais e imateriais, que sendo testemunhos com valores de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante (designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico), devem ser objecto de especial protecção e valorização”*. Na abordagem da importância e da dimensão global dos aspectos patrimoniais e culturais, regionais ou locais, destacam-se no contexto da riqueza histórico-cultural vários tipos de património: património gastronómico e religioso, arquitectónico, paisagístico, linguístico, estético-social e outros. A importância destes valores patrimoniais e culturais, no processo de desenvolvimento e na captação de receitas, deve assegurar, sobretudo, a melhoria das condições de salvaguarda, valorização da animação cultural, numa perspectiva de transmissão para o futuro de bens culturais, de forma a manter a sua existência e assegurar a sua fruição, com respeito pela sua identidade específica, sem pôr em causa os valores de originalidades e integridade.

Conclusivamente, nesta concepção, todas as políticas, que conjugam de forma coerente a relação entre as áreas acima referenciadas, criam novas oportunidades de emprego, qualificam os recursos humanos, revitalizam o tecido empresarial local, gerando lucros e retenções, e induzem o desenvolvimento de outros sectores complementares que contribuem para a redução das assimetrias regionais e locais.

CAPÍTULO IV

DIAGNÓSTICO DA “ROÇA ÁGUA IZÉ”

ESTUDO DE CASO

No âmbito dos objectivos deste trabalho, o presente capítulo debruça-se sobre o estudo de caso a roça “Água Izé”. Neste prisma, faz-se a apresentação geral da roça, destacando os aspectos históricos, sociais e económicos, os aspectos geográficas e morfológicas e as condicionantes.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO LEGAL DA ÁGUA IZÉ

A roça Água Izé, (ver o limite geográfico da roça na fig.1 do Mapa Fotográfico deste capítulo) cujo o nome deriva do rio Água Izé que a atravessa, foi implantada nos finais do século XVIII e princípios do século XIX. Era pertence da companhia agrícola da ilha do Príncipe, que tinha como representante João Maria de Sousa de Almeida, o 1º Barão de Água Izé, que em 1852 introduziu a cultura de cacau na roça. Em 1895 por dificuldades financeiras a gestão da roça passou à posse do Banco Nacional Ultramarino. Mas, três anos mais tarde (1898) a gestão passa definitivamente para os accionistas da Companhia Agrícola da Ilha do Príncipe. (Conde Sousa, 1908). Com a declaração da independência das ilhas e conseqüente processo de nacionalização atrás referido, Água Izé passou à empresa agrícola estatal.

Deste facto, Água Izé enquadra-se juridicamente e administrativamente como uma região do distrito de Cantagalo. A Lei n.º 5/80, Lei da Divisão Territorial e Administrativa da Constituição de 1990, para além de ordenar a divisão do território nacional em sete unidades territoriais, em que se destaca o distrito de Cantagalo com respectiva cidade de Santana, prevê ainda a existência de sub-unidades territoriais no seio dos distritos, a saber, vilas, bairros e luchans. O Artº.115º da Lei Quadro das Autarquias Locais, estabelece que a “*Organização democrática do Estado compreende a existência de Autarquias locais, como órgãos de poder local, de acordo com a Lei da Divisão Político-administrativa do País*”.

Em conformidade com o artigo 1º desta Lei Quadro, são autarquias locais os distritos que formam a Divisão Política Administrativa do País.

A região de Água Izé com uma localização privilegiada, desde cedo se viu habitada por povos de origens diversas que legaram um rico património cultural, histórico e arquitectónico, dos quais se destacam por exemplo, as construções de edifícios, caminhos de ferro, etc. Além das riquezas históricas e culturais, a região é dotada de riquezas naturais, paisagísticas e ecológicas de valor inestimável enquadradas na sua área florestal ou Ôbó. Importa salientar o facto da roça Água Izé apresentar uma frente marítima muito significativa, característica natural que acabou por condicionar a ocupação humana desta zona, que preferencialmente se agrupou em povoados ao longo desta costa marítima. Na sua frente marítima a roça apresenta uma área aproximada de 12,0km², contemplando a baía da Praia Rei, a praia do plano e a Boca de Inferno.

Com vista à protecção das áreas florestais, nomeadamente a conservação da natureza, protecção dos espaços naturais e das paisagens, a preservação das espécies e dos seus habitat, etc., foi criada a Lei de Bases do Ambiente, 1996, com o apoio do PNUD/PNUA/IPAMB e a Lei do Parque Nacional, com o apoio da ECOFAC, 1996, que “*estabelece a preservação permanente, do Parque Nacional, tomando em consideração o interesse científico, botânico e ornitológico das florestas, a sua função social e económica na produção, na regulação dos cursos de água, na protecção dos mananciais hídricos, na preservação da vida silvestre e na conservação da biodiversidade*”. Os solos da roça por apresentarem grandes potencialidades agrícolas e por terem sido no passado objectos de investimentos demonstraram a sua capacidade produtiva, estão protegidos pela Lei dos Solos Agrícolas.

2. CARACTERIZAÇÃO SOCIAL DA ROÇA ÁGUA IZÉ

A descrição das características sociais da Água Izé, reveste-se de particular relevância no que concerne a necessidade de elaboração de qualquer projecto ou estudos de desenvolvimento local e regional. Desta forma, para sua caracterização deu-se particular destaque a percepção da população local, da educação, da estrutura social, alojamentos e condições habitacionais, da situação sanitária, empregos e formas de agregação social e o estrado das infra-estruturas.

2.1 A POPULAÇÃO E EDUCAÇÃO

A roça Água Izé tem uma população na ordem dos 3408 habitantes distribuídos pelas suas 14 dependências e a sede, sendo possível observar uma densidade populacional de 42,6 hab./Km². As dependências são pouco povoadas devido as dificuldades de acesso, condicionadas pelas as características topográficas e climáticas região. De acordo com os dados apresentados na Tabela nº.14, a maioria da população concentra-se principalmente na Sede da roça com cerca de 1410 pessoas, seguido das dependências Claudino Faro com 254 habitantes e Bernardo Faro com 242 habitantes. Pela sua estrutura etária, trata-se de uma população eminentemente jovem, aliás como em todo o resto do País.

TABELA 14 - POPULAÇÃO DA ROÇA ÀGUA IZÉ

Situação	Regiões	Pop. 2001 (hab)	Pop. 2007 (hab)	Pop 2008 (hab)
Sede	Água Izé Sede	1237	1387	1410
Dependência	Santo António	17	19	23
Dependência	Quimpo	183	205	209
Dependência	Ponta das Palmeiras	51	57	58
Dependência	Mato Cana	25	28	28
Dependência	Claudino Faro	223	250	254
Dependência	Bernardo Faro	212	238	242
Dependência	Monte Belo	163	183	186
Dependência	Castelo	139	156	158
Dependência	Mendes da Silva	112	126	128
Dependência	Francisco Monteiro	170	180	200
Dependência	Anselmo Andrade	19	21	22
Dependência	Mestre António	175	186	210
Dependência	Olivares Marim	129	145	147
Dependência	Nova Linda	117	131	133

Fonte: INE S. Tomé e Príncipe

O número total da população corresponde basicamente a uma taxa média efectiva da população do país, na ordem dos 1,88 % no ano 2008. Admitindo-se uma taxa de crescimento igual a 0,32% , segundo estimativas nacionais a população local está repartida entre 1670 homens e 1738 mulheres. A taxa de natalidade e a taxa de mortalidade infantil enquadram-se dentro da estimativa nacional, como resultado da especificidade própria de certos hábitos e padrões de vida da população e também das condições relativamente mais precárias de que usufrui a mesma, devido ao isolamento e a consequente dificuldade de acesso regular a bens e serviços. Infelizmente, o sistema nacional de informação estatística não permite o conhecimento efectivo do comportamento das diversas variáveis populacionais ao nível particular de cada uma das dependências, o que impede portanto neste caso uma apreciação mais profunda da situação reinante, nomeadamente no domínio das estatísticas vitais e demográficas em geral.

O nível de escolaridade é em geral baixo, sobretudo quando comparado com a maioria dos centros urbanos do país. De acordo com o sistema escolar e a rede escolar vigente no país, a Água Izé contempla algumas unidades escolares, sendo uma creche e uma escola na Sede para ensino primário e secundário até 6ª classe, uma escola primária em Anselmo Andrade e uma escola primária em Olivais Marim. Após a conclusão da 6ª classe, os alunos passam a frequentar as restantes classes até 9ª classe na cidade de Santana. Por conseguinte, e no prosseguimento dos estudos liceais, estes dever-se-ão deslocar à capital para frequentarem a 10ª, 11ª e 12ª classe. Com esta descrição, facilmente se conclui que as possibilidades de todos os estudantes completarem localmente a 9ª classe é uma mera ilusão, muitos deparam-se dificuldades económicas e financeiras para suportarem as constantes deslocações.

No ensino profissional, a roça tem um centro de formação local coordenado pelo Centro de Formação Profissional de S. Tomé e Príncipe, ministrando curso de carpintaria e marcenaria, no âmbito do Programa de Cooperação entre o Instituto de Emprego e Formação Profissional de Portugal e o Ministério de Emprego, Solidariedade Mulher e Família de S. Tomé e Príncipe.

2.2 ESTRUTURA SOCIAL E CONDIÇÃO SOCIAL

A estrutura populacional é composto na sua maioria por caboverdianos, antigos contratados e seus descendentes, sendo sem dúvida muito superior o número destes que, nascidos em S . Tomé e Príncipe, tendem a manter normalmente o estatuto da dupla nacionalidade. Também é notória a presença de santomenses de descendência angolana e moçambicana, os Tongas, cujo número é relativamente muito menor. O número de Forros é pouco significativo, embora a tendência aponte para o aumento relativo, devido o entrosamento com os descendentes de caboverdianos.

Por outro lado, embora se possa registar, como é natural, a presença de elementos representativos dos vários grupos socialmente diferenciáveis, com base no seu estatuto económico ou sócio-profissional, o certo é que na roça predominam no seio da população residente assalariados agrícolas, alguns pescadores, os vinhateiros, alguns operários de construção civil, pequenos agricultores e evidentemente as domésticas, muitas das quais respondem cumulativamente à condição de vendedoras [palayês], na medida em que comercializam géneros mesmo à porta de casa, como no mercado e ou de forma ambulante. Cabe salientar que, como consequência do programa nacional de distribuição e privatização de terras anteriormente desenvolvido sob a gestão do Estado, tem-se vindo a assistir a uma diminuição notável do número de assalariados agrícolas, que vão passando desse modo à condição de pequenos agricultores, portanto, por conta própria.

Tal fenómeno, por certo, é bastante positivo em termos de libertação e promoção de novas sinergias, face ao marasmo económico e social que tende a caracterizar a Água Izé, tem ainda o mérito de preservar e até mesmo fortalecer o predomínio do sector primário, muito em consonância com os recursos realmente disponíveis e com as potencialidades que hoje oferece esta parcela do país.

Água Izé foi zona piloto para implementação do Projecto de Luta Contra a Pobreza e Desenvolvimento Rural, Financiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, que teve o seu início em 1993 com duração prevista para 48 meses. Este projecto surge como complemento ao projecto de distribuição de terras, com o objectivo de apoiar as iniciativas geradoras de rendimentos, susceptíveis de melhorar o acesso das populações rurais aos serviços de saneamento básico.

O projecto centrava-se fundamentalmente em três componentes orientação:

- apoio à coordenação das acções de desenvolvimento rural e de redução da pobreza;
- apoio à diversificação das actividades produtivas e geradoras de receitas, com vista a atingir a auto-suficiência alimentar e melhorar o estado sanitário e nutricional;
- apoio na realização de projectos de infra-estruturas sociais colectivas, de melhoria da habitação e de criação de empregos.

No que concerne as condições sociais de alojamento, quase todas as habitações existentes não apresentam condições dignas de habitabilidade. As casas de habitação construídas recentemente são essencialmente em madeira, nem sempre da melhor qualidade, podendo-se ainda observar a utilização de materiais como o bambu chapas de zinco, etc. Como já se referiu no capítulo II, as construções de madeira são casas típicas de habitação de S. Tomé e Príncipe, com um ou vários compartimentos, com reduzidas condições de habitabilidade, sem água canalizada, instalações sanitárias e outras. No Mapa Fotográfico deste capítulo, apresenta-se a Fig.2 com pormenorização de uma casa típica de madeira local.

Em maior numero, observa-se as antigas edificações da roça, que geralmente são de alvenaria, mas a exiguidade do espaço físico disponível, face ao elevado número de filhos e outros familiares, continua a ser igualmente preocupante, na medida em que obriga ao mesmo tipo de promiscuidade e degeneração, que tende a preservar e a reproduzir graves riscos para a saúde física, moral e social do cidadão e das comunidades. Na Fig.3 do Mapa Fotográfico deste capítulo observa-se o estado de degradação de uma edificação. Tal como acontece com as casas de madeira, estas edificações não apresentam instalações sanitárias e nem água canalizada, etc., e a cozinha encontra-se afastada da habitação e dividida em vários compartimento pertencentes a cada uma das família. Na Fig.4 do Mapa Fotográfico deste capítulo visualiza-se o estado de uma cozinha.

Do ponto de vista de sanitário, a roça dispõe de uma rede sanitária muito pobre, que inclui apenas um Posto sanitário, com agravante das dificuldades de acesso e circulação dentro da roça e nas áreas circundantes, que limitam consideravelmente as possibilidades para que a população alcançar em condições normais os cuidados médico-sanitários mínimos. Esta situação torna-se ainda mais agrava-se devido à propensão que se nota no quadro geral da política nacional de saúde, no sentido de dar prioridade ao nível terciário de forma consciente e deliberada ou não, em detrimento dos cuidados primários.

Uma das grandes incongruências do sistema espelha-se claramente no facto de, por exemplo, com a necessidade dos pacientes se deslocarem ao Hospital Central na capital em situações de urgência médica, não existe um serviço de transportes qualificado para o efeito. Durante o período nocturno a situação é ainda mais complexa porque o táxi local “carros de praças” que ligam roça á cidade não funcionam.

2.3 EMPREGO E FORMAS DE AGREGAÇÃO SOCIAL

A agricultura é por conseguinte uma das actividades mais dinâmica e o sector de mais empregabilidade, com grande valência de pequenos agricultores e os agricultores assalariados. Analisando exaustivamente o espectro de emprego, destacam-se naturalmente as actividades domésticas desempenhadas na sua maioria por mulheres, actividades de comercio informal e ambulante, actividades piscatórias, actividades ligadas a construção civil, agentes do sector da Administração Pública e outras actividades. Na Água Izé há uma certa propensão para iniciativas de carácter associativo e de grupo, tanto para fins económicos, como socioprofissionais ou culturais. No período colonial a roça dispunha de uma cooperativa dos trabalhadores de Água Izé que punha a disposição dos serviçais, todos os artigos e géneros a preço mais baixo.

Actualmente, duma forma geral, os trabalhadores extintos das empresas agrícolas e os pequenos agricultores estão ligados em iniciativas de apoio ao sector de agricultura. No que concerne a projectos de apoio social, a comunidade trabalha em parceria com Sta. Casa de Misericórdia de S. Tomé e Príncipe e os Leigos para o Desenvolvimento na dinamização do projecto cozinha social e outras organizações. Os jovens locais num passado recente estavam representados por uma associação local, por outro lado, existe uma equipa local de futebol 11 a UDESCAI -União Desportiva Sardinha Caça de Água Izé que milita na primeira divisão do campeonato nacional de futebol de S. Tomé e Príncipe, apresentando-se como um vector de união dos jovens. No âmbito de manifestações culturais, destaca-se a festa do padroeiro local, que mobiliza toda a comunidade e cria as comissões festivas num espírito de organização e convívio. É de realçar o significado altamente positivo das manifestações concretas com vista à organização de melhores formas de intervenção da sociedade civil, no quadro geral da vida nacional e local.

A comunidade expressa -se de facto, um verdadeiro grau de envolvimento e participação voluntária e consciente, de forma individual e colectiva, partindo da motivação própria e da verdadeira identificação com os problemas que afectam a cada momento Água Izé, e o país em geral.

3. ACTIVIDADES ECONÓMICAS NA ROÇA ÁGUA IZÉ

Na análise das actividades económicas nesta roça, mesmo conhecendo a sua forte vocação agrícola, há necessidade de se observar outras variáveis que compõem a matriz da actividade económica, pelo que se destacam essencialmente a agricultura, a pecuária, a pesca, industria, o comercio, o sector financeiro e o turismo.

3.1 AGRICULTURA E PECUÁRIA

A agricultura é sem hesitações a principal actividade económica da roça, visto que economia da roça depende essencialmente do sector primário (na produção do cacau, da banana, etc.). A estrutura fundiária assenta-se numa estrutura formada por grandes parcelas cultiváveis, pequenas áreas dos pequenos agricultores recentemente distribuídas, e glebas pertencentes aos particulares.

Os principais sistemas agrários presentes são: sistema agro-florestal e sistema de culturas anuais. No sistema agro-florestal destacam-se: coqueiral, coqueiral em associação com bananal e em associação com o cacauzal; cacauzal, cacauzal em associação com bananal e com matabala; Palmar, etc. Também podemos considerar a existência de áreas de pastagens que, geralmente se encontram em associação com o coqueiral. Grande parte da Infra-estrutura agrícola encontra-se em mau/ muito mau estado de conservação, e podem ser divididas em dois grandes grupos: infra-estruturas económicas e infra-estruturas sociais. As infra-estruturas económicas incluem as pistas rurais que se encontram em muito mau estado de conservação, secadores de produtos agrícolas, armazéns, etc. No grupo de infra-estruturas sociais enquadram-se as casas, o posto de saúde, as escolas e os sistemas de abastecimento de água encontram-se em estado razoável ou mau.

No âmbito do Projecto de Privatização Agrícola e Desenvolvimento de Pequenas Propriedades (PPADPP) foram distribuídos vários hectares de terras aos pequenos agricultores. Os beneficiários com parcelas de terra são na sua maioria homens e mulheres que trabalhavam na antiga empresa, tendo portanto experiência no que concerne aos trabalhos agrícolas. Eram apoiados pelos diversos programas e projectos (PNAPAF, STABEX), coordenado pelo Ministério da Agricultura e Pescas para o desenvolvimento culturas de copra, a banana, o cacau, a matabala e a mandioca, milho.

Embora as potencialidades reprodutivas da floresta da roça serem boas, a exploração florestal é pouco desenvolvida, existindo somente uma unidade para processamento da madeira (serração) que actualmente encontra-se inoperante. Por outro lado, localmente a madeira é utilizada como combustível (onde existe maior consumo), e explorada clandestinamente para construção civil e produção de móveis. Até ao presente, a gestão das florestas é feita pela Direcção de Florestas, organismo público com o apoio dos projectos de Assessoria em Política (APOFA/GTZ) e Conservação e Utilização Racional do Ecosistema Florestal da África Central (ECOFAC), financiados respectivamente pela Alemanha e pela União Europeia, que delimitaram a zona de reserva natural, criaram o corpo de guardas florestais e facilitara a distribuição e venda de plantas para reflorestação.

Na Água Izé, a actividade pecuária é essencialmente praticada pelas pequenas explorações familiares, que se dedicam a criação de aves, e pequenos ruminantes em regime extensivo, de suínos em estábulos e regime extensivo. Os principais estrangulamentos à produção pecuária residem na fragilidade do sistema de controlo sanitário, na carência de cereais e componentes proteicas para ração e na ausência de um sistema de crédito ao sector. É de realçar ainda possibilidade de se praticar a caça de várias espécies de aves (rolas, pombos bravo e outros), macacos e porcos.

3.2. COMERCIO, TURISMO, PESCA E INDUSTRIA

Na Água Izé não operam empresas comerciais, existem apenas algumas quitandas localizadas que praticam o comércio informal, virado para a venda de produtos alimentares e bebidas, que são adquiridos na cidade de S. Tomé. Na Fig.5 do Mapa Fotográfico deste capítulo, apresenta-se o aspecto de uma barraca de venda local. A maior parte das trocas comerciais é feita durante todo o ano, com a cidade de S. Tomé, que abastece a roça em termos de alimentos, vestuário, insumos e equipamentos agrícolas etc., todos importados do exterior. No sentido inverso, os produtos locais (óleo da palma, banana, fruta pão, vinho da palma, copra e cacau) abastecem o mercado da capital. De igual forma, não operam na Água Izé instituições financeiras e nem qualquer instituição virada para execução créditos. A inexistência de um sector financeiro formal, constitui um grande handicap ao desenvolvimento económico e social para qualquer sociedade. Santana, a cidade capital do distrito a que pertence a roça, e fisicamente mais próxima não tem qualquer filial de bancos comerciais que operam no país.

A actividade turística é considerada como uma miragem, pois apesar da sua excelente localização junto ao litoral, e de ostentar um grande variedade de espécies de vegetação, um conjunto de edificações agrícolas, infelizmente na roça não existe instituições que praticam actividades turísticas. Como uma das actividades complementares, a actividade piscatória é praticada por um número reduzido de pescadores locais. Devido a falta de meios técnicos e infra-estruturas, ela é de carácter artesanal, à linha e ou à rede em pequenas embarcações movidas à remo, à velas e à motor fora de bordo de fraca potência. Por causa do tipo de embarcação utilizada, o pescado é capturado junto à costa insular e vendido localmente. Embora o Projecto de Pesca Artesanal esteja vocacionado para apoiar os pescadores, estes ainda deparam-se com algumas dificuldades, entre as quais podemos enumerar, a falta de crédito para financiar a actividade produtiva e a falta de materiais de pesca à venda no mercado nacional. O parque fabril da roça é composto pelos seguintes ramos de actividade: minipañificadora, transformadora da madeira para a produção artesanal de móveis e produtora de bebidas locais.

4. PARTICULARIDADES FÍSICAS E AMBIENTAIS DA ROÇA ÁGUA IZÉ

A abordagem física e ambiental da Água Izé enquadra uma série de parâmetros vastos e complexos, que ao ser caracterizado neste trabalho, requereu uma análise sucinta e genérica que se incidiu fundamentalmente nas singularidades do relevo, hidrologia, geologia, solos, vegetação e aspectos climáticos.

Relevo e Hidrologia

O relevo da roça apresenta-se umas vezes em grandes altitudes, precipitando-se em vales profundos, longos e sinuosos. O ponto mais alto da roça é o pico de Cantagalo com 848 m de altitude, seguido do pico Mizambú com 505m de altitude, mais a Sul da roça encontra-se o vale de Ribeira Afonso. Os rios, ribeiras e as linhas de águas, seguem-se em várias direcções e rumos, serpenteando a propriedade. Dentre os rios mais importantes, salientam-se o rio Água Izé e o Abade que passa no Norte da roça, que pela extensão o volume de água do seu curso é caracterizado por um abundante caudal, que tal como o rio Contador tem a sua origem no Pico de S. Tomé. Alguns pormenores do relevo e hidrologia podem ser observado no Esboço da Carta de S. Tomé 1958, escala 1:25.000. Ver no anexo B os pontos mais altos assinalados.

Geologia

As rochas existentes na região de Água Izé são fundamentalmente de origem vulcânica, sendo os elementos predominantes, os basaltos, que em casos particulares apresentam-se lavados pelas chuvas. Encontram-se de igual modo em menor quantidade alguns fenólitos e grés (Esboço Geológico da Ilha de S. Tomé, in “contribuição para o estudo geológico” por J. M. Coteló Neiva, Conferencia Internacional dos Africanistas Ocidentais (6ª sessão) (2):1956). Ver o anexo B. Os solos são geralmente do tipo ferruginosos tropicais associados com solos ferralíticos, mas destaca-se ainda os solos pardos amarelados de arenitos, os ferralíticos associados com solos litólicos e litossoltos e terras castanhas (S. Tomé: Esboço da Carta dos Solos, José Carvalho Cardoso, Junta de Exportação de Café, 1957). Ver o anexo B.

Vegetação e Climatologia

São observadas grandes manchas de arvoredos nas cumeadas das serras e nos cimos das montanhas e ao longo da linha costeira da roça, que regulam a manutenção do regime pluvial e climatérico da região. Desta forma, destacam-se o coqueiral na faixa litoral, as plantações de cacauzal, o palmar de dendém, cafezais, bananeiras, obó mesotermico e capoeira, etc. (S. Tomé: Esboços das Carta de Vegetação 1957, ver o anexo B.

O clima da roça é influenciado por diversos factores, tais como os ventos monçónicos que sopram durante todo o ano responsáveis pela variação da temperatura, a corrente quente do Golfo da Guiné, mas sobretudo pelo relevo, cujas formas interceptam os ventos quentes e húmidos, originando climas de características equatoriais provocando precipitações abundantes nalgumas localidades. Desta forma e de acordo com a Tabela nº.15, nas diversas dependência da roça constata-se essencialmente algumas tendências climáticas: clima húmido, sub-húmido-húmido, sub-húmido seco, árido e semi-árido (Esboço da Carta de Climats de S. Tomé, Redução Pantográfica executada no Grupo de Trabalho de C. e Cadastro de S. Tomé e Príncipe, duma carta detalhada por Hélder Lains e Silva, na escala 1/100.000 por Gualdino S. P. Aleixo em 24/01/1969), ver anexo B.

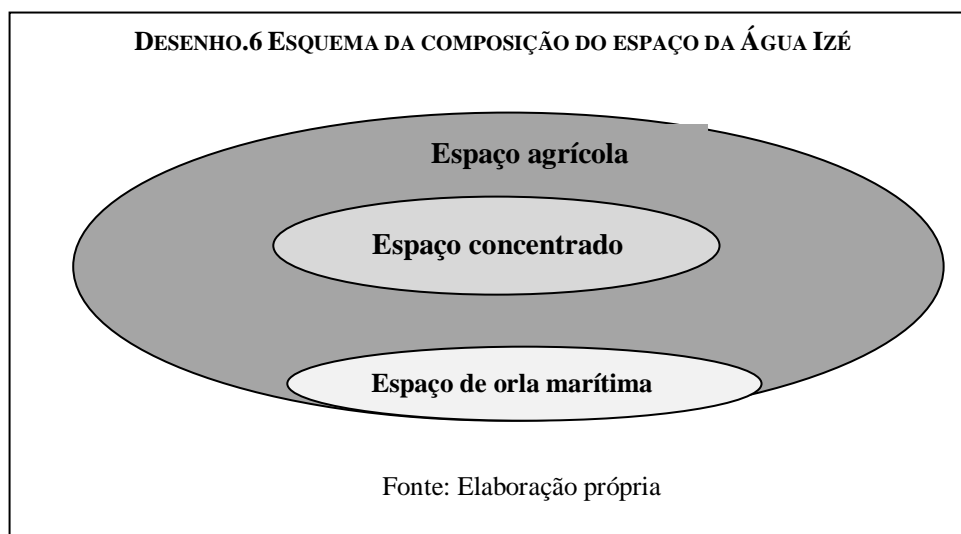
TABELA Nº15 - TENDÊNCIAS CLIMÁTICAS DA ROÇA

ROÇA	DEPENDÊNCIAS	TENDÊNCIAS DO CLIMA
ÁGUA IZÉ	Água Izé - Sede	Semi-árido
	Santo António	
	Quimpo	
	Nova Linda	
	Claudino Faro	Húmido
	Bernardo Faro	
	Monte Belo	Sub-húmido Seco
	Castelo	
	Mendes da Silva	
	Francisco Monteiro	
	Ponta das Palmeiras	
	Mato Cana	
	Mestre António	
	Anselmo Andrade	
	Olivais Marim	Sub-Húmido-Húmido

Fonte: Instituto de Investigação Científica Tropical, Arquivo Histórico Ultramarino

5. ORGANIZAÇÃO E ESPECIFICIDADE ESPACIAL DA ROÇA ÁGUA IZÉ

Descreve-se neste parágrafo a organização e a especificidade do espaço da Água Izé, numa perspectiva de abordagem de extensão territorial e organização administrativa da roça. Conforme já foi demonstrado, o espaço roceiro, particularmente da roça Água Izé compõe-se de um espaço concentrado, um espaço de orla marítima e um espaço agrícola, cujo o esquema se apresenta no desenho.6.



Globalmente, o espaço como um todo, integra equipamentos de habitação, equipamentos de saúde, educação, outros equipamentos e infra-estruturas. Para uma percepção global destes elementos estruturantes do espaço roceiro, apresenta-se na Fig.6 do Mapa Fotográfico deste capítulo um esboço da sua distribuição. Numa escala mais abrangente, estes elementos podem ser observados no Esboço da Carta de S. Tomé 1958, escala 1:25.000. Ver anexo no B as áreas edificadas assinaladas.

5.1 EXTENSÃO E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA ROÇA ÁGUA IZÉ

Toda a roça apresenta uma área de 8000 hectares, sendo dois quinto da propriedade foi considerado como terreno impróprio para o cultivo no período colonial, pois encontrava-se dominado por Obó. A parte aproveitável da roça ocupa uma área 4800 hectares, sendo 3000 hectares preenchidos com plantações e os restantes 1800 hectares são preenchidos com edificações destinadas à acomodação do pessoal, as instalações para a preparação dos produtos da roça, etc. (Conde de Sousa e Faro, 1908). Numa grande parte desta área desenvolviam-se a rede ferroviária de comunicação interior, as estradas e caminhos. Pela malha organizacional dos edificadros, enquadrados nas vias de circulação interna, e em cumplicidade com a vista para o mar, a Água Izé assemelha-se a uma pequena vila rural, ornamentada por pano mancha verdejante. A vista parcial dos edificadros da roça Água Izé pode ser observada na Fig.7 e Fig.8 do Mapa Fotográfico deste capítulo.

A roça estava dividida em 9 distritos, tendo alguns destes suas subdivisões ou dependências, conforme demonstra a Tabela nº.16. Na marcação destes distritos, atendeu-se as distancias relativas e as conveniências dos serviços agrícolas, aproveitando-se quanto possível as divisões naturais das linhas de água que atravessavam a propriedade. O Rio Abade separa ao longo do seu percurso dois grandes grupos de distritos; os que localizam ao N e NW e os que se situam ao S e SW. Os distritos além Abade são Santo António, Quimpo com a sua dependência Francisco Mantero e Ponta das Palmeiras. Os distritos aquém do Abade são Praia do Rei, Mato Cana com sua dependência Anselmo Andrade e em continuação com um outro, Claudino Faro que por conveniência de serviço e facilidade de fiscalização, ficou como dependência da Ponta das Palmeiras. O Castelo, Monte Belo com a sua dependência Mendes da Silva e o Cantagalo complementam esta divisão. Só no prolongamento dos distritos de Monte Belo, Cantagalo e Mato Cano, é que existem terrenos não cultiváveis ou mata virgem. (Conde Sousa Faro, 1908). O distrito da Praia Rei localiza-se na faixa litoral, com a baía do mesmo nome, a praia do Plano e a praia de Boca de Inferno.

Funcionalmente este distrito contemplava a Sede Administrativa da roça, concentrando os serviços de: preparação dos produtos, exportação e implantação de géneros e mercadorias. É aqui onde estão erguidos parte dos edificadros de maior relevância da propriedade.

TABELA 16 - ORGANIZAÇÃO DA ÁGUA IZÉ NO PERÍODO COLONIAL

ROÇA	DISTRITOS	DEPENDÊNCIAS	SEDES
Água Izé	Santo António		
	Quimpo	Francisco Mantero	
	Ponta das Palmeiras		
	Praia do Rei		Sede Administrativa
	Mato Cana	Anselmo Andrade	
		Claudino Faro	
	Monte Belo	Mendes da Silva	
	Castelo		
	Cantagalo		
Alto Douro			

Fonte: As ilhas de S. Tomé e roça Água Izé - S.T.P.- Conde Sousa e Faro 1908

Com o processo de nacionalização das roças, Água Izé foi reorganizada em termos estruturais, conseqüentemente o antigo distrito de Praia do Rei passou a ser denominada de Sede e as restantes estruturas passaram a contemplar 14 dependências, nomeadamente Santo António, Quimpo, Francisco Monteiro, Mato Cana, Anselmo Andrade, Claudino Faro, Bernardo Faro, Monte Belo, Ponta das Palmeiras, Castelo, Mendes da Silva, Mestre António, Olivas Marinho e Nova Olinda, todas com os seus núcleos comunitários. Assim, na Tabela nº.17 e no desenho7, apresenta-se respectivamente a nova estrutura e organização da roça.

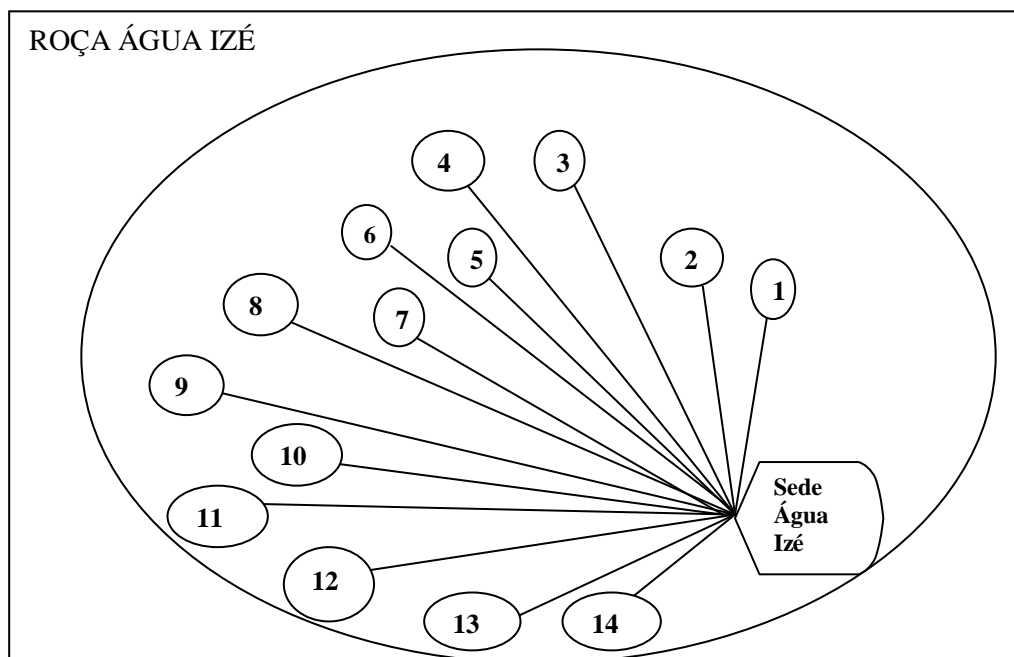
Apesar da nova concepção estrutural da roça, os espaços de lazer e habitação continuaram praticamente inalterados e com grande identidade colonial. Tal como no período colonial, as populações continuaram a fazer as suas actividades domesticas e outras fora das habitações, quem apenas vistas como espaço de descanso e repouso. A “rua”, e o “quintal” continuam a ser espaços de referência para organização convívios, manifestações culturais e outras manifestações.

TABELA 17 - ORGANIZAÇÃO DA ÁGUA IZÉ NO PERÍODO PÓS-COLONIAL

ROÇA	SEDE	DEPENDÊNCIAS	Numeração
Água Izé	Sede Administrativa	Santo António	1
		Nova Olinda	2
		Monte Belo	3
		Mato Cana	4
		Quimpo	5
		Castelo	6
		Francisco Mantero	7
		Mendes da Silva	8
		Anselmo Andrade	9
		Ponta das Palmeiras	10
		Olivares Marin	11
		Bernardo Faro	12
		Mestre António	13
		Claudino Faro	14

Fonte: Agencia Equador S. Tomé 2008

DESENHO.7 - ESBOÇO TIPO DA “ORGANIZACIONAL DA ÁGUA IZÉ” NO PÓS-COLONIAL



Fonte: Elaboração própria

As distâncias entre a Sede e as restantes dependências, como se mostra na Tabela nº.18 são bastante variáveis, tendo em conta as características irregulares do terreno. A dependência mais próxima em linha recta é o Santo António e mais distante o Claudino Faro.

TABELA 18 - DISTÂNCIA ENTRE A SEDE E AS DEPENDÊNCIA DA ROÇA

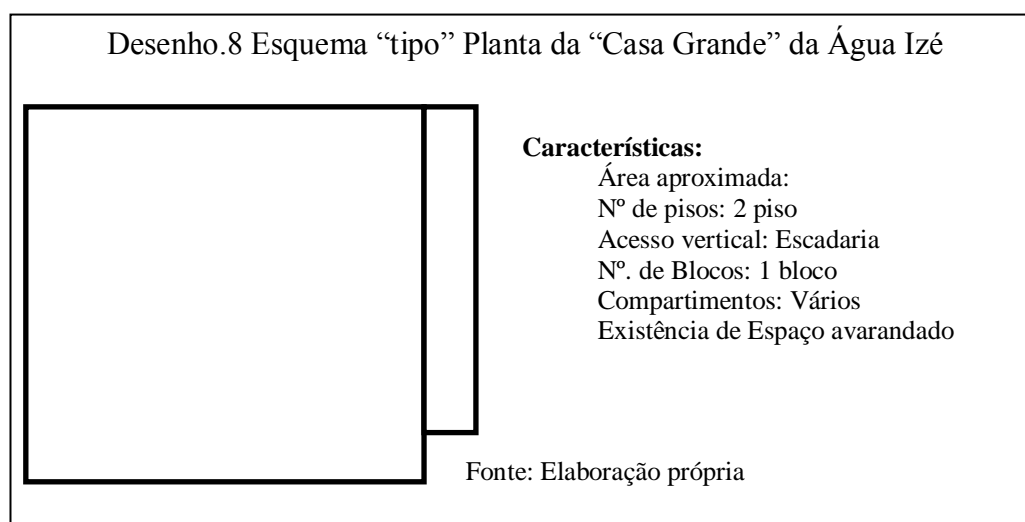
Dependência	Localização Geográfica	Dist. da Sede Linha Recta (m)
Santo António	NE da Sede	800
Nova Olinda	NE da Sede	1000
Monte Belo	NW da Sede	1200
Mato Cana	NW da Sede	1400
Quimpo	NW da Sede	1600
Castelo	SW da Sede	1600
Francisco Mantero	NW da Sede	1800
Mendes da Silva	SW da Sede	2000
Anselmo Andrade	NW da Sede	2100
Ponta das Palmeiras	NW da Sede	2600
Olivares Marin	NW da Sede	2800
Bernardo Faro	NW da Sede	3000
Mestre António	NE da Sede	3600
Claudino Faro	NW da Sede	4100

Fonte: Esboço de Carta de Aptidão Agrícola, Junta Exportação de Café 1957

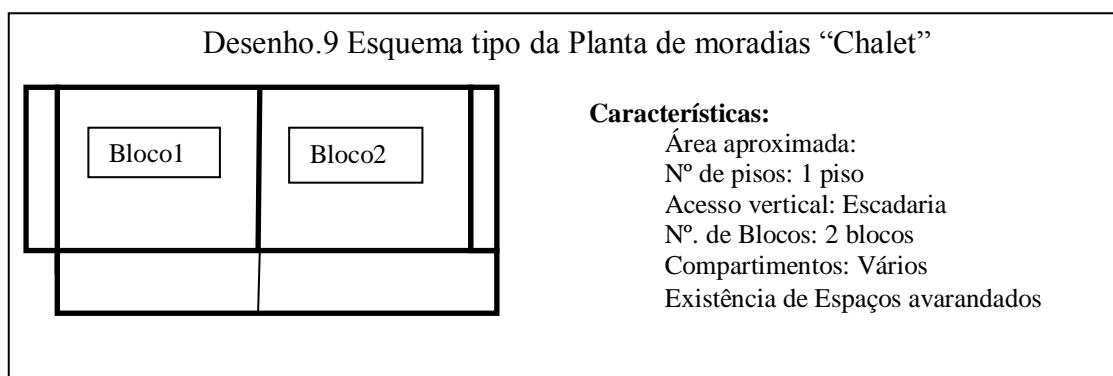
5.2 EQUIPAMENTOS DE HABITAÇÃO, SAÚDE E EDUCAÇÃO

Equipamentos de habitação

No mapa dos equipamentos de habitação, destacam-se as construções destinadas, ao patrão, ao pessoal dirigente, aos operário europeus e as senzalas para o alojamento do pessoal indígena. A construção destinada ao patrão denominada de “Casa Grande” compõem-se de dois pisos, o rés-do-chão e o piso superior a habitação. Ver as suas características no desenho.8.

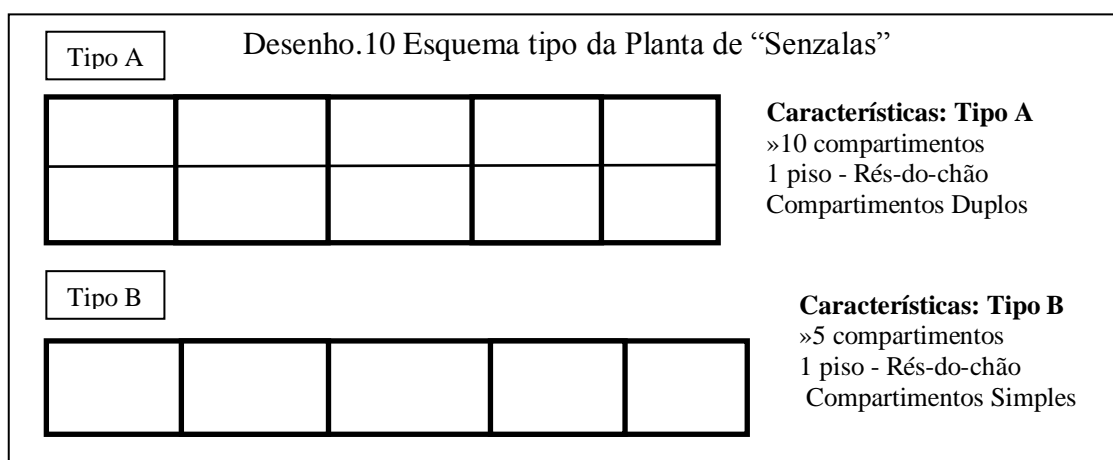


As construções destinadas ao pessoal dirigente, também compõem-se de dois pisos, sendo que o rés-do-chão destina-se aos escritórios de administração e o piso superior a habitação dos administradores e seu imediatos. Os operários europeus da roça eram alojados em moradias “Chalet” com boas condições de habitabilidade de forma a facilitar a adaptação ao clima da roça. Ver as características no Desenho.9. Estas moradias apresentavam geralmente um piso ou dois pisos, espaços avarandados e diversos compartimentos. Na Fig.9 do Mapa Fotográfico deste capítulo indica-se o pormenor de uma das moradias da roça.



Fonte: Elaboração Própria

No que toca as senzalas, estas desenvolvem-se longitudinalmente em forma de comboio e perpendicularmente as ruas. Cada casal de trabalhadores ocupava um compartimento de habitação com 4,0 m comprimento, 3,0 m de largura e com um pé direito variável entre 3,50 a 4,0 m. Ver as características no Desenho.10. As paredes são alvenaria de pedra e o revestimento da cobertura em telha tipo “Marselha” ou de folha canelada de ferro galvanizado. Na Fig.10 do Mapa Fotográfico mostra-se o estado “físico” das senzalas.



Fonte: Elaboração Própria

Cada senzala tinha capacidade para alojar 25 casais de trabalhadores indígenas e ocupava uma área de 300 m². Se as senzalas estivessem compostas de um só corpo e considerando que na época a roça disponha 2500 trabalhadores, estas ocupariam uma área de 30.000 m², sem ter em linha de conta o espaço destinado ao terreiro e as ruas que separam as senzalas. No anexo C apresenta-se numa escala maior a tipificação das plantas e os alçados das senzalas. Para resolver esta situação, as senzalas foram divididas em blocos e colocadas em série. Cada série é separada da outra por ruas em calçada de pedra natural tipo basalto, que também desempenhavam funções de vias comunicação interior. As construções pertencentes as séries apresentam na sua maioria duas janelas viradas para as ruas e um espaço comum entre elas, servidas portas de acesso aos compartimentos.

Após o período colonial, a falta de manutenção e a inexistência de uma política de reabilitação das infra-estruturas roceiras impulsionou a degradação excessiva das suas condições físicas destas habitações. No Mapa Fotográfico deste capítulo, a Fig.11 ilustra o estado de degradação das senzalas. Por outro lado, o processo de descolonização permitiu o aparecimento de outras tipologias de construções na roça, nomeadamente casas em madeira típicas dos *Forros*.

Equipamentos de Saúde e Educação

Como já foi referenciado no capítulo II, as grandes propriedades agrícolas coloniais disponham de hospitais agrícolas e alguns postos sanitários. A roça Água Izé apresentava um hospital de média capacidade, com os mais variados serviços, designadamente os serviços de enfermaria, farmácia, serviços de primeiros socorros, etc. Como consequência da desarticulação dos serviços de saúde no pós colonial, o edifício ficou sujeito ao estado de abandono e degradação. Mas, em contraste com o seu estado de degradação e deficiente conservação o edifício ressalta ainda uma grande beleza arquitectónica. Na Fig.12 do Mapa Fotográfico deste capítulo apresenta-se o pormenor da fachada principal do edifício. Efectivamente, no exterior observa-se que quase todas as paredes evidenciam degradações, falta de protecção dos vãos das janelas, desenvolvimento e formação de musgos. O revestimento da cobertura é praticamente inexistente, facilitando assim a entrada e acumulação água e dejectos nos compartimentos existentes. No Mapa Fotográfico, Fig.13 observa-se o estado de degradação interior do edifício.

Com a desarticulação desta unidade de saúde, a roça passou a dispor um posto de saúde integrado na rede de sistema de saúde das ilhas, com vocações para cuidados básicos de saúde. As situações que não se enquadram no conceito de cuidados básicos são encaminhadas para Delegacia de Saúde e Hospital Central na capital S. Tomé. A construção deste posto sanitário está enquadrada no âmbito do Projecto Saúde para Todos entre o Estado e os parceiros de cooperação. Na sua tipologia, o posto apresenta um único piso, com paramentos construídos em alvenaria de blocos e betão armado. Apresenta ainda um muro vedação a volta, com acessos através dos portões virados para via pública (estrada nacional EN3). Na Fig.14 do Mapa Fotográfico deste capítulo visualiza-se vista principal do posto de saúde da Água Izé.

O Equipamento escolar da sede é composto um conjunto edifícios de um único piso, que se desenvolvem em redor de um pátio central. As salas são de pequenas dimensões e apresentam a capacidade para aproximadamente 20 alunos. Conforme já foi descrito, a escola ministra aulas aos alunos do ensino primário (de primeira à quarta classe) e aos alunos ensino básico (quinta à sexta classe). Na Fig.15 do Mapa Fotográfico deste capítulo apresenta-se o pormenor da actual Escola Básica de Água Izé. As dependências Anselmo Andrade e Olivais Marim pelo facto de estarem a uma distancia relativamente grande da sede, possuem cada uma, uma escola primaria. Também as crianças que ainda não atingiram a idade escolar beneficiam de uma creche que funciona da sede de Água Izé. Para área de Profissionalização existe uma oficina de formação de carpinteiros/marceneiros.

5.3 OUTROS EQUIPAMENTOS EXISTENTES

Equipamento Administrativos e de Lazer

Na Sede de administração geral da roça, desenvolvia-se todos os serviços de gestão, contabilidade e administração das actividades e tarefas decorrentes em toda extensão da roça. Grande parte destes serviços funcionava no edifício localizado preferencialmente a entrada da roça. Esta localização facilitava de forma directa a realização dos mais variados serviços administrativos, beneficiando tanto aos utentes, assim com a própria direcção da roça.

Tipologicamente o edifício apresenta uma volumetria de dois pisos com desenvolvimento longitudinal e paralela a estrada nacional EN3.

Com a desarticulação destes serviços, o edifício entrou gradualmente em estado de abandono, e conseqüentemente a sua degradação assentou-se profundamente. Mesmo com evidente degradação, algumas famílias ocuparam ilegalmente alguns compartimentos, e utilizam-nas como habitação própria. A Fig.16 do Mapa Fotográfico deste capítulo ilustra o estado de degradação do antigo edifício da administração da roça.

Como equipamento de lazer, a roça dispõe de um campo de futebol aberto, sem bancadas e relvado, que é usado pela equipa local UDESCAI para prática de futebol. Contudo, a praia do plano situada na antiga baía da Praia do Rei apresenta excelentes condições para futebol praia e para realização do piquenique.

Equipamento Religioso

A roça dispõe de pequena capela para acolher a população local que professa a religião católica. Nesta capela está colocado o padroeiro local, venerado pelos católicos locais e que pelo menos uma vez por ano celebram o dia do padroeiro com uma missa e uma procissão que percorre as principais vias da roça, acompanhada de uma grande festa. Ao longo do ano, o serviço religioso funciona aos domingos de cada semana. Este equipamento religioso evidencia um regular estado de conservação, carecendo apenas de pequenas obras de manutenção. O pormenor do estado de conservação do equipamento religioso pode ser observada na Fig.17 do Mapa Fotográfico deste capítulo.

Equipamento de Apoio aos Carenciados

No âmbito Desenvolvimento de uma Rede de Protecção Social em São Tomé e Príncipe, a Santa Casa da Misericórdia de São Tomé e Príncipe levou a cabo no ano 2000 a construção Cozinha Social de Água Izé com responsabilidade de gestão e fornecimento diário de refeições ligeiras à 30 idosos carenciados da comunidade, aos quais são, igualmente, prestados cuidados ao nível habitacional, da saúde e sócio-recreativo. Genericamente o projecto de Cozinha Social assegura o fornecimento de duas refeições diárias (excepto aos domingos), bem como visitas domiciliárias aos idosos com vista a um melhor acompanhamento dos mesmos. Para colmatar as carências energéticas, a cozinha está equipada com um gerador. (Santa Casa da Misericórdia de São Tomé e Príncipe, 2006). Na Fig.18 do Mapa Fotográfico desta capítulo apresenta-se o pormenor do edifício da cozinha social.

Atendendo a carência de muitas famílias e as dificuldades financeiras que as mesmas enfrentam, relativamente á possibilidade de ter nas suas próprias casas uma televisão como meio de diversão e acesso a informação, a comunidade dispõe de televisão que exhibe nos fins finais de semana e durante alguma horas da tarde e noite filmes, jogos de futebol e novelas, dentro das programações da TVS e RTPÁfrica. A televisão é protegida por uma cabine em alvenaria de bloco de cimento e areia e por uma cancela metálica que permite o visionamento dos conteúdos programados mediante a sua abertura. A abertura da cancela é da responsabilidade de um morador local que é responsável pela preservação deste bem comunitário.

5.4 INFRA-ESTRUTURAS EXISTENTES

Infra-Estrutura de Comunicação

A origem e a construção das infra-estruturas de comunicação das roças remontam como já se referiu ao período da colonização portuguesa. Ver no anexo C o pormenor das infra-estruturas de comunicação no esboço da Carta de S. Tomé 1958, escala 1:25.000. Porém com independência das ilhas as infra-estruturas foram destruídas, e quase nada foi feito em termos de construções de novas vias comunicação na generalidade das roças. Analisando a estrutura da roça Água Izé, ela compreende uma rede rodoviária e uma rede ferroviária. A rede rodoviária desenvolve-se em vários quilómetros de extensão, sendo constituída por dois tipos de vias, nomeadamente as vias em calçada de pedra natural, tipo “basalto” e as vias em terra batida com camadas de brita tipo-1 e terra batida como camada de terra natural. Como subsidiárias a estas vias existem dezenas de quilómetros de caminhos. Actualmente estado de conservação geral das vias rodoviárias é bastante deficiente, sendo que muitas evidenciam falta manutenção e ostentam uma excessiva degradação. As condições de circulação são péssimas, sobretudo no período as chuvas. Nas Fig.19 e Fig.20 do Mapa Fotográfico deste capítulo apresentam-se o pormenor do estado de conservação das vias.

Dada necessidade de percorrer grandes distancias com frequentes desgastes de altitudes a atingir, passagem entre montes e vales e obstáculos de vegetação, implicou no período colonial a adopção do Plano Geral de Comunicações interiores de Agua Izé que deu origem à construção de uma ferroviária destinada a estabelecer comunicação directa entre os principais distritos centro de produção da roça e a sede da administração geral, que se desenvolveu numa extensão linear de mais 60 km com partes comuns a alguns distritos. A construção da rede ferro viária obedeceu as prescrições: largura da faixa de rolagem 4 m; largura da via 0,6 m; raio mínimo das curvas 25 m; declive máximo em alinhamentos rectos 25mm, elevação extraordinariamente de 30 mm em pequenas extensões. Devido a falta de uma política de conservação e manutenção, a rede encontra-se completamente desarticulada, e em avançado estado de degradação e inoperante. Mais 90% dos perfis de aço que formavam a rede foram roubados e utilizados na construção de edifícios particulares e como postes para electrificação. No Mapa Fotográfico, Fig.21 e Fig.22 demonstram o pormenor da antiga rede ferroviária da roça.

A rede ferro viária de água izé e as estradas subsidiárias que simultaneamente, se estendiam e ramificavam por toda extensa propriedade, estavam ligadas por obras de arte (pontes) que venciam vales e linhas de água. A ponte caís do Porto da Praia Rei estava ligada a sede de Administração Geral do distrito por uma linha férrea que facilitava o desembarque e embarque dos produtos de exportação e importação. Toda a rede ferroviária funcionava com vagões de carga e pequenas locomotivas de passageiro. Sobre a ponte do rio Abade passava uma linha férrea que ligava a sede da roça com os distritos de Santo António e Quimpo. Para alcançar o distrito de Ponta das Palmeiras foi lançada a montante do rio Abade uma outra ponte para facilitar a comunicação entre com a dependência de Claudino Faro.

De acordo com o projecto de execução as pontes eram executadas com solidez, quase todas pontes mistas de alvenaria e madeira, com tramos a variarem entre 6, 9 e 12 metros. Dentre as mais importantes destacam-se a da Água Funda o Monte Belo com a Praia Rei e Mato Cana, a ponte da Água João que dividi o Monte Belo, o Castelo e Cantagalo e a ponte de Castelo de Ouro entre o Castelo e Alto Douro. Para facilitar a comunicação com dependência Mendes da Silva, uma segunda ponte com 3,60 m é lançada a montante da primeira ponte sobre Água Funda.

Infra-estruturas Produtivas

São as mais numerosas e importantes instalações desta roça que se destinavam a preparação dos produtos de exportação. Estas instalações estavam anexadas a um vasto terreno com pavimento empedrado e cimentado a fim de nele se proceder a secagem ao sol dos produtos. Como forma de proteger os produtos das chuvas durante a secagem, estes géneros eram expostos ao sol em tabuleiros móveis que giravam sobre carris e com simples impulso são postos a cobertos. Estas instalações destinavam a preparação de cacau e café como na maioria das roças, e no caso particular de Água Izé ocupavam uma área de 20.000 m². (Conde Sousa e Faro, 1908). Para colmatar a falta de sol no período das chuvas para a secagem dos produtos, a roça disponha de instalações mecânicas. Como complemento destas instalações constava-se os armazéns, espaços para ensaque de produtos de exportação, vastas oficinas providas de máquinas e aparelhos para trabalhos de reparação e manutenção de construções existentes.

A instalação para a preparação de café destinado à exportação apresentava 60 m de comprimento de frente e 10 m de largura. (Conde Sousa e Faro, 1908). Esta estava equipada com uma máquina descascadora, duas ventiladoras de café descascado, um separadora de café por classes e um elevador do produto já ensacado. Para a preparação do cacau, água izé disponha de uma edificação com 960 m², contemplando uma estufa dividida em dois compartimentos, galerias subterrâneas para a passagem de ar quente e uma casa de 3 caldeira. (Conde Sousa e Faro, 1908). Esta instalação estava complementada por amplos corredores destinados a facilitar as operações de carga e descarga da estufa por meio de carros que giravam sobre *rails*, assentes dentro e fora da edificação, com plataformas giratórias que tornam possível o movimento em dois sentidos. Todas as máquinas e mecanismos instalados nestas instalações eram alimentados a lenha que mata de Água Izé fornecia em abundâncias. Na Fig.23 do Mapa Fotográfico deste capítulo apresenta-se o pormenor do estado de conservação de alguns armazéns roceiros.

A análise das infra-estruturas produtivas não se centra apenas nas estruturas acima descritas, mas num sentido mais lato engloba outros serviços complementares, com destaque para as oficinas de mecânicas e serralharia, a oficina de marcenaria, a serração,, etc. Para a preparação da madeira proveniente da mata local, a Água Izé disponha de uma serração composta de serras circulares e alternativas, alimentadas por uma caldeira horizontal.

Globalmente estas infra-estruturas, encontram-se também em estado de degradação e algumas em estado de abandono. A Fig.24 do Mapa Fotográfico deste capítulo evidencia o estado de conservação da antiga oficina de serralharia.

Infra-estruturas Portuárias

A necessidade de transporte de produtos agrícolas de um ponto da roça para a capital da ilha por via marítima com barcos movido á vela e rebocadores a vapor, facilitou durante os anos do período colonial a construção de uma ponte cais, equipada com um guindaste. Estruturalmente foram aplicadas em madeira de azeitona e alvenaria no encontro, que após 16 anos foram substituídos por estacarias helicoidais em ferro fundido. Na Fig.25 do Mapa Fotográfico deste capítulo observa-se o pormenor da antiga ponte. A ponte apresentava uma extensão de 60 metros de comprimentos e 4,0 metros de largura. A plataforma extrema apresentava 86 m² e servida por guindaste com capacidade para 4 Ton., satisfazendo todos os movimentos de carga e descarga. (Conde Sousa e Faro, 1908). Como consequência do ambiente marítimo agressivo, aliado a falta de conservação e manutenção, a ponte cais colapsou-se, sendo ainda visível vestígios da sua ruína.

Infra-estruturas de Electricidade e Telecomunicações

A situação energética da Água Izé é caótica como o resto do país, pois não existe um sistema eficaz de produção e distribuição de energia eléctrica. A população tem acesso a energia eléctrica produzida pela EMAE através da rede pública. A energia eléctrica local sofre oscilações constantes e o seu fornecimento é inconstante, obedecendo a períodos alternados como dois dias de semana com a luz eléctrica e os restantes dias sem ela. Para contornar a situação da falta de fornecimento de electricidade alguns moradores recorrem aos geradores eléctricos particulares. A rede de telecomunicação local é gerida pela Companhia Santomense de Telecomunicações (CST) que garante os serviços de rede fixa e rede móvel.

Infra-estruturas de Água e Saneamento

A rede de águas que abastece a roça provem de duas fontes diferentes, da rede pública da EMAE e da antiga pertence a empresa. A população local vive sérias dificuldades em matéria de saneamento básico, assim como a falta de água potável. Normalmente, os residentes têm de percorrer alguma distância para acarretar água, sobretudo para beber, pois a grande maioria abastece-se de chafarizes públicos ou de cursos de água. No âmbito de Programa Saúde para Todos, no campo prevenção das doenças, população de Água Izé, tem sido contemplada com a colocação de chafariz público e com a construção de latrinas (Jornal Digital Tropical, 06-Abril-07). A Fig.26 do Mapa Fotográfico deste capítulo apresenta o pormenor o chafariz local.

A recolha e tratamento do lixo está ao critério de cada um, pois não existe um mecanismo comum definido para o efeito, mesmo ao nível da capital do Distrito. O sistema de drenagem de águas residuais e pluviais é praticamente inexistente, sendo alguns moradores têm casas de banho ligada com fossas sépticas individuais e latrinas. Contudo, o número de latrinas ainda é insuficiente, face à ausência quase total de casas de banho, quer individuais, quer colectivas. Assim, o mato e as praias vêem-se convertidos em depósitos naturais dos principais resíduos sólidos, incluindo os excrementos humanos. Para o combate ao paludismo as casas locais têm sido beneficiadas com pulverização de acordo com o Processo Pulverização das Habitações, no quadro do Programa de Combate ao Paludismo financiado pela China Taiwan (Jornal Digital Vitrine, 30-Janeiro-09).

6. CONDICIONANTES E ASPECTOS DEGRADANTES DA ÁGUA IZÉ

Água Izé com um espaço de vivência comum entre o homem e a natureza, comporta na sua essência um conjunto de dificuldades e problemas, que apesar de terem sido já referidos genericamente, alguns pela sua complexidade merecem ser destacados como condicionantes, que podem representar obstáculos na implementação de um projecto de desenvolvimento: Assim, de modo global, determinou-se dois grupos de condicionantes; os de ordem física e os de ordem social económica.

As condicionantes de ordem física comportam sobre tudo as parcela fundiárias e as infra-estruturas. Como já foi referenciado, o Projecto de Divisão das Terras aos Pequenos Agricultores, coordenado pelo Ministério de Agricultura e Pesca de S. Tomé e Príncipe, permitiu que vastas áreas de cultivo, assim como os edificadros existentes fossem distribuídos e entregues as diversas entidades, nomeadamente trabalhadores locais, dirigentes políticos e outros, que por falta de condições financeiras, abandonaram-nos e deixaram-nos em decadência gradual. Consciente das suas fragilidades financeiras, da degradação das terras e dos edificadros, estes agentes estão a espreita da existência de qualquer projecto de intervenção e ou recuperação destes bens para reivindicarem o titulo de posse e reclamarem valores avultados em dinheiro.

As vias de circulação, como já foi demonstrado e ilustrado, carecem de grandes intervenções. A degradação excessiva e a inexistência de vários troços da linha férrea implica a formulação um estudo e a execução de projecto de construção de novas linhas, de acordo com a finalidade a que se pretende. Por outro lado as estradas ou pistas rurais e as pontes necessitam intervenções profundas, que podem implicar novos estudos e novos projectos de execução. De igual modo, a recuperação da ponte cais, só é possível, com a construção de uma nova ponte. As dificuldades assentes nos factores físicos, como o relevo, o clima e as características tropicais da roça, não devem ser desprezadas, certamente a evolução tecnológica e científica do mundo moderno, permite-nos acautelar, analisar, estudar e encontrar formas de contornar as barreiras naturais e torna-las numa mais valia ao serviço do homem.

As condicionantes ordem social e económica, englobam problemas de carácter social que afectam a população em geral. A deficiência no fornecimento energia eléctrica na roça é um problema que dificulta o processo de desenvolvimento. O saneamento do meio e o fornecimento de água potável às populações apresentam constrangimentos graves, a rede de drenagem domesticas e pluvial é praticamente inexistente. A deficiente qualidade das habitações apresenta-se como um problema de grande dimensão, uma vez que tem implicações negativas na vida das populações. A implantação de qualquer projecto de desenvolvimento suscita um estudo integral de resolução destas deficiências, ou criação modelos alternativos.

CAPÍTULO V

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO URBANÍSTICA – A ROÇA “ÁGUA IZÉ”

ESTUDO DE CASO

Com base na análise da situação exposta no capítulo anterior, a presente Proposta de Intervenção Urbanística vai ser regida por um conjunto de objectivos, medidas e acções, devidamente fundamentados com o quadro teórico deste trabalho, com realce o ponto prévio, ordenamento da zona edificada e a envolvente, o núcleo habitacional, os equipamentos, infra-estruturas e espaço envolvente.

1. PONTO PRÉVIO

S. Tomé e Príncipe ao abrigo das orientações gerais das Nações Unidas ascendeu a soberania, e com base na sua Constituição definiu um conjunto de orientações e metas tendentes ao desenvolvimento económico equilibrado e socialmente justo. No seu artigo 1º, a constituição sustenta que a *“República Democrática de São Tomé e Príncipe é um Estado soberano e independente, empenhado na construção de uma sociedade livre, justa e solidária, na defesa dos Direitos do Homem e na solidariedade activa entre todos os homens e todos os povos”*. Neste artigo, fica consolidado a responsabilidade do Estado na construção de uma sociedade são-tomense livre, isenta de corrupção, estigma social e marginalização. Consequentemente, o número 1 do Artigo 9º impõe que a *“organização económica de São Tomé e Príncipe assenta no princípio de economia mista, tendo em vista a independência nacional, o desenvolvimento e a justiça social”*. Nesse processo de organização económica, a alínea c) do Artigo 10º da constituição confirma que *“são objectivos primordiais do Estado promover e garantir a democratização e o progresso das estruturas económicas, sociais e culturais”*. De forma consensual, a democratização da estrutura económica de uma sociedade deve passar pelo desenvolvimento de políticas que fomentem a criação de emprego. Nesse pressuposto, o número 3 do Artigo 42º, atesta que *“Incumbe ao Estado assegurar a igualdade de oportunidades na escolha da profissão ou género de trabalho e condições para que não seja vedado ou limitado, em função do sexo, o acesso a quaisquer cargos, trabalhos ou categorias profissionais”*.

Contudo, essa preocupação do Estado carece doutros instrumentos de regulação, e como tal, o número 2 do Artigo 51º, indica que *“Incumbe, especialmente, ao Estado Promover a independência social e económica dos agregados familiares”*.

O processo de construção de um estado soberano coloca desafios vitais às estruturas das nossas sociedades, sustentada por uma organização territorial, onde além de questões de natureza económica, destacam-se as questões de natureza social que se fundamentam na necessidade do bem-estar das populações. De forma reconhecida, o direito a uma habitação condigna é mensuravelmente uma variável indicativa do bem-estar social. Factualmente, o número 2 do Artigo 49º, da constituição de S. Tomé e Príncipe realça que *“Incumbe ao Estado programar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento do território”*. Por conseguinte, o bem-estar social deve ser sustentado por uma política séria de direito à saúde pública. No seguimento desta inquietação, o número 2 do Artigo 50º, da constituição são-tomense evidencia que *“Incumbe ao Estado promover a Saúde Pública, que tem por objectivo o bem-estar físico e mental das populações e a sua equilibrada inserção no meio sócio-ecológico em que vivem, de acordo com o Sistema Nacional de Saúde”*. De forma categórica, há que reconhecer que, no enquadramento destas questões, efectivamente ressalta as questões culturais, pois um Estado soberano que pretende atingir um desenvolvimento holístico terá que conhecer e compreender a sua cultura. Nessa abordagem, o número 2 do Artigo 56º da constituição das ilhas, o sintetiza que o *“Estado preserva, defende e valoriza o património cultural do Povo São-Tomense”*. Realmente, fica claro a necessidade de compreender o passado para melhor planear e projectar o futuro.

Apesar da constituição são-tomense e dos programas políticos partidários consagrarem as preocupações acima descritas, constata-se que há um desfasamento claro entres estas e as necessidades reais das populações, pois as elas vivem numa situação de extrema pobreza, onde tudo está por fazer. Tal desfasamento pode ser explicado pelo facto, de até este momento, não terem sido produzidos nenhuns documentos de referência e de enquadramento destas questões consagradas na Constituição, como fundamentais e constituintes de uma nova ordem económica. Na verdade, não foi possível encontrar nada que pudesse constituir uma tentativa de elaborar, debater e planear propostas sobre a dinamização económica e social do território São-tomense.

Ao longo destes 35 anos, nem os diferentes governos, nem as diversas forças político-partidárias se preocuparam em iniciar uma reflexão, que pudesse traduzir-se em algo, que pudesse inspirar agora quem desejasse debruçar-se, estudar e aprofundar novas propostas sobre ordenamento do território e desenvolvimento económico e social das populações. Será certamente por esta razão que tem estado ausente da sociedade são-tomense todo este universo de problemas e questões, não tendo havido até agora um clima para que estas questões fossem devidamente debatidas ao nível da televisão, da rádio e outros sectores importantes da sociedade.

Constituindo objectivo central deste trabalho estudar as roças como factores de desenvolvimento e modernização de S. Tomé e Príncipe, a inexistência de documentos estruturantes e enquadramentos nestes domínios acabaram por limitar e dificultar a tarefa que se pretendia com este trabalho. Com efeito, os dados existentes neste trabalho e facilmente constatados na realidade comprovam que passados 35 anos da independência a população vive ainda um passado colonial, e que no pós-colonial dada a instabilidade política, quase nada foi produzido e o resultado foi a destruição total das infra-estruturas fundamentais do desenvolvimento, deixando o país numa situação de encruzilhada. As roças que no passado foram o barómetro da economia nacional, hoje encontram-se todas abandonadas e reduzidas à pequenos povoados com edifícios e infra-estruturas degradados e as populações cada vez mais empobrecidas e estigmatizadas. A roça Água Izé, considerada como uma das mais emblemáticas do país, vive neste contexto um cenário de tristeza e desolação. Água Izé é o marco da produção de cacau na ilha de S. Tomé, e especialmente a estrutura do seu povoado central obedece a um modelo de organização radial em que o ponto central é a “Casa Grande” que determinou a organização de uma estrutura proto-urbana ao longo do século XX. Apesar dos constrangimentos anteriormente referidos e demonstrados no capítulo IV, esta estrutura colonial ainda subsiste e é sobre ela que me vou debruçar.

É neste contexto de vazio de enquadramentos que se vai procurar avançar, com os inconvenientes e limitações daí resultantes, com uma proposta de intervenção urbanística na roça em causa, sustentada pelos fundamentos da nova concepção do território evidenciados no quadro teórico.

Trata-se porém, de uma proposta de intervenção urbanística (não definitiva) de índole essencialmente teórico, com objectivos de carácter substantivo, nomeadamente a melhoria da qualidade de vida das populações, a promoção da coesão social, a dinamização económica e outros de carácter operacional, como o apoio as decisões estratégicas através da realização de estudos e criação de condições necessárias para a aplicação dos projectos estratégicos. Para a sua elaboração foram considerados elementos invariantes, que contribuirão de uma forma decisiva para corrigir as carências sociais, físicas e económicas profundas espaço roceiro. Tendo também como principal objectivo tornar a roça num espaço atractivo para viver e trabalhar, importa, sobretudo, promover a qualidade de vida, com base, quer nos recursos próprios e nas vocações específicas endógenas, quer no aproveitamento dos impactes positivos gerados pela reabilitação e construção dos edifícios, na dinamização do turismo e uma aposta na educação e formação. Por outro lado, há que reforçar a identidade do espaço roceiro com grandes tradições históricas que, por força da acção centrípeta dos centros urbanos, tem vindo a sofrer processos contínuos de descaracterização. O reforço da identidade da Água Izé passa por uma requalificação da ruralidade, em geral, e pela preservação dos seus valores patrimoniais paisagísticos, naturais e edificados. Assim, esta proposta apresenta os seguintes objectivos gerais:

- Promover o ordenamento da zona edificada e a envolvente de forma contínua e flexível, visando prever e prevenir impactes, corrigir assimetrias, conferir qualidade e funcionalidade ao sistema rural, dando prioridade à requalificação das áreas degradadas e salvaguardar os valores culturais e naturais;
- Qualificar o tecido rural existente e previsto, conjugando a intervenção física com a dinamização económica e a integração funcional e social, partindo das potencialidades existentes, identificando e invertendo as debilidades relacionadas com a mobilidade ou acessibilidade, e criando novas e diversificadas frentes de trabalho;
- Manter e reforçar a capacidade do espaço para a vida e as actividades humanas com qualidade, através da preservação dos principais sistemas naturais e a valorização das áreas edificadas e da qualidade de vida da população;

- Desenvolvimento de uma política de habitação qualificada, em particular pela definição de adequados padrões de localização residencial, e pela qualificação das respectivas envolventes;
- Requalificar e construir da rede viária local, tendo em vista a cobertura total da roça e melhoria da qualidade das infra-estruturas, promovendo o incremento das acessibilidades e mobilidade local entre aglomerados e as principais áreas de trabalho;
- Qualificação do sistema de saneamento local, promovendo melhorias no sistema de abastecimento e drenagem de águas, bem como a recolha e tratamento de resíduos domésticos;
- Promover a melhoria das condições de bem-estar e de integração social e cultural das pessoas, qualificando os recursos humanos, aumentando os níveis de escolarização da população, melhorando os cuidados de saúde e os níveis de acessibilidade ao emprego e lazer.

As operações desta intervenção urbanística incidem fundamentalmente sobre o ordenamento do espaço concentrado e a orla marítima, no núcleo populacional, nos equipamentos, nas infra-estruturas e o espaço envolvente, numa perspectiva de proporcionar modo consensual a qualidade de vida e um bem estar às populações. Ver o esquema de intenção da área de intervenção e os esquemas de intenção como resultado da intervenção, abaixo indicados. Do ponto de vista técnico, todas as intervenções constantes nesta proposta deverão ser executadas com base nas normas e regulamentos vigentes em Portugal no âmbito de intervenção urbanística, tendo em conta os laços históricos e culturais existentes entre S. Tomé e Príncipe e Portugal. Não se pretende com esta intervenção urbanística desvalorizar a importância do sector da agricultura, considerado como o mais importante na vida da população local, e outros como a pesca, uma vez que efectivamente, de forma integrada e equilibrada a intervenção terá implicações no impulsionamento das mais variadas actividades que visam valorizar sustentavelmente o território. O cenário desta proposta aponta para um horizonte temporal de cinco anos, em que se poderá assistir um crescimento da população, que passará de 3.408 para um valor estimado de 6.000 habitantes, distribuída de forma desigual por todo o espaço roceiro. Contudo, o impacto das actividades petrolíferas, turísticas e dinamização da agricultura poderão alterar esta projecção do crescimento populacional.

2. ORDENAMENTO DO ESPAÇO CONCENTRADO E ORLA MARÍTIMA

Dado o estado de desorganização do espaço concentrado e a orla marítima da Água Izé, as intervenções visam por um lado, organizar e ordenar a ocupação do espaço concentrado e proteger a orla marítima, e por outro lado, sustentam as operações de requalificação do núcleo populacional, de criação de equipamentos, de melhoria das infra-estruturas e espaço envolvente. Deste modo, com base nas orientações definidas no quadro teórico, estas operações deverão ser sustentadas por plano de ordenamento e desenvolvimento integral do espaço roceiro, com implicações na reestruturação ou reconversão dos espaços, na gestão racional dos recursos naturais e patrimoniais. Este plano de ordenamento da roça, terá como elemento de referência a Lei Bases da Política de Ordenamento Territorial e Urbanismo de Portugal, permitindo assim, salvaguardar as zonas edificadas, as zonas agrícolas, as zonas florestais e zonas litorais. Permitirá também, orientar a execução de um Plano de Pormenor local, como uma oportunidade para a criação de um espaço de grande qualidade urbanística e valorização arquitectónica e ambiental, integrando equipamentos e serviços complementares previstos. De uma forma geral, a aplicação deste instrumento de intervenção e de ordenamento territorial contribuirá para estabelecer regras de gestão que permitem equilibrar a ocupação do espaço roceiro, gerir dos efeitos decorrentes da distribuição das terras aos vários proprietários e gerir a estruturação das edificações e dinâmica imobiliária.

3. NÚCLEO POPULACIONAL

De acordo com as descrições ilustradas no capítulo IV e no respectivo Mapa Fotográfico, o aglomerado roceiro encontra-se num estado de pobreza, com as habitações fisicamente degradadas e com deficientes condições habitabilidade e salubridade. A combinação destas patologias contribuíram para agravar ainda mais o baixo nível socioeconómico dos residentes, criando mesmo, situações de insolência económica e de exclusão social. Para reverter esta terrível situação de extrema pobreza com que se depara a população local, defende-se nesta proposta uma intervenção de fundo ao nível das habitações do núcleo populacional, assente nas políticas de reabilitação das habitações pré-existente e a construção de novas habitações.

Efectivamente a habitação, para além de ter uma preponderância na qualidade de vida das pessoas, apresenta-se como um factor indispensável para coesão familiar e integração social. Nesta perspectiva, é consensual melhorar a situação habitacional na Água Izé, recorrendo a reabilitação, na medida em que esta induzirá melhorias nas condições de habitabilidade e bem-estar de pessoas, tornando-as mais participativas nos projectos de desenvolvimento comunitário, favorece o desenvolvimento socioeconómico, e consolida caminhos para preservação e valorização da identidade cultural dos residentes. Assim, no quadro da requalificação, reconversão e construção das áreas habitacionais, equaciona-se as seguintes medidas:

- Dotar a roça de melhores condições de habitabilidade, num quadro de desenvolvimento harmonioso do meio roceiro, construindo um modelo referencial, com destaque para a previsão de equipamentos sociais e melhoria da imagem local, compatibilizando e integrando componentes como: meio ambiente, qualidade da habitação e integração social;
- Implementação de um plano para reabilitação e requalificação das áreas edificadas e instalações complementares;
- Identificação de áreas que, pela sua natureza biofísica, poderão ser edificadas para a construção de novas edificações, com funções de habitação, recreio e outras;
- Integração das novas áreas edificadas nos núcleos antigos, evitando fenómenos de segregação e salvaguardando a imagem da ruralidade local;
- Fomentar a construção de novas habitações para resolver o problema da sobrelotação e corrigir as deficientes condições de habitabilidade das antigas habitações.

Pela positiva, define-se no âmbito da reabilitação contextualizada na nova concepção territorial focado no quadro teórico, as intervenções nas habitações do tipo “senzalas” e nas habitações do tipo “Chalet”, tanto na Sede da roça Água Izé, como nas respectivas Dependências. Efectivamente, numa perspectiva sustentável do território a reabilitação visa a conservação da paisagem proto-urba, procurando em especial preservar a unidade arquitectónica, cultural e histórica da roça.

Pretende-se ainda com esta reabilitação, induzir o aumento da vida útil dos edifícios existentes, contribuindo de forma contundente para a redução do impacte ambiental da construção. A opção pela reabilitação das edificações existentes, em vez da sua demolição e reconstrução, reduz consideravelmente o consumo de materiais novos e a produção de resíduos no processo de desenvolvimento sustentável do território.

A reabilitação das senzalas configura-se como um processo que visa a eliminação das anomalias patológicas existentes e sua adaptação as exigências e funcionalidades dos nossos tempos. Nesse processo de reabilitação em que se combina o tradicional com o moderno as senzalas serão intervencionadas de forma a facilitar o aumento da área da habitação, com a criação de novos compartimentos, melhoria das condições de segurança, de higiene e de conforto. Consequentemente a reabilitação permitirá aumentar a volumetria das habitações para dois pisos e as suas áreas serão incrementadas, passando de 12,0 m²/famílias para uma área superior a 80,0 m²/famílias. O dimensionamento de novos compartimentos e espaços deverá ter em conta os hábitos culturais e costumes das populações residentes. Desta forma, com base nos critérios de dimensionamento do RGEU (Regulamento Geral das Edificações Urbanas - Portugal) serão agrupados quatro compartimentos com 12,0 m² cada e parte da cozinha existente, dando lugar a uma habitação com um fogo unifamiliar de tipologia “T2” por pisos, com um quarto casal, um quarto duplo, uma sala de estar, uma cozinha, uma instalação sanitária, zona de circulação e um compartimento para arrumos. No quadro da reabilitação a nova habitação será beneficiada com uma rede domiciliária de abastecimento de águas, uma rede de electricidade e telefone e uma rede drenagem de águas residuais domésticas.

As habitações do tipo “Chalet”, apesar de terem sido construídas obedecendo algumas regras de conforto, funcionalidade e comodidade do período colonial, actualmente os seus compartimentos carecem de melhorias. Por outro lado, como consequência de várias patologias físicas, estas também se apresentam em estado de degradação e com um baixo nível de condições de habitabilidade, que devem ser melhoradas em prol do bem estar e qualidade de vidas os utentes.

Tanto para as habitações com volumetria de um piso, como para as de dois pisos, as intervenções deverão dar origem a fogos unifamiliares com tipologias entre “T2”, “T3” e “T4” por pisos, com novos sistemas de abastecimento e drenagem, rede de electricidade e telefone. Terminadas as intervenções de reabilitação, seguir-se-á o processo de ocupação ou reocupação das habitações. Com uma nova tipologia do tipo “T2”, as novas “senzalas” podem ser ocupadas ou reocupadas por uma família com máximo de 3/4 pessoas. Ao nível do rés-do-chão podem albergar pessoas com mobilidade reduzida, dado que as suas características são permissíveis a mobilidade. Os “Chalet” com topologias entre “T2” à “T4” acolherão famílias com número de 3 à 8 pessoas. Tal como as “senzalas”, os pisos térreos destas também podem albergar pessoas com mobilidade reduzida.

Para resolver o problema da fraca capacidade das habitações para albergar condignamente as famílias numerosas e dotá-las de melhores condições de habitabilidade, será identificada uma área que, pela sua natureza poderá ser edificada para a construção de novas habitações. De forma consentânea, esta área de implantação deverá ter uma orografia plana, com boas acessibilidades e facilmente integrada no núcleo pré-existente, evitando fenómenos de segregação e salvaguardando a imagem da ruralidade local. A filosofia da construção a ser erguida deverá convergir para promover intervenções sobre o ambiente, adaptando-o para suas necessidades de uso, produção e consumo humano, sem esgotar os recursos naturais. Assim, o novo núcleo habitacional a ser erguido contemplará novas habitações com volumetria de 2 pisos e com uma média de quatro fogos por pisos. Os edifícios serão construídos em blocos, sendo possível construir seis blocos com um índice de oito fogos por blocos. De acordo com o RGEU, os fogos terão uma tipologia variável entre “T3” e “T4” e servidas com rede de abastecimento e drenagem de águas, rede de electricidade e de telecomunicações. Os edifícios de habitação com tipologias de “T3” terão uma área bruta aproximada de 110,0 m² e as de “T4” uma área de 120 m². Todos os pisos inferiores com desníveis em relação ao nível do terreno deverão contemplar rampas de acesso para pessoas com mobilidade reduzida ou condicionada.

O aglomerado populacional assim consolidado, será baixa intensidade. As fachadas dos edifícios novo núcleo deverão ter altura máxima de 8,0 m e um número máximo de 2 pisos. As fachadas dos edifícios pré-existentes no núcleo pré-existente também passarão a ter uma altura máxima de 8,0 e um máximo de 2 pisos. (Regime Urbanístico e da Edificação 2ª Serie , Nº14 de 21 Janeiro 2008). Todas as intervenções de reabilitação e construção de habitações deverão ser sustentados por estudos e projectos de especialidades, devidamente elaborados pelos respectivos especialistas.

4. EQUIPAMENTOS

O nível de desenvolvimento socioeconómico de qualquer população mede-se, não só pelo nível de rendimento, condições de habitabilidade, etc., mas também pelas possibilidades de acesso a uma determinada gama de equipamentos, cabendo ao Estado (Poder Central e/ou Local) garantir que todos os indivíduos tenham acesso aos mesmos. Os equipamentos possuem uma componente determinante ao nível do tecido social, no sentido em que promovem a qualidade de vida da população, assegurarem a optimização do acesso à educação, à saúde, à segurança social, ao desporto, à cultura e ao lazer, sendo, também, fundamentais no apoio prestado à actividade económica. Para além da componente social, são normalmente elementos polarizadores do espaço envolvente, funcionando como referências nos percursos e na paisagem urbana.

A caracterização da Água Izé confirmou a insuficiência, a desadequação e mesmo quase inexistência de equipamentos, o que é um factor adicional de fragilidade das categorias sociais mais desfavorecidas. Verifica-se ainda um grande desnível entre as necessidades reais das populações e o perfil das respostas e oportunidades dadas pelo Estado. Neste contexto urge necessidade de criar equipamentos colectivos que integrem múltiplas valências e serviços, com a função de garantir um melhor acompanhamento técnico e o apoio social aos grupos mais vulneráveis da população (jovens, mulheres, crianças e idosos). Estes equipamentos de carácter inovador serão igualmente espaços de suporte para as acções a desenvolver pelas autoridades locais e factor de criação de novas oportunidades. No cenário de criação desses equipamentos propõem-se de forma sustentada as seguintes medidas:

- Reabilitação das instalações complementares existentes e transformação de algumas delas em salas de aulas e espaços comerciais. Reabilitação e

recuperação das oficinas locais, incluindo a serração, oficinas serralharia, marcenaria e carpintaria;

- A reabilitação do edifício hospitalar irá permitir a criação de uma grande unidade hoteleira rural, considerada como fundamental para a promoção das actividades turísticas;
- Construção de instalações complementares ao bom funcionamento e desenvolvimento do hotel rural, nomeadamente; restaurantes e bares, uma marina junto a baía da Praia Rei, uma ponte de acesso à praia do Plano e outras instalações consideradas indispensáveis a vitalidade das actividades turísticas e não só;
- Implementação de projectos de construção para ampliação e melhorias do Posto de Saúde local, e construção de novos equipamentos.

Deste modo, e recorrendo a importância dos instrumentos do quadro teórico, as acções a desenvolver centram-se na requalificação de edifícios degradados e seu reaproveitamento para os novos equipamentos, na reabilitação de equipamentos pré-existentes e na construção de novos equipamentos. Numa distribuição equilibrada e integrada nos núcleos populacionais em função da dinâmica económica e social da roça, consolida-se mediante determinadas intervenções os seguintes equipamentos:

4.1. EQUIPAMENTO DE SAÚDE

Posto de Saúde

No quadro da rede sanitária do país, o Posto Saúde de Água Izé, foi construída a pouco mais de cinco anos no âmbito do Projecto Saúde para Todos. Os Postos de saúde constituem o primeiro nível de contacto da população com os serviços de saúde, cujo objectivo é o diagnóstico e a resolução de situações de doença que não necessitem de cuidados especializados, e visam a prestação de serviços preventivos, curativos, de reabilitação e promoção de saúde. Trata-se, porém de uma instalação com uma dimensão reduzida, essencialmente vocacionada para a prestação de cuidados básicos de saúde e primeiros socorros à população local.

Face aos índices de desenvolvimento e bem estar que pretende para a população local, inevitavelmente os serviços de saúde devem estar a altura das necessidades destas populações. Nesse sentido, propõe-se o aumento da capacidade de exigência funcional do posto sanitário com recurso a obras de ampliação e remodelação, dotando-o de novos espaços devidamente equipados. Seguindo as indicações da Norma de caracterização de Equipamentos de Saúde da DGOTDU, este equipamento será programado e dimensionado para servir uma população de 6000 habitantes, com uma área aproximada de construção de 1100 m². Deverá ter valências de cuidados médicos de base, saúde materna e planeamento familiar, saúde infantil, escolar, dentária, higiene do meio ambiente e profilaxia de doenças evitáveis. Visando a prestação destes cuidados de saúde, justifica-se a criação de boas acessibilidade e proximidades com outros equipamentos dentro da área de influência do Posto de Saúde.

Um dos objectivos da política de saúde deverá ser a melhoria das condições de acessibilidade de cidadãos à todo tipo de cuidados, visando, entre outros, a melhor cobertura farmacêutica da população. Nesta perspectiva, a implantação de farmácias, segundo a Norma de caracterização de Equipamentos de Saúde da DGOTDU, está condicionada a uma capacidade de pelo menos 4000 habitantes/farmácia e a uma área de irradiação de 250 metros (Legislação Portuguesa, Portaria 936-A/99, de 22 de Outubro). Em relação a capitação farmácia/habitantes, Água Izé encontra-se distante dos critérios mínimos, pois a região não existe nenhuma farmácia. Para colmatar esta lacuna, propõe-se a instalação de uma farmácia com a condição de definir melhor a cobertura farmacêutica da roça, de acordo com a Norma acima citada.

4.2. EQUIPAMENTO ESCOLAR

Escola Básica e Pré-Escolar

De acordo com estabelecido pelo Ministério da Educação, Cultura, Juventude e Desportos de S. Tomé e Príncipe a análise e dimensionamento da rede de equipamento escolar deve ser equacionada no âmbito da Carta Educativa de S. Tomé e Príncipe, atendendo as necessidades reais e absolutas das regiões do país.

No quadro do cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio visando a redução da Pobreza no horizonte 2015, a “*Carta Educativa tem como objectivo prever as respostas adequadas às necessidades da reorganização da rede educativa, quer as que resultam das variações da política educativa, quer das oscilações da procura educativa, tendo sempre como imperativo a rentabilização do parque escolar existente*”. (Ministério de Educação de S. Tomé e Príncipe, 2008).

No quadro da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 2/2003), no circuito do ensino Pré-escolar e ensino Básico da rede escolar das Ilhas, Água Izé apresenta unidades de creches para as crianças de 0 aos 3 anos de idade e unidade de escolas básicas para alunos de 6 aos 14 anos de idade. De acordo com os levantamentos e diagnósticos da Carta Educativa de S. Tomé e Príncipe estas unidades apresentam-se em deficiente estado de conservação, com espaços insuficientes e degradados. Num quadro consentâneo de intervenção o Ministério de Educação definiu no horizonte até 2015 envidar esforços, junto dos diversos parceiros nacionais e internacionais visando a reabilitação destas unidades e construção de novas salas de aulas para satisfazer as necessidades do crescimento da população escolar. Neste contexto, consolida-se nesta proposta a concepção de reabilitação das unidades escolares existentes e a criação de uma nova unidade escolar que integre o sistema ensino Pré-escolar e Ensino Básico. Esta unidade deverá localizar-se na Água Izé Sede, com três salas para pré-escolar de 0-6 anos, três salas ensino básico de 6-10 anos e duas salas para os de 10-14 anos. Em consonância com a Norma caracterização de Equipamentos de Educação da DGOTDU, para uma população de 6000 habitantes, adoptou-se como critério mínimo de dimensionamento para salas de aulas de Pré-Escolar uma população escolar de 75 alunos. Para o Ensino Básico adoptou-se uma população escolar mínima de 200 alunos. De igual forma o espaço para prática desportiva deverá ter uma área bruta mínima de 200m². Este equipamento deverá contemplar ainda instalações sanitárias, cozinha e espaços diversos. Com este equipamento pretende-se integrar as crianças em idade escolar, desde muito cedo num processo de orientação pedagógica, introduzindo dinâmicas educativas adequadas ao meio, ao contexto familiar, aos cuidados alimentares e higieno-sanitários, à fruição de novos espaços físicos e actividades de recreio. A consolidação deste equipamento deve ser objecto de projectos de especialidades, devidamente elaborados pelos respectivos especialistas.

Centro de Artes-Ofícios e Formação Profissional

Pretende-se fomentar e promover a dinâmica de artes e ofícios local, através da interligação entre actividades e agentes da área socioeconómica. Assim, reabilitar-se os edifícios das antigas oficinas de serralharia e fundição e outros, visando a recuperação e desenvolvimento de artes e ofícios em benefícios de grupo populacional alvo. A oficina de carpintaria local que tem desenvolvido actividades de formação profissional sob coordenação do Centro de Formação Profissional de S. Tomé e Príncipe também deverá ser alvo de acções de reabilitação e modernização. Com base na Norma caracterização de Equipamentos de Educação da DGOTDU as salas de formação deverão ter capacidade mínima para 15 alunos, considerando uma área mínima de 10,0 m²/aluno. O investimento de reabilitação destas instalações, para além de garantir a melhoria das condições físicas e logísticas, permitirá a criação e funcionamento de um Centro de Artes e Ofícios, visando complementarmente dotar a Água Izé de um espaço de desenvolvimento de acções de qualificação de recursos humanos, indispensáveis à sociedade local e regional. Este conjunto integrado de acções ao nível de intervenção física, da formação profissional e da valorização de recursos humanos, permitirá criar condições básicas para a avaliação das potencialidades do modelo social participado que envolva para além dos poderes locais outros agentes privados ou entidades de interesse público. Todas as intervenções para a consolidação deste equipamento deverão ser objecto de projectos de especialidades, devidamente elaborados pelos respectivos especialistas.

4.3. EQUIPAMENTOS CULTUARIAS, RECREATIVOS E SEGURANÇA SOCIAL

Centro de Dinamização Social, Cultural e Recreativa

Água Izé apresenta carências de equipamentos colectivos com funções sociais, culturais, recreativas. No entanto relembra-se que localmente, existe uma cozinha social, uma cabine de transmissão de emissões televisivas e um campo de futebol. Todos estes equipamentos carecem de melhorias bastante significativas. Assim, no panorama de valorização das acções de carácter social, cultural e recreativas define-se a construção de um equipamento colectivo único orientado para animação destas acções ao nível local, permitindo uma melhoria significativa da qualidade de vida das populações residentes, na medida em que terão acesso as actividades lúdico-culturais de relevante perfil.

Sendo um equipamento de serviço para o benefício da família e comunidade, a área útil média deverá ser 7,5 m²/pessoas e área bruta de construção de 10,0 m²/pessoas (Norma de caracterização de Equipamento Social, DGOTDU).

Este equipamento integrará diversas actividades de formação de carácter cultural como música, o cinema de animação, multimédia e jogos educativos, serviços de apoio aos carenciados, desenvolvimento de actividades de carácter escolar e outras. Tratando-se de uma instalação multifuncional e crucial para o desenvolvimento local, as suas acções estarão viradas para crianças, jovens, adultos e idosos, comportando vários espaços como: uma sala de cinema, uma sala de música e multimédia, uma sala de leitura, uma sala de convívio, uma cozinha, uma sala de refeição e uma bar, instalações sanitárias e instalações de apoio. No campo das actividades desportivas, a requalificação do campo de futebol local apresenta aspectos inovadores na medida em favorece a promoção da prática de exercícios físicos, contribui para integração de jovens locais e fortalece a coesão social da comunidade. As intervenções visando a consolidação deste equipamento deverão ser objecto de projectos de especialidades, devidamente elaborados pelos respectivos especialistas.

Mercado Comunitário

No contexto de dificuldades em que se encontra S. Tomé e Príncipe e particularmente a Água Izé, é extremamente difícil criar novas oportunidades de emprego, em particular quando estamos perante categorias sociais que não possuem nenhuma qualificação profissional e nem a escolaridade mínima exigida. Nesta conjuntura, a reabilitação de um antigo armazém na entrada da roça e sua transformação num pequeno mercado local é indispensável à mobilização de pessoas e à dinamização da economia local. Este mercado será implantado na Sede de Água Izé e deverá ser dimensionado em função do número de pessoas. A criação do mercado da Água Izé será uma via de valorização de algumas dezenas de moradores locais que dedicam a venda ambulante, permitindo as populações o acesso à produtos em boas condições de higiene num espaço aprazível. A implementação de alguns quiosques constituirá uma oportunidade de integração sócio profissional para população carenciada, privilegiando, também formas tradicionais de convivialidade local. Este equipamento funcionará simultaneamente como um factor de criação de emprego local, de melhoria da qualidade de vida e de convite à sociabilidade.

Todas as operações que visam a materialização deste equipamento deverão ser objecto de projectos de especialidades, devidamente elaborados pelos respectivos especialistas.

Lavandaria Comunitária

Desprovida de diversos recursos indispensáveis à vida, a população local busca com sua sabedorias formas e meios de luta pela sobrevivência, percorrendo distancias, subindo e descendo vales na procura de ribeiras para lavar as suas roupas, loiças, etc. Deste modo, a população fica completamente exposta a contracção de mazelas e enfermidades prejudiciais a sua saúde. Diante dessa situação, a construção de uma lavandaria comunitária apresenta-se como uma instalação alternativa, segura e de valor acrescido para desenvolver tarefas domesticas, relacionadas com a lavagem de roupas e outros pertences, colocando a disposição das populações um espaço coberto com uma algumas dezenas de tanques e água canalizada distribuídos pelas áreas do aglomerado reabilitado e do novo aglomerado. Serão assim construídos um espaço/Dependências e dois espaço na Sede (um no aglomerado pré-existente e 1 aglomerado novo). A lavandaria será dimensionada de acordo com o número de utilizadores previstos, de acordo com os projectos de especialidades devidamente elaborados pelos respectivos especialistas.

Espaço de Fé e Culto

Tendo em conta o estado de conservação da capela de Água Izé, a operação a desenvolver será de carácter físico, sustentada por obras de remodelação e ampliação. Dado o índice da população católica local, pretende-se com esta intervenção aumentar a área de reunião dos fieis, criar as instalações sanitárias, dotar a capela de infra-estruturas e qualificar o espaço o seu envolvente. Com estas acções fica assim criada condições necessárias e ideais para acolhimento dos fieis. As acções de intervenção acima referenciadas deverão ser sustentadas por estudos e projectos de especialidades.

4.4. EQUIPAMENTOS ADMINISTRATIVOS E TURÍSTICOS

Posto de Segurança e Informação Pública

O sector da administração pública está organizado em função da divisão administrativa do país, pelo que ao nível do organismo de Estado a Água Izé pertence administrativamente à Câmara do distrito de Cantaglo. Ao nível da segurança pública existe no distrito uma esquadra policial localizada a menos de três quilómetros da roça. Contudo, sente-se localmente um vazio enorme, no que concerne a representatividade da autoridade estatal, quer em matéria de esclarecimento de informações, e quer em matéria de aconselhamentos e segurança. Nessa conjuntura, é objectivo essencial desta proposta criar um Posto de Segurança e Informação Pública que estimule as condições de cooperação entre os residentes, promova a colaboração com a Autarquia, as Forças de Segurança, Bombeiros, Posto Sanitário, diversas Entidade Não Governamentais, etc. Para uma população de 6000 habitantes este equipamento terá uma área 80 m² (Normas de Equipamentos de Segurança Publica, DGOTDU). Pretende-se desta forma, reduzir e prevenir a marginalidade, em suma, melhorar a assistência às populações. As acções de intervenção referenciadas deverão ser suportadas por estudos e projectos de especialidades.

Equipamento Turístico

Água Izé dispõe de recursos naturais, patrimoniais e humanos que são factores de potencialidades do desenvolvimento auto-sustentado. Mas infelizmente o desemprego assume-se como um problema estrutural e persistente, que se tem vindo a incrementar ao longo dos tempos, agudizando a pobreza e a exclusão social das pessoas. Desta forma, o quadro social e económico destas pessoas, ou mesmo famílias foi-se degradando continuamente, produzindo situações marginalidade, aumento da criminalidade e estigma social. A operacionalização de uma resposta eficaz para fazer face a esses problemas, com finalidade de contribuir para o reequilíbrio socioeconómico e ecológico, e para promoção de uma maior coesão social e territorial desta região roceira, passa pela revitalização e animação da economia local no domínio da valorização da actividade turística. Nesse caso, esta actividade deverá ser sustentada por um conjunto de intervenções que visam reabilitar os antigos edifícios hospitalares para criação de uma unidade hoteleira rural, cobrindo os devidos seguimentos do turismo rural.

Construir também, outras instalações complementares ao bom funcionamento e desenvolvimento do turismo rural, nomeadamente: restaurantes e bares, uma marina junto a baía da Praia Rei e outras instalações consideradas indispensáveis à vitalidade do seguimento do turístico rural. Tratando-se de um empreendimento de turismo, o seu dimensionamento deverá obedecer a Portaria n.º 937/2008, de 20 de Agosto (Decreto-Lei n.º 39/2008 do Diário da República Portuguesa), que estabelece os requisitos mínimos a observar pelos estabelecimentos de turismo de habitação e de turismo no espaço rural, a Portaria n.º 465/2008, (Decreto-Lei n.º 39/2008 de 7 de Março do Diário da República Portuguesa) e outras Normas de caracterização de Equipamentos Turísticos. Todas as operações que visam a consolidação deste hotel devem ser sustentadas por estudos e projectos de especialidades devidamente elaborados.

5. INFRA-ESTRUTURAS

Uma parte significativa dos principais problemas de insalubridade da roça encontra-se no deficiente sistema de saneamento local e na inexistência de infra-estruturas. No entendimento dos instrumentos teóricos, para o cenário de intervenções de reabilitação e ou de construção dos sistema de saneamento local, equaciona-se as seguintes medidas:

- Melhoria das condições de saneamento, com destaque para reconstrução da rede de água canalizada e potável, drenagem de águas pluviais e domesticas;
- Implementação de um sistema e um programa de recolhe de resíduos sólidos locais.

O sistema de drenagem de águas residuais domesticas e pluviais existente permitir a contaminação das linhas de águas e praias com lixos e dejectos de pessoas e animais. Devido ao estado de degradação dos canais e valetas de encaminhamento, as águas provenientes das lavagens domesticas e das chuvas intensas alagam as ruas e zonas habitacionais. Por vezes estas acumulam-se em determinados pontos, formando charcos que fomentam a proliferação dos mosquitos causadores da malária. Na verdade, o sistema de saneamento existente encontra-se bastante degradado e não satisfaz as necessidades das populações. Deste facto, fica implícito a necessidade de redimensionamento e reconstrução de todo o sistema de saneamento, de modo a resolver situações mais graves neste domínio.

A nova rede esgotos domésticos deverá cobrir toda a zona edificada da roça, bem como a zona envolvente. Devido inexistência uma ETAR no distrito de Cantagalo e as dificuldades inerentes a construção desta instalação nas proximidades da roça, toda a rede esgotos domésticos estará ligada a uma ou mais fossas sépticas. A nova rede de águas pluviais será direccionada para ribeiras e linhas de águas ou mesmo para o mar. Como já se afirmou, a roça não dispõe de um sistema de recolha e tratamento de lixos. O lixo produzido pelos residentes é deitado nas proximidades das habitações, nas bermas das estradas, nas linhas de águas e junto as praias. No domínio das competências legais da Câmara Distrital de Cantagalo deverá ser criado e implementado um sistema de recolha de resíduos sólidos, com recursos à colocação contentores de lixos em locais acessíveis.

A rede de abastecimento de águas local apresenta-se degradada e com constrangimentos graves, basta lembrar que grande parte dos residentes não têm água canalizada nas suas habitações ou mesmo nos quintais, são obrigados a utilizar a água do rio e dos chafarizes. Realça-se ainda que a água consumida pelos residentes não é de boa qualidade. Sendo consensual, que a população deve ser beneficiada com água boa qualidade para consumo, propõe-se o redimensionamento e a construção de um sistema eficiente de captação e de distribuição de águas, que possa levar este líquido precioso ao interior das habitações e dos quintais.

O fornecimento de electricidade às populações surge como um grande desafio, uma vez que ilhas apresentam um handicap em matéria produção de electricidade. No panorama das intervenções de reconversão e ou construção do sistema ITED local, equaciona-se a melhoria da capacidade de fornecimento de energia, e do sistema de telecomunicações. Grande percentagem de electricidade produzida tem origem nas centrais térmicas e nos geradores eléctricos, o que representa um consumo excessivo de combustível para sua produção. Trata-se realmente de um situação de extrema gravidade, que infelizmente afecta todo o país, e que a roça Água Izé não é excepção. Uma vez que, a semelha de toda a ilha, a roça é rica em recursos hídricos, é de carácter inovador a construção de mini-barragens hidroeléctricas local integrada na rede eléctrica nacional, com finalidade de corrigir as deficiências de fornecimento deste bem, em benefício dos auguaizenses. A rede eléctrica a ser dimensionada deverá convergir numa rede para alimentação dos edificadados e de iluminação pública (ruas, instalações, etc.).

Ao contrario da rede eléctrica, a rede de telecomunicações e de informática apresentam-se com boa eficiência. Contudo as dificuldades económicas e financeiras com que se deparam os residentes da roça, impossibilitam que as habitações possam ser servidas com esta rede. Porém, alguns os residentes quando têm necessidade de utilizar este serviço recorrem a solidariedade de alguns vizinhos com recursos financeiros e económicos diferentes dos seus. Assim quadro da criação do Posto de Informação Pública previsto nesta proposta, torna-se indispensável a criação de espaço com cabines públicas de telefone, com intuito de servir tanto os residentes, como os visitantes.

Na estrutura organizacional da Água Izé destacam-se ruas com “estradas” e “caminhos” no interior dos núcleos populacionais e fora dos núcleos estradas que ligam os diferentes povoados, carecendo de melhorias significativas. No quadro das intervenções desta proposta, globalmente definiu-se medidas que visam restabelecer a conectividade da rede viária ao nível local, assegurando uma melhor qualidade das ligações viárias em todo o espaço da Água Izé. Assim, para a melhoria da acessibilidade e mobilidade interna da roça, equaciona-se:

- Reabilitação e ou construção dos acessos interiores nas zonas edificadas, por forma a facilitar o movimento pedonal e de viaturas;
- Reabilitação e ou construção de ligações entre as várias comunidades da roça, garantido um incremento significativo da acessibilidade e mobilidade de pessoas e bens;
- Reabilitação e construção de obras de artes (pontes e viadutos) para a melhoria de ligações entres as vários comunidades;
- Definir uma política de ordenamento, construção e ocupação de estacionamento locais à superfície nos arruamentos, nas áreas edificadas, adequando a oferta à procura, privilegiando residentes, clientes, utentes e empregados.

No interior dos núcleos as estradas em calçada tipo “basalto”, demonstram desgaste, falta de pavimentação, deficiência na drenagem de águas pluviais e inexistência de uma faixa para peões. Estas estradas podem ser denominadas de vias mistas, pois tem funções rodoviárias e pedonais.

As intervenções nesta infra-estrutura visam a recuperação da pavimentação existente, reabilitação das valetas, criação de faixas de passeio para peões e berma, preservando a sua estrutura o perfil transversal que é aproximadamente de 9,0 m incluindo as faixas de rodagem e a pavimentação em “basalto”. Ao nível dos caminhos existentes a reabilitação assume-se como uma oportunidade para a execução da pavimentação em basalto, criação de passeios e bermas, e criação do sistema de drenagem de águas pluviais. Os caminhos entre as habitações com funções mistas rodoviárias e pedonais deverão conservar o seu perfil transversal, mas em situações excepcionais este pode ser alterado. Para os que suportam apenas o tráfego pedonal, de acordo com as necessidades deverão também manter o seu perfil transversal.

Com a construção do novo núcleo, impele a necessidade de construção de novos arruamentos e sistemas de drenagem de águas pluviais com ligação e integração no aglomerado pré-existente. Dada a elevada pluviosidade local, e a existência de grande quantidade basalto nas ilhas, a execução da pavimentação deve ser processada em “basalto” local. A rede viária no interior do núcleo construído, de acordo com a Norma de Dimensionamento Infra-estruturas (arruamentos) deverá ter um perfil aproximado de 9,0 m, faixa de rodagem de 6,0 m e passeios com 1,30 m. Os estacionamento previstos serão dimensionados de acordo com as tipologia dos fogos: habitação “T2” e “T3” um lugar, “T4” dois lugares. (Portaria n.º 216 -B/2008, de 3 de Março, publicada no Diário da República Portuguesa, 1.ª série, n.º 44, suplemento, de 3 de Março de 2008). Fora do núcleo, as estradas que ligam os diferentes povoados e zonas agrícolas em terra batida devem ser objecto de intervenções que permitem a colocação do asfalto, criação de passeios para peões e execução de um sistema de drenagem de águas pluviais. Em termos de características dimensionais, estas deverão compreender um perfil transversal entre 8,50 m e 10,0 m, bermas e passeios entre (1,0 m e 1,20 m). (Portaria n.º 216 -B/2008, de 3 de Março). A entrada dos núcleo populacionais e dos povoados toda a pavimentação deverá ser executada em calçada tipo “basalto” introduzindo, assim nos condutores a noção de entrada na áreas edificadas. O Troço da ENº3 entre Cidade de Santana e Ribeira Afonso devera ser reabilitado, bem como as pontes sobre rio Abade e rio Água João. Atendendo as características do relevo local, deverão também ser executadas obras de reabilitação das pontes em deficiente estado de conservação e construção de outras necessárias ao bom funcionamento do tráfego rodoviário e pedonal.

Para complementar a melhoria da qualidade dos acessos, equaciona-se ainda as seguintes medidas de hierarquização da rede viária em articulação com a ocupação do território:

- Desenvolver um plano de estruturação e hierarquização da rede viária local, como modo de estabelecer sistemas de prioridades;
- A hierarquização permitirá adequar as características geométricas das vias às funções que estas irão desempenhar e segregar os diferentes tipos de tráfego de atravessamento, e possibilitar a construção de novos troços para suprir lacunas e desarticulações detectadas;
- Definir um plano geral de circulação pedonal, como modo de aumentar a qualidade e segurança da circulação dos peões;
- Maximizar a capacidade da rede viária existente, através de medidas de melhoramento dos perfis das vias, introdução de zonas de aproximação a cruzamentos, alteração da geometria e funcionamento das intersecções, etc.;
- Ordenar a circulação de modo a minimizar os seus impactes negativos sobre áreas edificadas e áreas de cultivo consolidado;
- Criar uma rede de caminhos pedonais ligando os principais pontos e vias locais;
- Transformar se necessário as vias rodoviárias locais em vias pedonais e separar os circuitos pedonais das principais vias de tráfego motorizado;
- Potenciar a segurança dos peões no atravessamento da rede viária.

Hierarquicamente fica estruturada dois tipos de vias: Dentro dos núcleos as vias locais que apenas comportar tráfego local e pedonal, e fora dos núcleos e dos povoados as vias distribuidoras locais que garantem a ligação com zonas de produção agrícola com as vias locais e a viária principal. O melhoramento destas infra-estruturas na roça, permitirá um incremento das acessibilidades e da mobilidade das pessoas. Fica também assegurado o transporte de produtos agrícolas e outros bens das zonas de produção para cidade.

6. ESPAÇO ENVOLVENTE

Tal como as habitações e as infra-estruturas da Água Izé, o espaço envolvente do núcleo populacional também apresenta várias deficiências, nomeadamente ao nível da degradação física da paisagem com origem na deficiente conservação de espaços verdes, amontoar de lixos nos arredores das áreas edificadas. Igualmente na faixa litoral e nas linhas de água observa-se o amontoar de lixos e dejectos. Consta-se ainda a inexistência de espaços de recreio ao ar livre e equipamentos móveis. Desta forma promove-se a requalificação paisagística e ambiental do espaço envolvente, com a requalificação da estrutura verde da faixa litoral junto a baía da Praia Rei e arredores, conferindo-lhes mais conforto e agradabilidade paisagístico. A área envolvente do hotel rural será transformada num espaços de excelência com identidade própria, onde os núcleos edificados próximos apresentam-se como unidade complementares. No âmbito das competências das autoridades nacionais, deve-se promover a execução e implementação de regras tendentes à:

- Preservação o património natural e paisagístico e requalificação dos núcleos tradicionais, enquanto factores importantes de afirmação da identidade da roça, definindo uma política de contenção da construção em determinadas áreas;
- Estabelecimento de regras gerais de ocupação dos solos em zonas protegidas e a definição de um programa local de plantação de árvores envolvendo toda a comunidade. As regras de minimização dos impactes da acção do homem nestas zonas passam pelo estabelecimento de regulamentos que acautelem as actividades humanas, tendo em conta o desenvolvimento socioeconómico e a salvaguarda dos valores patrimoniais;
- Protecção e requalificação das zonas verdes, definindo regras praticas para o abate indiscriminado das árvores e controlo de caça de animais e aves. As áreas litorais e de interior, que pelas suas características evidenciam existência de inertes devem ser protegidas de actividades de extracção excessiva.

No quadro da requalificação e valorização das ribeiras e faixa litoral, deseja-se manter a capacidade de suporte dos sistemas naturais adequado à presença e às actividades humanas nas áreas litorais e ribeirinhas, com as seguintes medidas:

- Conter a expansão da ocupação edificada nas proximidades dos rios e linhas de água;
- Salvar os valores e a continuidade das margens, contendo a sua artificialização;
- Elaboração de um Plano de Ordenamento de toda a faixa ribeirinha e litoral, estabelecendo uma estratégia global para toda a margem e integrando os programas já elaborados ou em elaboração;
- Considerar a zona litoral da baía da Praia Rei e a Boca de Inferno como um elemento estratégico fundamental para a qualificação da paisagem e vida local.

Dentro dos núcleos propõe-se a criação de espaços verdes servidos de equipamentos móveis, que funcionem como locais de prática de sociabilidades por excelência. Todo o equipamento implantado na via pública deverá estar alinhado, preferencialmente junto ao bordo exterior do passeio, a uma distância mínima deste de 0,50 m, permitindo a existência, no passeio de um espaço canal com cerca de 1,20 m. As áreas destinadas aos espaços verdes e equipamentos deverão obedecer os seguintes critérios de dimensionamento (Portaria n.º 216 - B/2008, de 3 de Março, publicada no Diário da República Portuguesa):

Espaços verdes de utilização colectiva para habitações unifamiliares 28,0 m²/fogos;

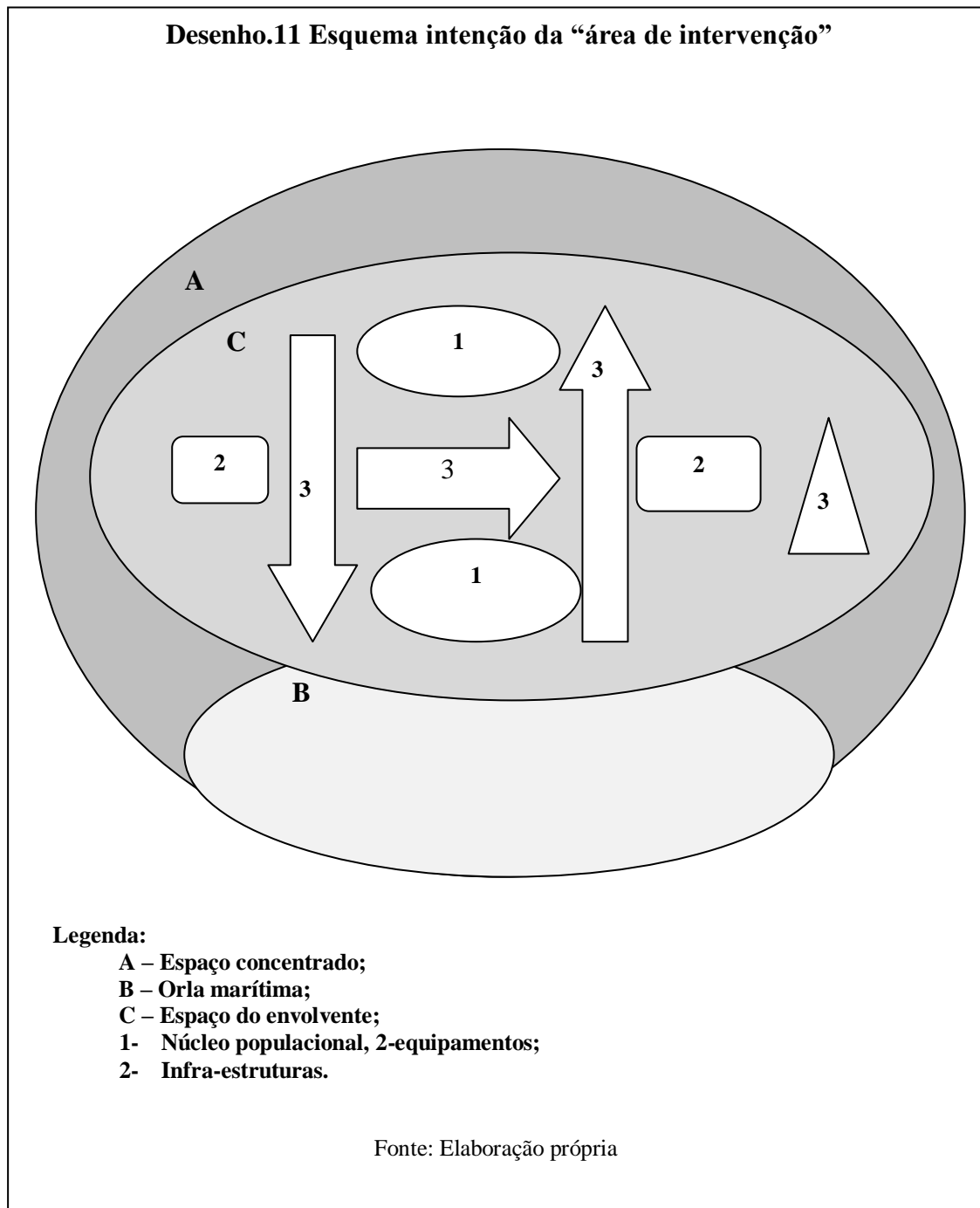
Espaços verdes de utilização colectiva para hotel rural 28,0 m²/100m²;

Equipamentos de utilização colectiva para habitações unifamiliares 35,0 m²/fogos;

Equipamentos de utilização colectiva para hotel rural 25,0 m²/100 m²;

Com o cumprimento destes e outros parâmetros a requalificação do património natural e paisagístico, assume-se como factores importantes de afirmação da identidade local e de equilíbrio e valorização ambiental do ecossistema local, tendo em conta o desenvolvimento socioeconómico local. Contudo, a concretização destas acções deverá ser objecto de desenvolvimento de estudos e projectos de especialidades.

ESQUEMA DE INTENÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO



ESQUEMA DE INTENÇÃO, RESULTANTE DA INTERVENÇÃO

Como resultado das acções no âmbito da presente Proposta de Intervenção Urbanística, apresenta-se alguns esquemas de intenção das habitações, equipamentos e infra-estruturas:

1. Esquema das novas habitações, como resultado de reabilitação das “senzalas”

Número de pisos – 2 pisos;

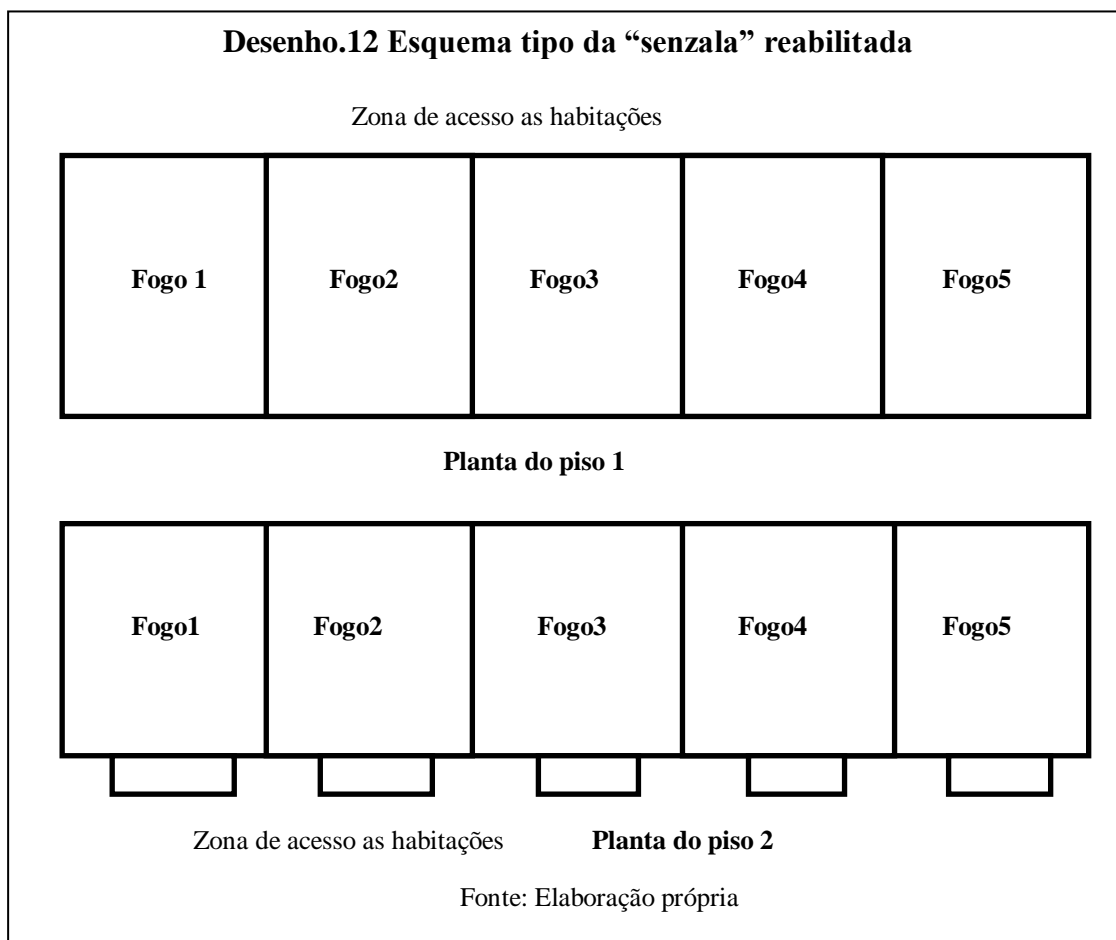
Fogo unifamiliar com tipologia “T2”;

Área bruta de fogos/piso – 80,0 m²;

Numero máximo de fogos/pisos – 5 fogos;

Altura máxima das fachadas – 8,0 m;

Cada fogo apresenta: um quarto casal, um quarto duplo, uma sala de estar, uma cozinha, uma instalação sanitária, zona de circulação e arrumos.



2. Esquema de novas habitações, resultado da construção de edifícios de habitação

Número de blocos de edifícios – 6 blocos;

Número de pisos/blocos – 2 pisos;

Número máximo de fogos/pisos – 4 fogos

Fogos familiares com tipologia “T3” e “T4”

Área bruta dos fogos “T3”- 110 m² e “T4”120 m²

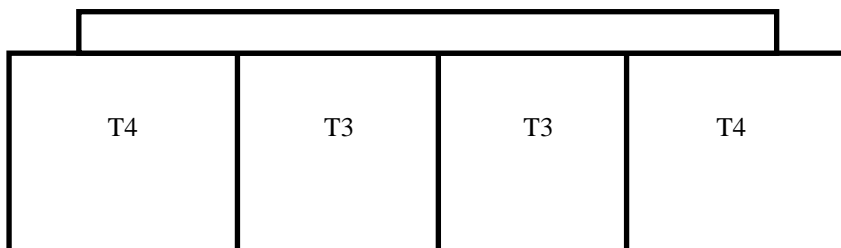
Altura máxima das fachadas – 8,0 m;

Cada fogo “T3” apresenta: um quarto casal, dois quartos duplos, uma sala de estar, uma cozinha, duas instalações sanitárias, zona de circulação e arrumos;

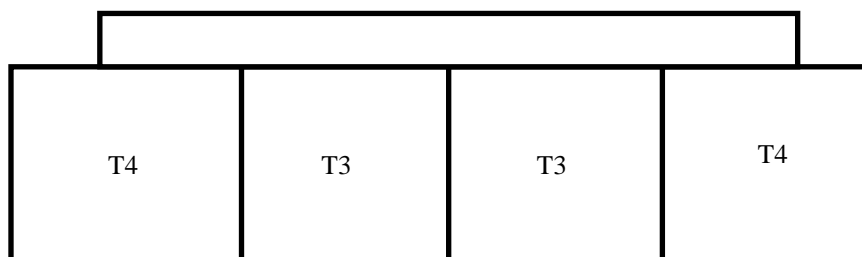
Cada fogo “T4” apresenta: um quarto casal, dois quartos duplos, um quarto simples, uma sala de estar, uma cozinha, duas instalações sanitárias, zona de circulação e arrumos.

Desenho.13 Esquema tipo dos blocos de “edifícios de habitação”

Zona de acesso as habitações



Planta do piso 1

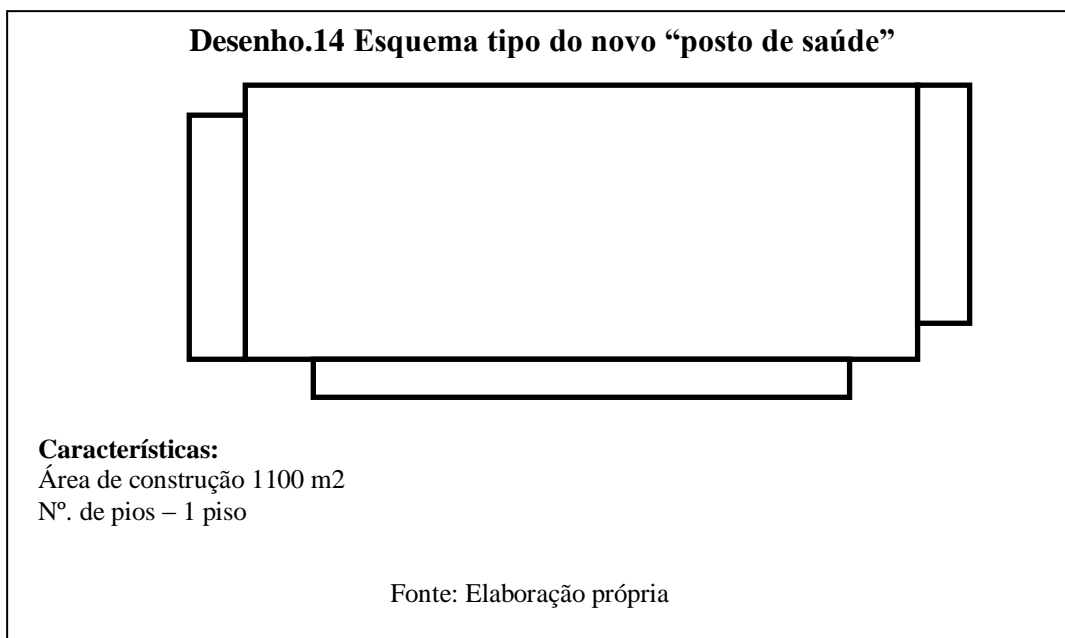


Zona de acesso as habitações

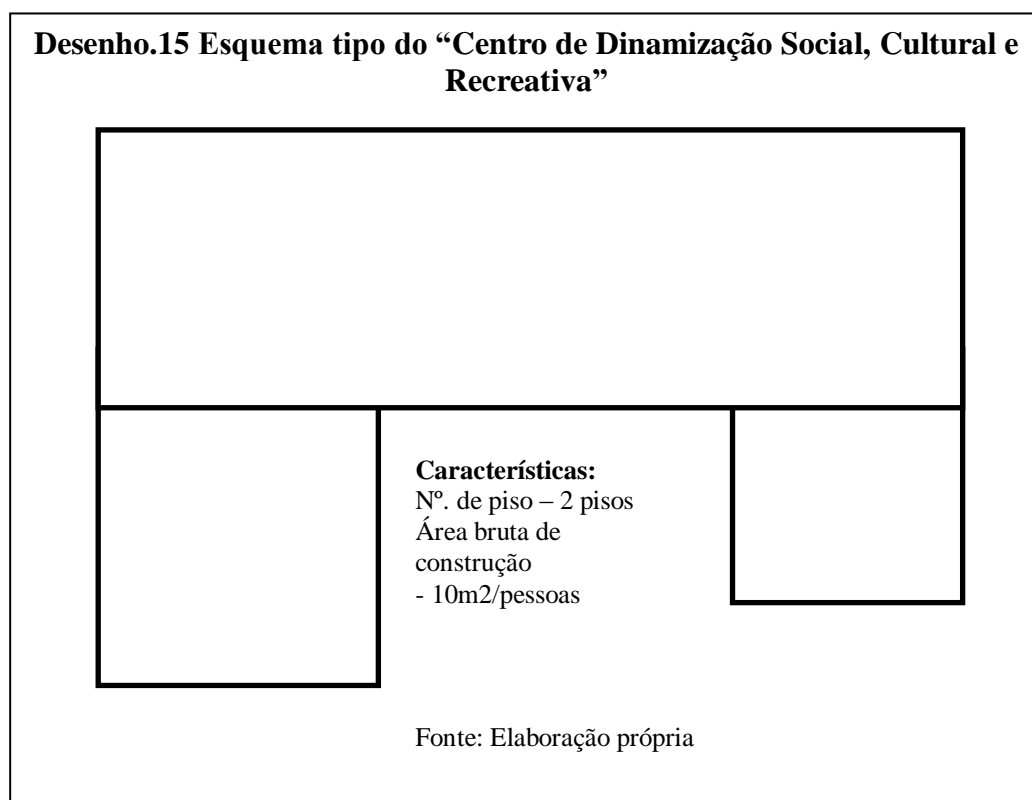
Planta do piso 2

Fonte: Elaboração própria

3. Esquema do novo posto de saúde



4. Esquema do Centro de Dinamização Social, Cultural e Recreativa



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objectivo central estudar e suscitar o problema da necessidade da reabilitação das roças, as quais, como vimos ao longo desta pesquisa, enfrentam graves problemas de declínio económico, desemprego e deterioração da qualidade de vida, revelando já a existências de fenómenos de exclusão social e insegurança. A nossa questão de partida era saber em que medida as roças poderão vir a constituir, se houver vontade política, um potencial recurso de desenvolvimento económico integrado e sustentável de S. Tomé e Príncipe.

Acabada a apresentação dos dados considerados necessários para a fundamentação e definição da proposta de intervenção urbanística, é chegada a hora de concluirmos esta pesquisa com algumas considerações finais. As intervenções de reabilitação no património histórico-cultural e natural em S. Tomé e Príncipe, visando o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida das populações, não têm merecido ao longo do tempo pós-colonial qualquer destaque, no que concerne ao enquadramento das políticas governativas. Como foi dito atrás, importa registar nestas considerações finais que o país se encontra numa situação de ausência de um conjunto de documentos que possibilitem um enquadramento de políticas de ordenamento de território, do desenvolvimento económico e de valorização das cidades e rural incluído. Os princípios consagrados na Constituição continuam ser cobertura legal e sem enquadramento institucional e financeiro.

Neste contexto de ausência de documentos de enquadramento, fomos obrigados a recorrer à análise e aprofundamento do texto constitucional. No nosso entender, o exemplo mais sintomático reflecte-se no estado de degradação e abandono em que se encontram as roças com marcas bem presentes na consciência cívica e no quotidiano dos são-tomenses. O acentuado colapso das roças, a rejeição dos valores da prática de agricultura roceira, em detrimento de outras actividades, e a inexistência de políticas pugnando pela recuperação e renovação destas instalações, provocaram um vazio na economia nacional que tem perdurado até ao presente, propiciando deste modo a degradação social e económica das populações.

Hoje em dia, é uma evidência questionável que a reabilitação de um património colonial de valor acrescentado como as roças possa ser considerado como um mero processo de reabilitação com implicações culturais. Irreversivelmente, a reabilitação das roças reveste-se de particular importância, na medida em que, para além de implicar a valorização de bens culturais, produz melhorias substanciais na qualidade de vida das populações, na recuperação agrícola, na criação de novos empregos, na dinamização económica e na modernização, como indicadores de desenvolvimento. Porém, a necessidade de impulsionar este desenvolvimento induz questões de natureza social, económica e ambiental, consideradas de inseparáveis e que devem ser claramente assumidas e justificadas no sentido de não se repetir erros do passado.

Desta forma, a proposta de reabilitação urbanística da roça Água Izé incentiva de forma integrada as intervenções que permitem resolver as carências físicas, económicas e sócias mais agudas da roça, melhorando as infra-estruturas e o ambiente físico, disponibilizando equipamentos sociais e estimulando acções dirigidas para a promoção de igualdade de oportunidades na busca de desenvolvimento sustentável. Os parâmetros-chaves deste desenvolvimento assentam na protecção do ambiente, no uso criterioso e prudente dos recursos naturais, na saúde e qualidade de vida e segurança do homem. Para além de preservação do espaço roceiro, a reabilitação foi pensada e projectada tendo em vista a possível implementação do turismo como uma actividade económica de cariz relevante para dinamização económica local. Assim sendo, a sustentabilidade desta roça deve ser analisada e caracterizada pela sua capacidade de responder e corresponder de forma positiva e inequívoca a novos desafios de bem-estar social e económico, podendo servir assim de paradigma a seguir, salvas as especificidades de cada uma delas, às restantes roças do país. Nesta óptica, a reabilitação da roça Água Izé é, antes do mais, uma forma de estabelecer, no presente, as pontes entre o passado construído pela “Metrópole” portuguesa, que a projectou, e o futuro que desejamos ou pretendemos legar aos nossos sucessores, e que estes transmitirão também, em cadeias sucessivas, de geração em geração.

Este trabalho, inspirado pelo espírito e valores da Constituição da República, não foi todavia apoiado por nenhuma entidade estatal ou político-partidária. Passados 35 anos sobre a independência do país e tendo em conta, como vimos, a inexistência de um conjunto instrumentos políticos, financeiros, económicos e técnicos, previstos na Constituição, podemos então tomar consciência da urgência imperiosa de o país encontrar o seu rumo, tanto ao nível central, como regional e local.

Particular atenção merece a questão do papel do Estado e da função dos aparelhos partidários existentes ao nível do poder local, uma vez que o texto constitucional enquadra as autarquias locais como órgãos territoriais com representatividade e capacidade de implementar programas de desenvolvimento local em concertação com as populações e sem prejuízo da participação do Estado. Mas no geral esse enquadramento não se faz sentir na vida das comunidades, uma vez que tal como o poder central, as autarquias não estão munidas de instrumentos e documentos de referências para dinamização de políticas de desenvolvimento local em prol da melhoria das condições de vida das pessoas. Enquanto não existirem estes documentos estruturantes do ponto de vista do ordenamento do território, das políticas de crescimento económico e de desenvolvimento urbano e rural, como poderá ser resolvida esta situação? Se o país continuar sem tais documentos de referência, poder-se-á levantar a questão de S. Tomé ser um país viável, na medida em que o país ainda não dispõe, em rigor, de meios financeiros, de pessoal técnico e de lideranças políticas fortes para poder enfrentar os diferentes desafios que a modernidade lhe lança e de ser tão dependente do apoio externo.

Na ausência dos documentos acima referenciados, a consolidação deste trabalho representou para mim um grande desafio e a necessidade de conhecer melhor a realidade das ilhas. Para além de me dar a conhecer a dura realidade das ilhas, o este trabalho pode servir de veículo à divulgação das intervenções que poderão contribuir para os debates sobre o problema de degradação das roças em geral, e particular da roça Água Izé, e de estímulo de reflexão sobre as questões que se colocam às acções neste domínio.

BIBLIOGRAFIA

AGÊNCIA GERAL DO ULTRAMAR, 1964, *S. Tomé e Príncipe Pequena Monografia*, Lisboa.

AMADO Miguel Pires, *Planeamento Urbano Sustentável*, Colecção Pensar Arquitectura, Casal de Cambra.

ALVES A. A Monteiro, ESPENICA André, CALDAS E. C., CARY F. C., TELES G. R. ARAÚJO I. A & MAGALHÃ M. R., 1997, *Paisagem*, Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa.

BALSAS Carlos José Lopes, Julho 1999, *Urbanismo Comercial em Portugal e a Revitalização do Centro das Cidades*, GEPE – Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica do Ministério da Economia, Lisboa.

BARRETA João, Agosto 2007, *Comercio, Cidade e Projectos de Urbanismo Comercial*, Setúbal.

BENI Mário Carlos, 2001, *Análise Estrutural do Turismo*, 6ª edição, São Paulo.

BORDALO Ana, *Direito do Urbanismo*, Questões Aprofundadas do Urbanismo, 2008, Faculdade de Arquitectura, Urbanismo e Arte, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.

BORDALO Ana, 2008, *Direito Para Urbanismo*, *Colectânea de Legislação*, Cadeira do Direito do Urbanismo, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, 2006, *S. Tomé e Príncipe, Olhar do Futuro*, Lisboa.

CÂMARAMA MUNICIPAL DE LISBOA, *Cadernos de Reabilitação Urbana, Caracterização Sociológica da Habitação*, 1991, Direcção Municipal de Reabilitação Urbana, Imprensa Municipal, Lisboa.

CARDOSO Da Silva, 1964, *Agricultura na Província de S. Tomé e Príncipe*, Agencia Geral do Ultramar, Lisboa.

CENTRE DE PUBLICATIONS DE L'UNIVERSITÉ DE CAEN, 1985, *Geographie Sociale, Les Périphéries Urbaines, Colloque d'Angers, 6 et 7 Decembre 1984*, Nantes, ANGERS-CAEN-LAVAL-LE MANS.

CENTRO DE ESTUDOS DE ANTROPOLOGIA CULTURAL, 1929, *Angola, Mozambique e S. Tomé*, Tipografia Didot, Lisboa.

CRISTOVÃO O. S. Artur, Dezembro de 2003, *Turismo em Espaços Rurais e Naturais*, Colaboração Caldas João, Instituto Politécnico de Coimbra, Coimbra.

COMOANE Ana, Outubro de 2007, *Impacto da Política de Desenvolvimento em Turismo, O caso dos PMAs, em Especial Moçambique: Contingências e Estratégias*, Instituto de Cooperação Jurídica, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Lisboa.

CONDE FARO Sousa, 1908, *As Ilhas de S. Tomé e a Roça Água Izé*, Typografia do Anuário Comercial – Praça dos Restauradores 27, Lisboa.

CORREIA Fernando Alves, Outubro de 1993, *As grandes Linhas da Recente Reforma do Direito do Urbanismo Português*, Coimbra.

CRAVEIRO Teresa, 2008, *Planeamento Estratégico*, Instrumento de Planeamento e Gestão Urbana, Faculdade de Arquitectura, Urbanismo e Arte, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa

CRAVEIRO Teresa, 2008, *Planeamento Estratégico e Agenda Local21*, Instrumento de Planeamento e Gestão Urbana, Faculdade de Arquitectura, Urbanismo e Arte, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.

DIRECÇÃO-GERAL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, Dezembro 1992, *Programas Urban e Reabilitação Urbana, Revitalização de Áreas Urbanas em Crise*, Lisboa.

DIRECÇÃO GERAL DO ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO, *Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (Visão do Quadriénio 1995-1999)*, (1999), Ministério do Equipamento do Planeamento e Administração do Território, Lisboa.

DIRECÇÃO GERAL DO ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO, 2000, *Vocabulário Do Ordenamento Do Território*, Direcção de Serviços de Estudos e Planeamento Estratégico, Campo Grande, Lisboa.

DIRECÇÃO GERAL DO ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO, 2000, *Guia Europeu de Planeamento para a Agenda 21 Local*, Orientação para as Autoridades Locais participantes na Campanha das Cidades e Vilas Europeias Sustentáveis, Tradução e Edição portuguesa publicada.

DOS ANJOS, Frederico Gustavo, 2002, *Paisagens e Descobertas*, S. Tomé, Instituto Camões – Centro Cultural Português em S. Tomé e Príncipe.

FADIGAS Leonel, 2007, *Fundamentos Ambientais do Ordenamento do Território e da Paisagem*, 1ªed, Lisboa.

FARIA Carlos, 2008, *Sociologia Rural*, Questões Aprofundadas do Urbanismo, Faculdade de Arquitectura, Urbanismo e Arte, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.

FARIA Carlos, 2008, *Sociologia Urbana*, Questões Aprofundadas do Urbanismo, Faculdade de Arquitectura, Urbanismo e Arte, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.

FARIA Carlos, 2008, *Economia Urbana*, Questões Aprofundadas do Urbanismo, Faculdade de Arquitectura, Urbanismo e Arte, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.

FARRET L. Ricardo, GONZALES N. F. Suely, Holanda B. R. Frederico & KOHLSDORF E. Maria, 1985, *O Espaço da Cidade, Contributo à Análise Urbana*, Projectos Editores associados Ltda, São Paulo.

FERNANDES José Manuel, *Arquitectura e Urbanismo na África Portuguesa*, Coleção Pensar Arquitectura, Casal de Cambra: Caleidoscópio Edição e Artes Gráficas.

FERRINHO Homero, Janeiro-Feveireiro 1991, *Desenvolvimento Rural, Comunicação para o Seminário sobre Desenvolvimento Rural*, realizado no CEAP, Ministério de Agricultura de Angola, Luanda.

INESTP (Instituto Nacional de Estatística de S. Tomé e Príncipe), 2006, *S. Tomé e Príncipe em Números*, Largo das Alfândegas, S. Tomé.

FIGUEIRA Fernando, 2008, *Planeamento de Transportes*, Morfologia, Comportamento, Cognição e Percepção da Cidade, Faculdade de Arquitectura, Urbanismo e Arte, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.

GANDRA Leonor, 2008, *Coesão/Exclusão Social no meio Urbano: Diagnósticos e Intervenções*, Instrumento de Planeamento e Gestão Urbana, Faculdade de Arquitectura, Urbanismo e Arte, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.

GONÇALVES Manuel, 1972, *Forros e Angolares de S. Tomé e Príncipe*, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais e Políticas de Ultramar, Lisboa.

GOVERNO e PROGRAMA DE NAÇÕES UNIDAS PARA DESENVOLVIMENTO (PENU), 1999, *Plano Nacional do Ambiente para o Desenvolvimento Durável*.

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES DO LITORAL ANTENJEO (INESLA)
Outubro 1998, *Actas do Colóquio, Territórios Alternativos, Ciências e Desenvolvimento*,
Grândola.

JUNTA DE INVESTIGAÇÃO DE ULTRAMAR, CENTRO DE GEOGRAFIA, 1968,
Relação dos Nomes Geográficos de S. Tomé e Príncipe, Lisboa

LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL, INSITUTO NACIONAL
DE HABITAÇÃO, ilustração Coelho A. Baptista, Director científico Cabrita A Reis, 1992,
Espaços Exteriores em Novas Áreas Residenciais, LNEC, Lisboa.

LAJE Beatriz H. G & MILONE Paulo C., 2000, *Turismo: Teoria e Prática*, 1ª Edição,
4ª tiragem, São Paulo.

LAMAS José Manuel Ressano Garcia, 2000, *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*,
Textos Universitários de Ciências Sociais, 2ª edição Fundação Calouste Gulbenkian,
Fundação para Ciências e a Tecnologia, Ministério da Ciência e Tecnologia.

LITTLEWOOD Michael, 1994, *Diseno Urbano1*, edición castellana, Editora Gustavo
Gili, S.A., Barcelona.

LITTLEWOOD Michael, 1994, *Diseno Urbano2*, edición castellana, Editora Gustavo
Gili, S.A., Barcelona.

LITTLEWOOD Michael, 1994, *Diseno Urbano3*, edición castellana, Editora Gustavo
Gili, S.A., Barcelona.

MARQUES Albertino, *Concepção e Análise de Projectos de Investimento*, 2ªed, 2000,
Lisboa, Edições Sílabo.

MATA Inocência, 2004, *A Suave Pátria; Reflexões Político -Culturais Sobre a
Sociedade São-Tomense*, Lisboa.

MATEUS Diogo, 2008, *Reabilitação Urbana*, Questões Aprofundadas do Urbanismo,
Faculdade de Arquitectura, Urbanismo e Arte, Universidade Lusófona de Humanidades e
Tecnologias, Lisboa.

MATIAS Álvaro, 2007, *Economia do Turismo*, Teoria e Prática, Sociedade e
Organizações, sob a orientação de A. Oliveira Cruz, Instituto Piaget, Lisboa.

MATTOS Raymundo, 1905, *Cartografia Histórica das Ilhas de S. Tomé e Príncipe*,
Anno Bom e Fernando Pó, 3ªed, Imprensa Nacional, S. Tomé.

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E FINANÇAS de S. Tomé e Príncipe, 2001, *Relatório Diagnóstico da Situação da População e Género em S. Tomé e Príncipe*, Vol I, STP, S. Tomé.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTO, Maio 2008, *Carta Educativa de S. Tomé e Príncipe*, S. Tomé.

NOGUEIRA A. F., 1885, *A Ilha de S. Tomé e Príncipe sob o Ponto de vista da sua Exploração Agrícola*, Sociedade Geográfica de Lisboa Imprensa Nacional, Lisboa.

OLIVEIRA António, 2008, *A Ética e a Prática do Planeamento Urbano em Portugal: Princípios e Experiências*, Instrumento de Planeamento e Gestão Urbana, Faculdade de Arquitectura, Urbanismo e Arte, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.

OLIVEIRA António, 2008, *Planeamento e ordenamento do território: Métodos e Técnicas do Planeamento*, Instrumento de Planeamento e Gestão Urbana, Faculdade de Arquitectura, Urbanismo e Arte, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.

PEREIRA M. L. Valente, 1994, *A Leitura da Imagem de uma Área Urbana como Preparação para o Planeamento/Ação da sua Reabilitação*, Informação Científica Planeamento Urbano e Regional, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa.

PERROUX François, *Ensaio sobre a Filosofia do Novo Desenvolvimento*, 2001, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

PORTAS Nuno, DOMINGOS Álvaro & CABRAL João, *Políticas Urbanas, Tendências, Estratégias e Oportunidades*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

PROGRAMA DE NAÇÕES UNIDAS PARA DESENVOLVIMENTO (PNUD), 1998, *Relatório do Desenvolvimento Humano*, S. Tomé e Príncipe.

Prof. William A. Masters e Rafael N. Uaiene, Julho de 2005, *Elementos de um Plano de Acção para São Tomé e Príncipe: Agricultura e Desenvolvimento Rural*, revisto em, Grupo de Consultoria da Universidade de Columbia à São Tomé and Príncipe Centro de Globalização e Desenvolvimento Sustentável Earth Institute, Universidade de Columbia.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE, Julho de 2004, *I Encontro dos Ministros Responsáveis pela Administração Eleitoral do Países Africanos de Expressão Portuguesa e de Portugal*, Volume V, Edições 70.

ROCA ZORAN, 2008, *Geografia do desenvolvimento e urbanização no nexo local/global*, Instrumento de Planeamento e Gestão Urbana, Faculdade de Arquitectura, Urbanismo e Arte, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.

ROCA ZORAN, 2008, *Paisagens e Modos de Vida Urbanos: Estudo das Identidades Territoriais*, Instrumento de Planeamento e Gestão Urbana, Faculdade de Arquitectura, Urbanismo e Arte, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.

ROCA Nazaré, 2008, *Sociodemografia do Desenvolvimento Urbano em Portugal: Conceitos e Realidades*, Instrumento de Planeamento e Gestão Urbana, Faculdade de Arquitectura, Urbanismo e Arte, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.

ROGERS Richard, *Cities for a Small Planet*, 1997, Edição Portuguesa 2001, Editorial Gustavo Gili, S.A, Barcelona, Fotocomposição, Lisboa, ABC Gráfica, Lda, Impressão, Barcelona, Ingoprint, S.A.

RUTHERFOREL Dorald, *Dicionário Económico*, Título original; Dictionary of Economics, 1992-1995, tradução Ana Maria Rabaça e Maria Z. Miranda, Algés, DIFEL82-Difusão Editorial, SA.

SAMUELSON Paul e NORDHAUS William D., *Economia*, Décima Sexta Edição, Lisboa.

SANTO Carlos Espírito, 1998, *A Coroa do Mar*, Lisboa, Tipografia Lousanense, Lda., Caminhos, SA.

SEIBERT Gerhard, 2004, *Camaradas, Clientes e Compadres – Colonialismo, Socialismo e Democracia em S. Tomé e Príncipe*, 2ªed, Tipografia do Ave, S.A.

SILVA Otilina, 2004, *S. Tomé e Príncipe; Ecos da Terra do Ossobó*, Extra – Colecção, , Lisboa, Fernando Mão de Ferro, Edições Colibri.

SILVA Otilina, 2006, *S. Tomé e Príncipe; Ecos de Ontem e de Hoje*, Extra – Colecção, Lisboa, Fernando Mão de Ferro, Edições Colibri.

SILVA A. Correia, 1998, *Espaços Urbanos de Cabo Verde*, Comissão Nacional para as Comemorações e Descobrimientos Portugueses, ISBN 972-8325-64-9, Depósito legal 1722 CNCDP.

TEIXEIRA João Pereira, 2006, *Apontamentos do Planeamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável*, Pós-Graduação em Planeamento e Construção Sustentável, Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Engenharia, Lisboa.

TENREIRO Francisco, *A Ilha de S. Tomé, Questões Sociais, Económicas e Geográficas*, 1961, Memórias da Junta de Investigação de Ultramar, Lisboa.

TINOCO Alfredo, 2008, *Formação do Território*, Pensamento Contemporâneo, Faculdade de Arquitectura, Urbanismo e Arte, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.

TINOCO Alfredo, 2008, *Urbanismo e Património*, Pensamento Contemporâneo, Faculdade de Arquitectura, Urbanismo e Arte, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA, 2000, Faculdade de Ciências Sociais e Humana, Instituto Pluridisciplinar de História da Ideias, *Pensar o Ordenamento do Território, Ideias, Planos, Estratégias (actas do Seminário)*, Coordenadora Ferreira Maria Júlia, publicação financiada pela Fundação Calouste Gulbenkian, o Sustentável, Lisboa.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2008, Departamento de Economia Rural, Governo de S. Tomé e Príncipe, *Diagnóstico Socioeconómico do Meio Rural em S. Tomé e Príncipe*, Viçosa.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, Ministério de Agricultura, Pescas e Desenvolvimento, 2008, *Programa de Extensão Rural*, Viçosa.

LEGISLAÇÃO, REGULAMENTOS E NORMAS:

DECRETO-LEI n.º 39/2008 de 7 de Março do Diário da República Portuguesa.

LEI de Bases do Património Cultural, Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro (Portugal)

LEI Quadro das Autarquias Locais, S. Tomé e Príncipe.

LEI n.º 5/80, Lei da Divisão Territorial e Administrativa da Constituição de 1990 (STP)

LEI de Bases da Política de Ordenamento Territorial e Urbanismo, Portugal.

NORMAS de Equipamentos de Segurança Pública, DGOTDU.

NORMAS de caracterização de Equipamento Social, DGOTDU.

NORMAS caracterização de Equipamentos de Educação da DGOTDU.

NORMAS de caracterização de Equipamentos de Saúde da DGOTDU.

PORTARIA n.º 216 -B/2008, de 3 de Março, Diário da República Portuguesa.

PORTARIA n.º 216 -B/2008, de 3 de Março, 1.ª série, n.º 44, Portugal.

PORTARIA n.º 937/2008, de 20 de Agosto (Decreto-Lei n.º 39/2008 do Diário da.

PORTARIA 936-A/99, de 22 de Outubro, Legislação Portuguesa.

RGEU, Regulamento Geral da Edificações Urbanas, 7ªEdição, 2008, Dislivro, Lisboa

REGIME URBANÍSTICO e da EDIFICAÇÃO 2ª Serie , N°14 de 21 Janeiro 2008.

CARTOGRAFIAS:

Esboço de Concentração da Propriedade, roças pertencentes ao mesmo Proprietário ou sob a mesma Administração, 1971, delineado por Carvalho Rodrigues, desenhado por Manoel Afonso, S.G.C., Centro de Documentação e Informação do Instituto de Investigação Científica, Lisboa.

Esboço da Carta de Climats de S. Tomé, Redução Pantográfica executada no Grupo de Trabalho de C. e Cadastro de S. Tomé e Príncipe, dum carta detalhada por Hélder Lains e Silva, na escala 1/100.000 por Gualdino S. P. Aleixo em 24/01/1969, Centro de Documentação e Informação do Instituto de Investigação Científica, Lisboa

Esboço da Carta Geológica da Ilha de S. Tomé, in “contribuição para o estudo geológico” por J. M. Cotelos Neiva, Conferencia Internacional dos Africanistas Ocidentais (6ª sessão) (2): 1956., Centro de Documentação e Informação do Instituto de Investigação Científica, Lisboa.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR, JUNTA DE INVESTIGAÇÕES DO ULTRAMAR, Carta de S. Tomé, 1:25.000, folha n.º 4 Ribeira Afonso, 1958, Levantamento Aerofotogramétrico, Missão Hidrográfica de Angola e S. Tomé, Forças Armadas de S. Tomé e Príncipe, S. Tomé.

S. Tomé: Esboços das Carta de Vegetação 1957, Carta Agrícola 1971, Carta de Aptidão Cacaúcola 1969, Carta Bananícola 1964, Carta de Aptidão Cafeícola 1971, Centro de Documentação e Informação do Instituto de Investigação Científica, Lisboa.

S. Tomé: Esboço da Carta dos Solos, José Carvalho Cardoso, Junta de Exportação de Café, 1957, Centro de Documentação e Informação do Instituto de Investigação Científica, Lisboa.

SITES:

COMISSÃO NACIONAL DA UNESCO PORTUGAL, *Património Mundial*, <http://www.unesco.pt/>. Acedido em 12 Fevereiro de 2008.

TERCUD CENTRO DE ESTUDOS DO TERRITÓRIO, CULTURA e DESENVOLVIMENTO, *Legislações; Solos; Loteamentos Urbanos; Qualificações para operações de Loteamento e Planos de Pormenor; Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação (555/99); Bases do Ordenamento do Território e Urbanismo; Lei de bases da Política do Ordenamento do Território e de Urbanismo*, <http://www.urbanismo-portugal.net/>. Acedido em 10 Janeiro de 2008.

TERCUD CENTRO DE ESTUDOS DO TERRITÓRIO, CULTURA e DESENVOLVIMENTO, *Planeamento Urbano, Mobilidade e Transportes; Instrumentos de Planificacion y Gestion Urbana; Direito do Urbanismo*, http://www.urbanismo-portugal.net/Mestrado_Urbanismo/index.html. Acedido em 8 Dezembro de 2007.

ASSEMBELIA DA REPÚBLICA DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE, *Constituição da República Democrática de S. Tomé e Príncipe*, <http://www.parlamento.st/>. Acedido em 20 Abril de 2009.

S. TOMÉ E PRÍNCIPE, *Images of S. Tome e Príncipe*, <http://www.travel-images.com/sao-tome-principe2.html>. Acedido em 15 de Dezembro de 2008.

JORNAL Digital Téla Nón, *Debate da Sociedade Civil sobre o estado da Nação*, <http://www.telanon.info>. Acedido em 29 de Maio de 2009.

JORNAL Digital Tropical, *Construção de chafarizes e latrinas*, <http://www.jornaltropical.st/arquivo.htm>. Acedido em 6 de Abril de 2007.

ANEXOS

ANEXO A:

Esboço de Concentração da Propriedade, roças pertencentes ao mesmo Proprietário ou sob a mesma Administração;

Esboço da Distribuição Fundiária da Ilha de S. Tomé;

Esboço das Carta de Vegetação 1957, Carta Agrícola S. Tomé;

Esboço de Ocupação Sanitária no período colonial S. Tomé;

ANEXO B:

Esboço Cartográfico da Carta de S. Tomé 1958, escala 1:25.000, Indicação dos pontos mais altos da roça Água Izé.

Esboço Geológico da Ilha de S. Tomé, in “contribuição para o estudo geológico” por J. M. Coteló Neiva, Conferencia Internacional dos Africanistas Ocidentais (6ª sessão) (2): 1956.

Esboço da Carta dos Solos, José Carvalho Cardoso, Junta de Exportação de Café, 1957, S. Tomé;

Esboços das Carta de Vegetação 1957, S. Tomé; Carta de Aptidão Cacaúcola 1969, Carta Bananícola 1964, Carta de Aptidão Cafeícola 1971;

Esboço da Carta de Climas de S. Tomé, Redução Pantográfica executada no Grupo de Trabalho de C. e Cadastro de S. Tomé e Príncipe, numa carta detalhada por Hélder Lains e Silva, na escala 1/100.000 por Gualdino S. P. Aleixo em 24/01/1969;

Esboço Cartográfico da Carta de S. Tomé 1958, escala 1:25.000, Indicação da Área Edificada da roça Água Izé.

ANEXO C:

Plantas e os alçados das senzalas da roça Água Izé;

Pormenor das infra-estruturas de comunicação, Carta de S. Tomé 1958, escala 1:25.000.